

COLÓQUIO

# PORTUGAL E A I GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

7 de outubro de 2014 | Sala do Senado | Assembleia da República



# ÍNDICE

## ABERTURA

<b>Teresa Caeiro</b> (Vice-presidente da Assembleia da República)	3
<b>Rui Machete</b> (Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros)	5
<b>José Pedro Aguiar-Branco</b> (Ministro da Defesa Nacional)	7
Tenente-general <b>Mário de Oliveira Cardoso</b> (Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial) (sem intervenção)	
Major-general <b>Fernando Aguda</b> (Vice-presidente da Liga dos Combatentes) (sem intervenção)	

## I PAINEL

<b>TEMA 1   A POLÍTICA E A DIPLOMACIA NO INÍCIO DA GUERRA</b>	
<b>António Martins da Cruz</b> (Embaixador)	9
<b>TEMA 2   O ESTADO DA ARTE DA GUERRA NO INÍCIO DA I GUERRA MUNDIAL</b>	
Major-general <b>Arnaut Moreira</b>	15

## II PAINEL

<b>TEMA 3   PORTUGAL E A GRANDE GUERRA: ENTRE A MEMÓRIA DO PASSADO E OS DESAFIOS DO FUTURO</b>	
<b>Nuno Severiano Teixeira</b>	21
<b>TEMA 4   O EXÉRCITO DE PORTUGAL NO INÍCIO DA GUERRA: AÇÃO, REAÇÃO E OMISSÃO</b>	
Coronel <b>Lemos Pires</b>	25
<b>TEMA 5   A MARINHA PORTUGUESA EM 1914</b>	
Capitão-de-fragata <b>Bessa Pacheco</b>	37

## ENCERRAMENTO

<b>José de Matos Correia</b> (Presidente da Comissão de Defesa Nacional)	47
--	----

<b>PROGRAMA DA CONFERÊNCIA</b>	49
--------------------------------	----

<b>NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORADORES</b>	50
---------------------------------------	----



Da esquerda para a direita: Mário de Oliveira Cardoso, Rui Machete, Teresa Caeiro, José Pedro Aguiar-Branco e Fernando Aguda

## ABERTURA

### TERESA CAEIRO

Senhor ministro da Defesa Nacional

Senhor general Mário Cardoso, presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial

Senhor general Fernando Aguda, vice-presidente da Liga dos Combatentes

Senhores embaixadores

Ilustres oradores – permitam-me que vos agradeça muito especialmente a disponibilidade em partilharem com o auditório os vossos conhecimentos

Excelentíssimos senhor presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e senhor presidente da Comissão de Defesa Nacional

Senhoras e senhores deputados

Minhas senhoras e meus senhores

Em representação da senhora presidente da Assembleia da República, cabe-me a especial honra de vos dar as boas-vindas ao Parlamento e dar início não só ao Colóquio “Portugal e a I Guerra Mundial” (que hoje se realiza nesta emblemática Sala do Senado), como a um conjunto de eventos que demonstram o justificado interesse e o merecido reconhecimento que a Assembleia da República presta a esta efeméride e, sobretudo, a todos aqueles que, em nome de Portugal, lutaram e pereceram.

O conjunto de eventos de que vos falarei – e que numa primeira fase se prolongarão durante o mês de outubro – é um programa que resultou de uma cooperação estreita entre o Parlamento, através da Comissão de Defesa Nacional, o Ministério da Defesa Nacional, através da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (no âmbito do Projeto Europeia) e ainda do apoio da RTP, que tem vindo a divulgar as atividades – e que, esperemos, continue a fazê-lo até 2018.

Agradecemos muito em especial ao senhor general Mário Cardoso, presidente desta Comissão de Evocação, presente nesta Mesa de abertura, a proposta da organização deste colóquio na Assembleia da República, que conta com reputadíssimos especialistas nos diversos domínios que aqui serão abordados.

No plano nacional, perceberemos melhor quais as condições em que Portugal estava em 1914 nos aspetos político, militar e diplomático. No plano internacional, serão analisadas as causas que levaram ao grande conflito do início do século XX.

Ao contrário do que é a versão até agora mais comum, deve recordar-se que Portugal começou a sua participação na I Guerra Mundial logo em 1914, especialmente na defesa do território da então colónia moçambicana.

Assim, não só porque passam agora 100 anos sobre o início do conflito, mas porque Portugal foi desde logo afetado pela Guerra, entendeu-se adequado promover um colóquio que permita um maior conhecimento sobre os acontecimentos e a situação na Europa e em Portugal em 1914.

Mas, como disse antes, este colóquio não será o único evento a acontecer na Assembleia da República no âmbito das evocações da I Guerra Mundial.

O que pretendemos é que este seja apenas o primeiro passo de uma caminhada que nos envolverá a todos, e o Parlamento por razões óbvias, até 11 de novembro de 2018, quando se festejar o centenário do armistício.

Assim, ainda hoje, ao final da tarde, iremos inaugurar a exposição "Portugal e a Grande Guerra", que nos faz regressar àquele tempo e ver, nos seus diferentes núcleos, a participação de Portugal na I Guerra Mundial sob várias vertentes.

Esta exposição contou com a participação de diversas instituições, tendo como comissária a professora Maria Fernanda Rollo do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Como a inauguração será feita após a conclusão dos trabalhos deste colóquio, desde já convido todos para esse momento.

Ainda neste mês de outubro, teremos uma iniciativa inédita em Portugal – os "Dias da Memória".

Os "Dias da Memória" decorrerão na Assembleia da República, de 17 a 19 de outubro, e têm como objetivo incentivar a participação dos cidadãos no estudo e na divulgação da memória da presença portuguesa no conflito de 1914-1918.

Durante três dias o Parlamento estará aberto para a recolha de documentos e objetos de natureza diversa que os cidadãos tenham na sua posse, tais como diários, cartas, fotografias, mapas ou outros objetos oriundos da participação de Portugal na I Guerra Mundial.

Nesse fim de semana, a Assembleia da República estará simultaneamente aberta para visitas livres à exposição que hoje se inaugura.

Uma palavra também para a Liga dos Combatentes, aqui representada pelo seu vice-presidente, senhor general Fernando Aguda. O papel que tem desempenhado na preservação das memórias das guerras em que temos estado presentes obriga à sua presença destacada neste momento. A todos os que estiveram nos palcos da I Guerra devemos prestar a nossa homenagem.

Finalmente, *but certainly not the least*, agradeço a presença do senhor ministro da Defesa Nacional que prestigia este momento simbólico para a Assembleia da República de arranque destas iniciativas conjuntas.

Infelizmente, sabemos que a História se repete; infelizmente, sabemos que não se aprende suficientemente com o passado; infelizmente, sabemos que não há – ao contrário do que dizia o presidente Woodrow Wilson – uma guerra "que acabe com todas as guerras" (vimo-lo bem pouco tempo depois); mas parece-me, em todo o caso, que a humanidade tem a obrigação de fazer um pouco melhor.

E, depois, sabe-se muito pouco sobre a I Guerra Mundial. Tenho a consciência de que o cidadão comum pouco sabe sobre esta Guerra desumana que ocorreu há 100 anos. Muito mais se fala, escreve e sabe sobre a II Guerra Mundial, e as razões são tão evidentes que não vou maçar esta audiência de eruditos com as respetivas explicações. Explicar a I Guerra Mundial, explicar as suas origens e as suas consequências; mostrar, desvendar, revelar esta Guerra. Porque é que ela foi a primeira Guerra Total; porque é que ela foi uma revolução na conduta bélica. Porque é que, como nos diz Hannah Arendt: "Depois da I Guerra Mundial, uma onda antedemocrática e pré-ditatorial de movimentos totalitários e semi-totalitários varreu a Europa."

E descrever o contributo, as circunstâncias e o envolvimento de Portugal nessa Guerra de Horror. Esta é a tarefa que todos temos pela frente até 2018.

Com os votos de um excelente colóquio, renovo o convite para a inauguração da Exposição no Átrio Principal da Assembleia da República, ao fim da tarde.

Muito obrigada.

## RUI MACHETE

Senhora vice-presidente da Assembleia da República, Dr.<sup>a</sup> Teresa Caeiro

Senhor ministro da Defesa Nacional

Senhora secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

Senhor chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Senhor chefe do Estado-Maior da Armada

Senhor chefe do Estado-Maior do Exército

Senhor chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Senhores deputados

Senhor presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, tenente-general Mário de Oliveira Cardoso

Senhor vice-presidente da Liga dos Combatentes, major-general Fernando Aguda

Minhas senhoras e meus senhores

Foi com muito gosto que aceitei o convite para estar hoje presente neste colóquio sobre Portugal e a I Guerra Mundial.

Permitam-me que felicite as entidades organizadoras do colóquio, a Assembleia da República e a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial.

Esta evocação traz-nos a oportunidade de fazer uma reflexão sobre um tema tão marcante do ponto de vista histórico e estratégico, em três dimensões: no plano mundial, no plano europeu e no plano nacional.

Quando assinalamos a Grande Guerra de 1914-1918, estamos a trazer até nós o conflito mais vasto, mais sofisticado, mais mortífero e mais dispendioso, registado até então, que afetou extensos territórios em vários continentes.

As suas devastadoras consequências causaram o sofrimento e a morte a milhões de combatentes e de civis, um muito elevado número de inválidos, deslocados e desaparecidos e uma enorme destruição de património.

Embora por um escasso período em que Winston Churchill foi combatente na frente ocidental, a descrição dos combates que nos faz na sua obra *The World Crisis*, como na de muitos outros autores, é verdadeiramente arrepiante.

Por outro lado, sobre os motivos pelos quais a Europa caminhou para uma catástrofe que matou milhões de europeus, dividiu nações e arrasou as suas economias, MacMillan alerta-nos para a importância de nos mantermos vigilantes na manutenção da paz, contestando a inevitabilidade dos conflitos de larga escala a nível mundial.

A participação de Portugal na violenta conflagração, quer no teatro de operações africano quer no europeu, envolveu um muito elevado número de efetivos militares e milhares de vítimas, cuja memória deverá ser preservada.

Não tenciono alongar-me sobre a situação político-estratégica ou económico-social de Portugal no início do século XX ou, ainda, sobre as escolhas que estiveram na base da nossa entrada na Grande Guerra, pois essas temáticas serão, certamente, abordadas com outra proficiência, pelos ilustres conferencistas que se seguem. Gostaria, no entanto, de destacar dois aspetos cruciais.

Um aspeto, quanto ao momento do envolvimento no conflito, primeiro nos teatros de operações africanos, nomeadamente em Moçambique e Angola. Ameaçada que foi a soberania e a integridade do seu território colonial, a conjugação de fatores internos e externos conduziu Portugal a uma terceira frente de guerra, em teatro europeu, e à sua participação no conflito até ao armistício, em novembro de 1918.

Foram mobilizados mais de 100 000 efetivos naqueles dois cenários, na África colonial e na Europa continental.

Além do próprio reconhecimento internacional do novo regime, a República, Portugal procurou obter, através desta postura beligerante, a manutenção de um império ameaçado pelas alterações na balança de poder europeu.

Como se veria na Conferência de Paz de Versalhes, apesar da manutenção do império colonial, Portugal ficou numa situação mais fragilizada no plano europeu e internacional, que teve, aliás, sérias consequências.

O segundo aspeto, agora no plano interno, refere-se às consequências políticas, económicas e sociais deste envolvimento na guerra, que demonstraram os pesados custos da participação militar, comprometendo os objetivos da coesão nacional e da consolidação do regime republicano, e abrindo caminho para o golpe militar de 1926.

Deve, por isso, ser uma lição a não esquecer. E importa manter presente não só a valentia dos milhares de compatriotas que nela participaram, mas também relembrarmos os erros cometidos que levaram ao desencadear da guerra e os erros não corrigidos que conduziram a um segundo conflito mundial algumas dezenas de anos volvidos.

A Sociedade das Nações pretendeu evitar novos conflitos, nomeadamente através de uma importância acrescida do papel da diplomacia na manutenção da paz e na garantia da independência e integridade territorial dos seus membros.

O futuro veio, porém, demonstrar que a imposição da força dos vencedores sobre os vencidos e a persistência do ressentimento e do espírito de vingança estiveram, afinal, na génese de um novo conflito e não geraram uma ordem internacional duradoura.

Minhas senhoras e meus senhores, continuamos hoje a assistir, infelizmente, a acontecimentos que esperávamos já erradicados no século XXI: violações em larga escala dos direitos humanos, privação de vastas populações da sua dignidade mais elementar e desrespeito dos princípios basilares da convivência internacional, como a integridade territorial ou a soberania dos Estados.

Como tive oportunidade de presenciar em Nova Iorque, recentemente, no debate da Assembleia-Geral das Nações Unidas, este foi marcado por um momento internacional conturbado e por um vasto leque de crises, destacando-se a da Ucrânia, a situação no Médio-Oriente e a formação da coligação internacional de combate à barbárie terrorista no Iraque e na Síria.

Na Europa, a crise da Ucrânia e a anexação ilegal da Crimeia ressuscitaram tensões que julgávamos ultrapassadas. A situação continua a constituir uma preocupação grave para a comunidade internacional, mas não podemos perder de vista o longo prazo. Portugal congratulou-se com o cessar-fogo alcançado em Minsk e reitera os apelos ao seu cumprimento integral pelas partes. Isso será fundamental para a estabilização do país e para uma solução de paz duradoura.

Apesar de os acontecimentos justificarem repercussões no relacionamento com a Rússia, é fundamental não perder de vista a importância do diálogo estratégico com aquele país, essencial para a resolução de diversos dossiês cruciais da agenda internacional.

Contudo, as ameaças à segurança europeia e, mais generalizadamente, à segurança internacional não se limitam nos dias de hoje aos tradicionais conceitos de soberania e de relacionamento entre os Estados.

Os grupos terroristas, extremistas e radicais merecem o nosso mais veemente repúdio e a nossa condenação. Constituem, em primeira instância, uma ameaça para os próprios Estados e para as populações dos territórios onde praticam os seus atos criminosos. Põem em causa a paz, a segurança e a estabilidade regional e global, constituindo uma ameaça aos elementares valores civilizacionais e exigindo respostas firmes e concertadas da comunidade internacional, pois representam um sério perigo para a humanidade.

O autodesignado ISIS (Estado Islâmico) constitui, na atualidade, um exemplo sinistro deste tipo de ação criminosa e bárbara, que tem de ser combatido e neutralizado.

A resolução do Conselho de Segurança sobre o preocupante fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros já representa, aliás, um importante passo nesse sentido.

A Europa tem particulares obrigações e responsabilidades na resposta a dar nesta matéria, pois tem servido de terreno fértil no recrutamento para estes grupos terroristas.

Mas os Estados de maioria muçulmana têm de ser igualmente solidários neste combate.

Estima-se que 12 000 combatentes estrangeiros, oriundos de cerca de 80 países, estejam envolvidos nos conflitos na Síria e no Iraque.

De acordo com dados recentemente publicados, mais de 2500 destes combatentes são provenientes de países europeus e aproximadamente 600 terão já regressado à Europa nos últimos meses.

Estes são flagrantes exemplos de como, em pleno século XXI, perduram ameaças efetivas à paz e à segurança mundiais, que exigem a nossa preocupação e vigilância e que convocam, em primeira linha, a própria Europa.

Uma Europa que tem atravessado, como sabemos, uma situação de grande instabilidade, motivada pela grave crise económica e consequentes reflexos a nível social.

Os ensinamentos do passado devem ser seriamente considerados, num contexto em que se afigura necessário reforçar o papel da União Europeia, tanto no plano político como institucional, bem como o seu peso na cena internacional.

Constituiria um grave erro considerar este como um problema apenas do Ocidente. Todos os países que respeitam a pessoa e os seus direitos, tal como são consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, devem empenhar-se na conversão dos que desprezam estes valores.

Minhas senhoras e meus senhores, num momento em que, simbolicamente, já não podemos contar com testemunhos vivos daqueles que participaram na Grande Guerra e em que se constata a atualidade de algumas das condições que estiveram na origem e na propagação do conflito, a evocação deste Centenário deve, assim, constituir uma oportunidade única para aprofundarmos e divulgarmos o conhecimento deste evento trágico.

E devemos fazê-lo numa perspetiva em que, sempre que possível, se suscite o diálogo entre as diversas histórias nacionais e se relembre, de uma forma rigorosa e global, este fundamental período da nossa História.

Não pretendendo pormenorizar aspetos da programação evocativa, gostaria, contudo, de assinalar a importância de uma investigação rigorosa e a edição de conteúdos ajustados a um público diverso em idade, género e instrução, em que a juventude e o sistema educativo constituam, em todo o caso, os seus principais destinatários.

A I Guerra Mundial constituiu um ponto de viragem para a humanidade. É, por isso, necessário reverter o progressivo apagamento da memória deste conflito, não ignorando também a sua principal seqüela, a II Guerra Mundial. Deve ser essa, aliás, uma das nossas principais preocupações e um dos nossos objetivos neste Centenário.

O momento que vivemos em matéria de segurança europeia e mundial torna, mesmo, indispensável o nosso empenho na promoção das ações e dos debates públicos relacionados com tão importante temática.

Para Portugal, será também fundamental que esta evocação assuma um carácter verdadeiramente nacional, contribuindo para a afirmação do nosso país e da nossa identidade no mundo.

Muito obrigado.

## JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO

Senhora vice-presidente da Assembleia da República, Dr.<sup>a</sup> Teresa Caeiro

Senhor ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete

Senhor chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Pina Monteiro

Senhora secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Dr.<sup>a</sup> Berta Cabral

Senhor chefe do Estado-Maior da Armada

Senhor chefe do Estado-Maior do Exército

Senhor chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Senhor presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, tenente-general Mário de Oliveira Cardoso

Senhor vice-presidente da Liga dos Combatentes, major-general Fernando Aguda

Senhoras e senhores deputados

Distintas autoridades

Distintos convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Em primeiro lugar, queria felicitar a Comissão Organizadora, na pessoa do senhor tenente-general Oliveira Cardoso, por mais esta sessão, realizada agora na Casa que é a expressão maior da nossa democracia, o Parlamento. É aqui que se presta uma justa e devia vénia que os eleitos de hoje devem fazer, sabendo que é esse o seu dever, àqueles que, no passado, perderam a vida em nome de Portugal.

Nestas evocações, normalmente, há duas dimensões.

Uma dimensão, que diria mais histórica, em que somos conduzidos pelas nossas emoções à homenagem daqueles que marcaram a História nesse momento.

Essa dimensão histórica também nos leva à compreensão do contexto em que a participação portuguesa se traduziu.

Mas, até porque isso já foi muito bem feito pelo senhor ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pela senhora vice-presidente da Assembleia da República, gostaria mais de dar uma nota de relevo em relação à dimensão atual que se deve extrair da reflexão e das lições aprendidas que a própria História nos aconselha que façamos nos tempos de hoje.

Facilmente podemos constatar que, no quadro das relações internacionais, existem linhas de continuidade na História.

A nossa defesa nacional faz-se num quadro de defesa coletiva e pela nossa participação nas diversas plataformas internacionais onde Portugal se insere: a NATO, a União Europeia e agora, até, numa dimensão de coligação internacional, que é um terceiro género em relação às duas instituições em que Portugal participa, e que, como disse, e bem, o senhor ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, num quadro que reúne as nações ocidentais, mas também as nações da região, visa combater com mais eficácia esta praga do dito Estado Islâmico, que não é Estado, mas que é uma ameaça terrorista que assola todos aqueles que pugnam por valores de liberdade, de democracia e de defesa dos direitos do homem.

Há outras questões que, quase ironicamente, são tão atuais como era a atualidade colocada há 100 anos no contexto em que se desenvolveu a I Guerra Mundial.

Qual o melhor enquadramento político-diplomático em que Portugal e os Estados-nações se devem mover? Qual a situação – incluindo o caso português, mas extrapolando para os outros Estados, nomeadamente os europeus – do instrumento militar, do meio militar para se poder fazer face a este tipo de ameaças? Quais as limitações de natureza económica que condicionam a dimensão operacional da intervenção de Portugal e dos Estados-membros?

Todas estas questões interferem – e vemos de que maneira – nas opções políticas que temos de tomar.

Por isso, é bom que todos dêmos um mergulho na realidade para que essa realidade não nos faça ficar apenas na reflexão histórica, não podendo extrair daí as lições aprendidas que temos de aplicar no nosso tempo.

Não podemos ignorar que o principal centro de debate que hoje se coloca é o dos níveis de prontidão, quer em termos da sua dimensão operacional, na sua liberdade de ação estratégica de cada um dos Estados-membros, quer em termos da formação da vontade política.

A Cimeira da NATO, realizada em Gales, apontou caminhos que visam criar níveis de prontidão diferentes nestas três dimensões, mas não há dúvida de que a resposta eficiente que podemos dar a estes desafios múltiplos reside na capacidade que formos capazes de dar ao maior desafio, que é o de conciliar a necessidade de agregarmos várias nações para termos uma capacidade operacional de escala superior, que é fundamental para podermos vencer este desafio, com a atempada formação da vontade política.

Como é que conciliamos, como é que levamos ao ponto perfeito os níveis de prontidão de um lado e de outro? Temos visto que esse tem sido o principal desafio que nos é colocado, porque os mecanismos da democracia, da liberdade, do respeito, da liberdade de expressão, da comunicação social, da vontade publicada, etc., sendo um conjunto de valores que defendemos, neste caso concreto complicam mais a capacidade de termos níveis de prontidão e de resposta mais eficazes, em vez de serem facilitadores da nossa capacidade de reagir em tempo oportuno às ameaças que todos facilmente diagnosticamos. E esse é um desafio que nos é colocado.

Penso que a melhor homenagem que podemos fazer aos nossos combatentes, do passado e do presente – mostrando que o seu esforço e o seu sacrifício nunca são em vão e que, no futuro, tentaremos sempre não cometer os erros que, no passado, foram os que conduziram a resultados menos satisfatórios –, é precisamente encontrarmos os novos instrumentos e as novas formas de ação que supram as lacunas que impedem o melhor resultado.

Devo dizer que o simples facto de estarmos a fazer estes debates e a levantar estas questões, no âmbito da cidade, no âmbito daquilo que está para lá dos setores que se preocupam concretamente com esta matéria, é, já de si, um grande instrumento para combatermos essa lacuna. Porquê? Porque julgo que todos nós constatamos facilmente que, nas últimas décadas, as sociedades preocuparam-se mais em ver só a parte final do bem-estar, a parte final do conforto, a parte final do resultado do pressuposto de haver paz, segurança e harmonia entre os povos, que permite conduzir aos níveis de bem-estar que todos nós desejamos.

Parece que nas últimas décadas havia uns *acquis* que já não justificavam que se desse tanta atenção à dimensão dos temas da defesa, dos orçamentos para a defesa, porque parecia que a História tinha arrumado de vez essa matéria para o canto das matérias que já não ocupam as nossas preocupações.

Pois bem, provavelmente, há circunstâncias que são escritas de forma, diria, indireta, mas que mostram que o pressuposto do desenvolvimento, dos níveis de bem-estar, do consumo, do equilíbrio, da sã convivência reside na capacidade que temos todos de manter a harmonia, a estabilidade e a paz entre os povos.

Por isso, é bom que as consciências gerais, que as consciências da nossa sociedade, das diversas gerações, sintam que, hoje, este é um tema atual. Mas não devemos entrar em dramatismos, porque é atual como foi sempre ao longo da História e, por isso, também não devemos considerar que estamos a viver um momento de tal maneira extraordinário que outros, no passado, não viveram.

A nossa arrogância intelectual é que nos conduziu a julgar que tínhamos uma lógica distinta das gerações do passado.

Por isso, a melhor homenagem que podemos fazer, dando sentido ao sacrifício daqueles que tombaram no campo de batalha, é voltarmos a chamar a atenção para esta problemática, sabermos que ela faz parte da vida, que é como nós respirarmos, e cuidarmos de ter o oxigénio suficiente, neste caso as condições para manter o equilíbrio e impedir hegemonias, sejam elas militares, ideológicas, confessionais, que desestabilizam a harmonia entre os povos.

Quero saudar todos os presentes por estarmos aqui, na Casa da Democracia, a fazer esta reflexão, que é tudo menos partidária, é tudo menos das corporações, sejam elas quais forem, que, individualmente, fazem o conjunto do nosso país.

Por isso, estou certo de que as conclusões deste colóquio, seguramente, pela qualidade dos intervenientes, pela experiência e pela dimensão intelectual que o seu currículo demonstra, vão contribuir para que esta chamada de atenção seja uma grande homenagem que os portugueses de hoje fazem aos portugueses combatentes do passado.



Da esquerda para a direita: António Martins da Cruz, Sérgio Sousa Pinto e Arnaut Moreira

## I PAINEL

# TEMA 1 | A POLÍTICA E A DIPLOMACIA NO INÍCIO DA GUERRA

### ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Nas vésperas da Grande Guerra, João Chagas era embaixador em Paris. Fora presidente do ministério (primeiro-ministro), ministro do Interior e ministro dos Negócios Estrangeiros nos primeiros anos da República. A 27 de julho de 1914, um dia antes do início do conflito, escrevia no seu *Diário*: “Anunciam-me que a Inglaterra propõe uma mediação e que a França se associa a esta diligência. Mas anunciaram-me, também, que as hostilidades da Áustria contra a Sérvia começariam amanhã. Se for assim, é o *déclenchement*. É a guerra geral, é o fim do mundo.” (*Diário de João Chagas*, Vol. I, p. 111, 2.<sup>a</sup> edição, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1930).

E foi o fim de um mundo.

Há quem diga que o século XX começou em 1914 e terminou em 1989, com a queda do muro de Berlim e a implosão do império soviético. Teria sido, assim, o século mais curto da história da humanidade.

A diplomacia e, em especial, a **história diplomática** permitem vários ângulos de análise do passado. Dois são mais importantes:

- Os filtros políticos e diplomáticos atuais, o que pode levar a comparações interessantes;
- Os critérios da época que se analisa e com as informações e os métodos de intervenção políticos e diplomáticos da altura.

Ambos são legítimos. Vejamos como eram a política e a diplomacia no início da Guerra, utilizando os critérios de época sem, contudo, os cristalizar.

Em 1914, o mundo era dominado pela Europa:

- **Na demografia**: 25% da população mundial era europeia; 40 milhões de europeus tinham emigrado nas últimas décadas; e só em 1913, um milhão e 350 mil europeus tinham saído da Europa, sobretudo para os Estados Unidos da América;
- **Na expansão imperial**: os impérios inglês, francês, português, belga, alemão e italiano somavam 500 milhões de habitantes e expandiram-se por todos os continentes, sobretudo na África e na Ásia, para além da influência espanhola nas Américas;

- Na **economia** e na **produção industrial**: embora sem grandes reservas de matérias-primas, a Europa detinha 52% da produção industrial mundial, sobretudo na metalurgia (60%) e no têxtil (70%);
- No **comércio internacional**, com 61% do total;
- Nos **transportes**: a marinha mercante europeia representava 85% da tonelagem mundial;
- Nas **finanças**: a Inglaterra, a França e a Alemanha eram os principais exportadores de capital;
- Na **ciência** e na **tecnologia**, que se refletiram nos avanços no domínio militar, no *military build up*;
- Na **expansão religiosa**: as missões católicas no mundo tinham 16 000 membros, as protestantes 8000;
- Na **cultura**, com o vanguardismo, a pintura e a literatura, além da difusão das ideias políticas e de expansão intelectual que, na percepção dos outros povos, equipavam a Europa à civilização.

O destino do mundo era ainda europeizar-se ou ocidentalizar-se. O que está longe de ser o caso nos dias de hoje. Por outro lado, os principais países europeus eram democracias mais ou menos estabilizadas, e, apesar dos tiques imperiais, que veremos quanto ao *decision making power*, os parlamentos tinham um papel importante na governação.

A Europa era um continente próspero no seu conjunto, embora o Produto Interno Bruto (PIB) francês fosse menos de metade do norte-americano e o PIB alemão 60% do inglês e metade do canadiano.

Numa perspetiva mundial, a presença europeia era determinante em África, na Ásia e na América Latina.

Com exceção de Libéria e da Etiópia, a Europa colonizava a África, incluindo o Magrebe.

O **continente africano** estava dominado por europeus, que controlavam a administração, a segurança e a economia. A Europa Ocidental era o destino de 83% das exportações africanas e representava 72% das importações. O comércio dos Estados Unidos com a África era inferior a 5% do total.

A Alemanha tinha uma presença reduzida em África, que queria mais robusta. O governo inglês, num acordo secreto de outubro de 1913, repartiu zonas de influência com os alemães à custa de parte das colónias portuguesas de Moçambique e de Angola e, ainda, do Congo Belga. Este acordo nunca viria a ser ratificado por oposição da França. E ainda hoje não há certeza de que os governos portugueses da época tenham sabido do seu conteúdo exato.

Também na **Ásia**, os interesses europeus eram dominantes. A única exceção era o Japão que derrotaria a Rússia em 1905, na primeira vitória de um Estado asiático sobre uma potência europeia, e que ocupara a Coreia e a Manchúria.

A Europa dominava de uma ou outra forma o resto da Ásia, que já na altura tinha metade da população mundial.

A Índia, com 315 milhões de habitantes, pertencia à administração inglesa. A Indochina era partilhada por ingleses e franceses. O império colonial holandês, construído em grande parte à custa do antigo império português do oriente, tinha 50 milhões de habitantes. E na China, o peso e a influência europeus marcavam o ritmo comercial, industrial e financeiro, nas mãos de grupos europeus que controlavam a débil dinastia manchu e, após 1911, pilotavam a jovem República chinesa.

A política das esferas de influência tinham trazido para os europeus, sobretudo franceses e ingleses, mas também italianos e alemães, o que restava do **império otomano**, que perdera os seus territórios europeus e a iniciativa económica e financeira no resto do império. A entrada na guerra de nada lhe valeria, pois ficaria limitado ao que é hoje o território turco.

Contudo, era na **América Latina** que a presença e a influência europeias mais se expandiam, nos aspetos económicos, sociais e culturais. A influência de espanhóis, ingleses e italianos na Argentina, de portugueses, ingleses e alemães no Brasil, de alemães no Chile era determinante no plano económico e intelectual. A França também estava presente, especialmente, na cultura e no ensino.

A Europa tinha transformado a vida política, económica e cultural da América Latina, por vezes, à custa da classe média local, impedindo de certo modo que as elites locais tivessem autonomia e capacidade de decisão em função de interesses nacionais. E os Estados Unidos da América estavam atentos às oportunidades que iriam surgir com a guerra que se adivinhava e que conduziria – como conduziu – a uma perda de influência e sobretudo da presença económica europeia nas Américas.

Aliás, os **Estados Unidos da América** e o **Japão** eram, em 1914, os únicos concorrentes credíveis da Europa.

Com 54 milhões de habitantes, o **Japão** industrializara-se rapidamente e iniciara uma expansão territorial que iria prosseguir durante a guerra, sobretudo à custa da China. Curiosamente, não são os asiáticos que se opõem a essa expansão, mas europeus e americanos que procuram limitar a zona de influência japonesa.

Com quase 100 milhões de habitantes, os **Estados Unidos da América** já tinham uma população superior a todos os países europeus em 1914, com exceção da Rússia. O comércio com a Europa era essencial: 67% das exportações americanas, 47% das importações. Cada vez menos produtos agrícolas, cada vez mais matérias-primas e produtos industriais. A política externa dos Estados Unidos é a primeira a refletir com prioridade nas questões económicas e financeiras, concentrando-se, sobretudo, na América Latina

(o pan-americanismo e a doutrina Monroe), e na Ásia (na sequência das anexações no Pacífico e na Ásia Oriental). E com uma relativa distância em relação aos europeus. Começa a despontar, também, a rivalidade entre os Estados Unidos e o Japão no Pacífico e na Ásia, que atingiria o ponto de rutura na II Guerra Mundial.

A forte presença europeia no mundo, através dos então chamados **impérios coloniais**, levou mesmo alguns historiadores, neste Centenário da Grande Guerra, a olharem para o conflito na perspetiva desses impérios, analisando não só uma guerra entre europeus que se tornaria mundial, mas a guerra entre impérios. Pelo envolvimento das colónias, pela mobilização das suas populações, pelas consequências no final do conflito.

Nesta perspetiva (veja-se, por todos, *Impérios em Guerra 1911-1923*, org. de Robert Gerwarth e Erez Manela, D. Quixote, Lisboa, 1914) talvez a única em que Portugal aparece num plano de igualdade com os outros países envolvidos, o resultado foi esclarecedor:

- A guerra teria acelerado a decadência dos impérios coloniais, que iriam desaparecer no rescaldo da II Guerra Mundial, nas décadas de 60 e 70;

- Na Grande Guerra, os impérios de **países ditos "terrestres"** como a Alemanha, a Rússia, a Áustria e mesmo o império otomano iriam desaparecer;

- Os impérios de **países "marítimos"**, como a Inglaterra, a França, Portugal, Bélgica e até a Itália e o Japão iriam manter-se e, nalguns casos, aumentar por força dos mandatos da Sociedade das Nações;

- No **Médio-Oriente**, a França e a Inglaterra traçariam no pós-guerra as fronteiras que basicamente são as que existem ainda hoje e, como sempre, tal como sucedeu em África na Conferência de Berlim, ignorando etnias, história e religiões. Esta fragmentação teve resultados conhecidos num e noutro caso, infelizmente atuais nos Grandes Lagos em África e com o chamado Estado Islâmico, para só citar estes dois exemplos.

A Guerra de 1914-1918 representou, de certa forma, uma rutura com a ordem que reinou na Europa com o **Congresso de Viena de 1815**. Na reconstrução da Europa após Napoleão, os Tratados de Viena criaram uma nova ordem ou concerto europeu, que previa que as questões que separavam os países ou os eventuais conflitos deveriam ser tratadas pelas potências, através de uma rede de relações diplomáticas bilaterais e por congressos ou conferências internacionais, dando início a fórmulas incipientes mas estabilizadas do que hoje chamamos diplomacia multilateral.

Este sistema de consultas quase permanente era, sobretudo, pragmático e não normativo. Visava manter os equilíbrios saídos de Viena e evitar novas guerras da amplitude das aventuras de Napoleão. Era facilitado por interesses partilhados pelos Estados europeus da altura, pela aceitação, por todos, de uma civilização e de valores baseados no denominador comum de herança cristã.

Este equilíbrio foi posto em causa sobretudo pela Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870, concretamente por Bismark, que começaria a cristalizar o poder na nova Alemanha, através de um sistema de alianças que iria romper as plataformas e os entendimentos que vinham do Congresso de Viena.

Foi Bismark e os seus sucessores que estiveram na origem dos dois blocos europeus, a Tripla Aliança e a *Entente Cordiale* que iriam dividir a Europa.

A guerra viria a ser, como sempre, o resultado e a convergência no tempo de **várias causas**, e não apenas deste novo sistema de alianças entre europeus.

Podemos inventariar algumas:

- A construção dos **blocos europeus**: com a Alemanha e o império austro-húngaro, a que se iria juntar a Itália, a Tripla ou Tríplice Aliança, em 1882, os chamados impérios centrais.

- A *Entente Cordiale*, da França e da Inglaterra, em 1904, a que se juntará a Rússia em 1907, para se precaverem contra uma possível guerra. Esta *Entente Cordiale* é também o resultado do declínio inglês que necessitaria da França para enfrentar a Alemanha. Esta inflexão inglesa iria suscitar legítimos receios portugueses, já que o então equilíbrio peninsular exigia um aliado forte que compensasse Portugal das assimetrias na península, favoráveis como sempre a Espanha.

- Ao contrário da Tripla Aliança, os países da *Entente Cordiale* não assumiram nenhum compromisso automático de defesa em caso de guerra.

- Mas a Europa ficaria dividida em **blocos** na primeira década do século XX. Ao arrepio do que defendia Clausewitz: "Quem conquista prefere a paz; é sempre melhor invadir sem encontrar resistência."

- As **desconfianças na Europa** e os **confrontos além-mar**, nos impérios coloniais, foram agravando as tensões e conduziram a um aumento dos efetivos miliares e a uma corrida aos armamentos, quer terrestres, quer navais. A estrutura de forças começou a ser desproporcionada face à realidade e todas as Forças Armadas dos futuros beligerantes, sobretudo a Alemanha, planearam

estratégias ofensivas para uma guerra rápida e curta. Por exemplo, a Inglaterra preocupava-se particularmente com o aumento do poderio naval alemão, que, segundo a Royal Navy, iria atingir capacidades para enfrentar as inglesas em 1917.

– As **causas económicas** foram igualmente determinantes, já que nelas confluíam os desejos imperiais, a afirmação nacional (hoje diríamos assertiva), o reforço das capacidades militares, a necessidade de manter o crescimento do nível de vida das populações, o acesso às matérias-primas e os interesses geopolíticos da época.

– A **mudança das sociedades**, sobretudo em Inglaterra, em França e na Alemanha, na sequência da industrialização e da urbanização, influenciaram e pesaram nos processos de decisão política e nas mobilizações militares. Aliás, esses novos figurinos sociais iriam acentuar-se no decurso da guerra e seriam irreversíveis no futuro, apesar dos retrocessos da Revolução Bolchevique.

– Os **interesses dos Estados** foram-se polarizando nas elites político-militares, mas também nas incipientes opiniões públicas, aparecendo a guerra como a solução para os problemas.

– Os **governos** começaram a pesar os prós e os contras de um conflito em função dos seus objetivos e interesses nacionais, ou da perceção que tinham desses interesses.

– Como escreveu Marc Ferro: “Cada um pressentia que estava ameaçado na sua própria existência pelo inimigo hereditário e para todos o conflito obedecia a uma espécie de rito fatal” (*La Grande Guerre*, 1914-1918, Gallimard, 1969).

– As posições dos diferentes países eram tributárias de situações anteriores ou de interesses polarizados:

- A **França** desejava, acima de tudo, recuperar a Alsácia e a Lorena, que a Alemanha anexara em 1875;
- A **Inglaterra** queria manter o império e o controlo dos mares, e impedir a Alemanha – que se assumia já como a segunda potência económica europeia – de dominar a Europa e sair para a África;

- A **Rússia** queria sobretudo assegurar, pelo Bósforo, o acesso às “águas quentes”, anular o império otomano e garantir que a Áustria não controlasse os Balcãs;

- A **Alemanha**, com uma indústria cada vez mais forte e uma população animada por um patriotismo profundo, queria garantir influência nos mercados na Europa e no mundo, a que se opunham a França, a Inglaterra e de outra forma a Rússia; e pela parte do imperador Guilherme II, que a partir de 1891 abandonou a política de Bismark e anunciou a *Weltpolitik* como uma potência à escala mundial;

- O **império austro-húngaro**, um puzzle criado no Congresso de Viena – e onde era sobretudo a máquina administrativa que mantinha a coesão entre populações e nacionalidades distintas – procurava manter presença nos Balcãs e no que é hoje o norte da Itália, e garantir a estabilidade do império;

- O reforço do **nacionalismo** nos Balcãs e também noutras regiões da Europa seria uma das causas do conflito, bem como as **movimentações sociais** que iriam dar origem à Revolução de 1917 na Rússia;

- Os **outros países**, entre os quais **Portugal**, não tinham expressão ou capacidade de influenciar as decisões dos que foram em 1914 os Estados beligerantes. Apenas a **Itália**, que faria parte da Tripla Aliança, mas ficaria neutra em 1914, queria recuperar território e população de fala italiana do império austríaco, ter liberdade no Mediterrâneo, no Magrebe e uma palavra em África.

Refira-se, sucintamente, a importância dos processos de decisão política, sobretudo em política externa, na Europa, antes de 1914.

Embora os principais Estados já dispusessem de serviços diplomáticos como hoje os entendemos, apenas em França e em Inglaterra os Ministérios dos Negócios Estrangeiros tinham influência no processo de tomada de decisões. Considerando a importância do parlamento (no caso inglês) e do presidente da República (em França), a colaboração institucional funcionava.

Já no caso dos impérios alemão, austro-húngaro e russo, o processo de decisão tinha em conta a diplomacia, mas estava polarizado no vértice do Estado, na figura dos imperadores. Como refere um historiador que analisou este tema (Christopher Clark, *Os Sonâmbulos*), “essa instituição antiga e esplendorosa que ligava a sorte de grandes Estados aos caprichos da biologia humana”.

A diplomacia passava, assim, para um segundo plano, embora fosse mantendo a rotina das funções, em detrimento das capacidades de análise e de influência.

Nos anos que antecederam a Guerra de 1914-1918, a Europa e o mundo foram assistindo e participando em conflitos localizados e secundários que exprimiam de outra forma os objetivos e os interesses dos atores que se iriam envolver na Grande Guerra.

**Fora da Europa**, a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha de 1898, que levou à ocupação de Cuba e depois das Filipinas, ditou o fim do império espanhol. Os efeitos das guerras do Japão com a China e com a Rússia, em 1905, prolongar-se-iam até 1940. O primeiro confronto entre ingleses e alemães seria em África, durante a Guerra dos Bóeres, em 1899, onde algumas das táticas militares de 1914-1918 teriam sido iniciadas.

Na **vizinhança europeia**, sentiam-se duas tentativas alemãs de controlar Marrocos e de condicionar a França em 1905 e 1911, a invasão italiana do império otomano, em 1911, com a conquista da Líbia e a anexação da Bósnia pela Áustria, em 1908.

Mais graves foram os conflitos nos Balcãs e que seriam a causa imediata da Guerra de 1914. Entre 1912 e 1913, os ataques contra o império otomano, e depois contra a Bulgária, viriam a modificar o mapa da região, mas, sobretudo, a exacerbar os nacionalismos internos e a atrair as apetências externas.

O perímetro desenhado no Congresso de Viena já não garantia a paz na Europa nem os conflitos entre europeus, no resto do mundo. Nos **Balcãs**, em Sarajevo, o atentado contra o principal herdeiro do império austro-húngaro, em 28 de junho de 1914, é considerado a causa direta da Grande Guerra.

Apesar das circunstâncias, houve diversas tentativas no plano diplomático e político para tentar travar a guerra. A Alemanha faria pressão sobre o império austro-húngaro e Paris sobre São Petersburgo, no quadro das alianças construídas. E os ingleses propuseram uma conferência internacional como mecanismo diplomático para aliviar as tensões.

Provavelmente, foram tentativas com menos convicção, porque todos os atores pensaram que o conflito era incontornável. Mas recusaram, o que ressalta a intransigência alemã e austro-húngara e a vontade em prosseguir o caminho da guerra.

Contudo, no plano diplomático, nas vésperas da guerra, "a política externa já está dominada pela situação militar" (Renovin, *Histoire des Relations Internationales*, Tomo III, p. 317). A perspetiva da guerra condicionava a diplomacia, as finanças, a generalidade das administrações das grandes potências. A guerra era um objetivo político. E os governos, através dos meios diplomáticos e militares, já tinham iniciado políticas de compromisso, por meio de negociações nem sempre fáceis para manter alguma coesão nos blocos, no que chamamos hoje o equilíbrio dos interesses dos países das coligações. Interesses políticos, diplomáticos, mas sobretudo militares. Esta influência militar na decisão política e diplomática é habitual nas vésperas e no início dos conflitos e começa a diluir-se quando os decisores adquirem a perceção de que as soluções vão ser políticas.

Portugal não tinha voz internacional neste tabuleiro e o seu único objetivo nesses dias foi encostar-se à Inglaterra. E preocupar-se com Espanha, como sempre.

Alguns autores (ver por todos Marc Ferro) sublinham, ainda a justo título, a oposição de alguns dirigentes socialistas europeus à guerra: Jean Jaurès, que viria a ser assassinado antes do conflito, Rosa Luxemburg na Alemanha e a oposição trabalhista em Londres.

Realizou-se, mesmo, uma reunião do Comité da II Internacional Socialista em Bruxelas, em finais de julho, onde se procuraram soluções diplomáticas. Porém, como diz Marc Ferro, "discutiram mas não atuaram".

O ângulo nacionalista superou as convicções ideológicas em França e na Alemanha. E os trabalhistas ingleses entrariam no governo em 1916, em plena guerra.

Qual era a situação em Portugal?

Este tema é objeto de outro tema neste colóquio e não devo, por isso, elaborar sobre ele. Deixo apenas duas constatações:

- Em política interna, a instabilidade que pautou o início da República;
- Em política externa, dificuldades de reconhecimento de um novo regime; dependência da Inglaterra; receios de Espanha.

Note-se que, desde a implantação da República até ao início da guerra, Portugal teve sete presidentes do ministério (como então se chamava ao chefe do governo) e outros onze durante a guerra. Passaram por Belém, até 1914, dois presidentes da República e mais seis durante a guerra.

O número aumenta nos dois ministérios que nos interessam:

- Dez ministros do Estrangeiro de 1910 a 1914 e outros 23 durante a guerra;
- Seis ministros da Guerra até 1914 e mais 13 durante a guerra.

Tudo isso tornou difusa e volátil a decisão e a interlocução em política externa e política de defesa, especialmente quando a política externa era toda elaborada e executada em função de relações bilaterais, dada a inexistência de estruturas europeias multilaterais. Como escreveu Carneiro de Moura no seu livro *Portugal e o Tratado de Paz*, "andávamos demasiado presos à luta íntima das nossas fatais paixões" (*Depois da Guerra, Portugal e o Tratado de Paz*, Lisboa 1918, p. 28).

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, dois meses depois do início do conflito, escreveu ao embaixador de Londres (cito):

"Portugal está pouco preparado para a guerra, pois o seu Exército e a Marinha dispõem de poucos recursos. Não se corrigem em pouco tempo deficiências de muitos anos. Financeiramente também a nossa situação não é brilhante, não temos recursos que são indispensáveis em ocasião de crise sobretudo para comprar os navios e o material de guerra que tão necessários nos são em caso de guerra" (*Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Tomo I, MNE, Lisboa 1997, p. 66-68).

Portugal entra na guerra por várias razões que nos serão, certamente, adiantadas noutra dos temas deste colóquio. Os historiadores concordam geralmente nas três teses – a colonial, a europeia-peninsular e a da legitimação da República – que podem ser convergentes.

Terminada a guerra, só ganharia a vertente colonial, o que pode explicar o que se seguiu. Aliás, é curiosa a observação de Norman Stone, no seu livro *Primeira Guerra Mundial* (p. 22): “No final do imperialismo europeu, na década de 1970, o país mais pobre do continente era Portugal, que possuía um enorme império africano, e os mais ricos a Suécia, que abandonara há muito a sua única colónia nas Caraíbas, e a Suíça, que nunca tivera império.”

Voltando à Europa, é interessante ver que a estratificação em blocos veio a refletir-se na forma como a guerra se foi estendendo depois de 1914. O conflito começou com cinco beligerantes: as potências centrais da Tripla Aliança, a Alemanha e o império austro-húngaro; e do outro lado, a *Entente Cordiale*, os aliados, francês, inglês e russo. A Itália, em 1914, declarou a neutralidade e só entraria na guerra no ano seguinte. Depois viriam outros países, que iriam mundializar a guerra: o Japão com os aliados, a Turquia e a Bulgária com a Tripla Aliança, a Itália em 1915 e Portugal e a Roménia em 1916. E, finalmente, os Estados Unidos da América em 1917. Os outros europeus, incluindo a Espanha, permaneceram neutros.

A guerra não viria a interromper a diplomacia, embora a única verdadeira tentativa de paz fosse uma iniciativa dos Estados Unidos da América, antes da sua entrada na guerra em 1917, menos de um mês após a queda do regime de czares na Rússia.

O que surpreende na ação diplomática durante os primeiros meses da guerra, além do cuidado em atrair beligerantes pela França e pela Alemanha, dos esforços de contenção do conflito pela Inglaterra e dos equilíbrios de alguns para manter a neutralidade, é o claro desígnio de começar a pensar nas vantagens que se retirariam no final do conflito.

Em 1914, os dois lados acreditavam que a guerra seria rápida, circunscrita à Europa e limitada aos efetivos militares, como tinha sucedido até então nos conflitos europeus. A mundialização, os efeitos colaterais nas populações civis, o uso militar das novas tecnologias e a própria duração do conflito foram fatores que foram sendo acrescentados pelos decisores políticos e militares. Mas não eram previsíveis quando das mobilizações, única fórmula de dissuasão então existente, nem quando do início do conflito.

Apesar disso, as diferentes diplomacias, com o modelo do Congresso de Viena presente, iniciam análises e consultas sobre a melhor forma de projetar os interesses nacionais e de recolher vantagens territoriais, económicas, estratégicas e militares no final da guerra. Mais do que pensar numa paz negociada, como viria a suceder em 1939-1945, o paradigma das diferentes diplomacias europeias foi traçar os frios cenários do pós-guerra.

O desenho do Tratado de Versailes foi iniciado em 1914. Seria outro se a Alemanha tivesse ganhado. Mas isso é o outro lado da História, ou melhor, é outra história.

# TEMA 2 | O ESTADO DA ARTE DA GUERRA NO INÍCIO DA I GUERRA MUNDIAL

ARNAUT MOREIRA

## Introdução

Quando se tornou necessário atribuir um nome a esta guerra, nenhum dos conceitos clássicos até aí utilizados parecia adequado. O critério da nomeação dos contendores ou o critério da localização geográfica pareciam absolutamente despropositados perante um conflito que, em tudo, parecia ultrapassar os limites conhecidos das guerras anteriores. Até a tentativa inicial de lhe chamar a Guerra de 1914, alimentando uma infundada esperança de que a guerra seria necessariamente rápida e de que pelo Natal as tropas estariam em casa com as suas famílias, se desvaneceria logo nas primeiras semanas de combate.

Na verdade o termo “grande”, para esta guerra, parece-nos, hoje, uma designação extraordinariamente ajustada e consensual. Estima-se que cerca de 70 milhões de combatentes terão sido mobilizados e nove milhões terão sucumbido. Entre a população civil o balanço final é também catastrófico: sete milhões de mortos.

Perante estes números, até parecem inadequadas as reflexões iniciais de Clausewitz sobre o facto de a guerra real ser sempre menos brutal do que a guerra em conceito. Parece que estivemos, afinal, mais próximos do enunciado da sua primeira ação recíproca: “A guerra é um ato de violência e não há limite à manifestação desta violência. Cada adversário faz a lei do outro, de onde resulta uma ação recíproca que, em conceito, deve conduzir aos extremos.”<sup>1</sup>

Parece também consensual que, na escala da conflitualidade, a classificação desta tragédia como guerra seja a classificação ajustada. Os conflitos, mesmo os conflitos armados, podem articular-se em redor de objetivos políticos particulares, admitem cedências sem que haja perda de face e podem desenvolver-se ao longo de linhas de atrição pouco violentas. Já as guerras raramente terminam, sem que haja claramente vencedores e vencidos, sem que haja imposições e humilhações e sem que as nações derrotadas se sintam impelidas a mudar o seu regime, afinal o regime que as conduziu à derrota.

A linha que gosto utilmente de traçar entre o conflito limitado e a guerra é a da consagração de recursos à prossecução do objetivo político. No caso de um conflito limitado, apenas uma parte dos recursos existentes na sociedade politicamente organizada é dirigida para o esforço do conflito. Já no caso de uma guerra, todos os recursos são colocados ao serviço do instinto natural de sobrevivência. A própria qualidade do debate interno acaba afetada e as vozes dissonantes acabam diminuídas pelo tom heroico dominante. Finalmente, as políticas de alianças acabam por arrastar para a violência generalizada uma multiplicidade de atores.

*O estado da arte da guerra no início do conflito* é uma reflexão muito sintetizada sobre o pensamento, o planeamento, a tecnologia e a organização militar no dealbar da Grande Guerra. Para esse fim, não dispensa a análise de um período que se inicia com as guerras da França Revolucionária e as Campanhas Napoleónicas e se desenvolve através da Guerra Civil Americana (1861-1865), da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), da Guerra dos Bóeres (1899-1902), da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e das Guerras Balcánicas (1912-1913).

É também um período que nos remete para o núcleo duro das transformações da segunda revolução industrial em que o carvão, o vapor e o ferro são substituídos pelo petróleo, pelo motor de explosão e pelo aço. São os avanços na metalurgia, na eletricidade e nas telecomunicações. É a revolução do caminho de ferro, dos couraçados, dos submarinos, do dirigível e do avião. É uma imensidade de novos recursos a incorporar na estratégia, no planeamento e na organização militar.

## O pensamento militar

Entre 1792 e 1815, e com exceção do breve ano que durou a Paz de Amiens, a Europa esteve continuamente em guerra. O conceito de nação em armas alimentou os conflitos com exércitos de dimensões nunca vistas, que obrigaram a novos modelos de organização e de articulação para a campanha e para a batalha. E esta época trouxe-nos, igualmente, o génio de Napoleão Bonaparte.

Esta revolução, na arte da fazer a guerra, deu maior fôlego ao pensamento militar na sua forma escrita, que, não abandonando a abordagem da pequena tática, evoluiu para uma análise mais elaborada da estratégia militar e da íntima relação da guerra com a política.

Deste período napoleónico destaco dois pensadores: Jomini, oficial suíço que serviu o Exército napoleónico como oficial de estado-maior do marechal Ney e do próprio imperador e que posteriormente serviu o Exército russo, e Clausewitz, soldado prussiano desde os 12 anos de idade, que serviu como oficial de estado-maior da Prússia e também da Rússia.

O que os une é o fascínio pelo tema da guerra. Em tudo o resto procuram a diferença.

Não obstante terem presenciado os mesmos acontecimentos históricos, deles extraíram diferentes visões. Jomini, como o arquiduque Carlos da Áustria, tem uma prosa simples e um propósito didático, focado na articulação de forças e no seu relacionamento com o terreno. Do outro lado encontramos a escrita brutal e complexa de Clausewitz, olhando para a guerra como um produto das relações sociais e tendo como propósito o aniquilamento do inimigo.

Clausewitz e Jomini foram contemporâneos e leram-se mutuamente. Uma certa hostilidade recíproca transparece nas suas obras e vai-se progressivamente acentuando, como se cada um procurasse marcar a diferença em relação ao outro: *Da Guerra*, de Clausewitz, obra póstuma de 1832 e *Sumário da Arte da Guerra*, de Jomini, publicada em 1838, espelham claramente esta animosidade.

De uma forma muito simples, onde Jomini busca uma generalização em proveito de uma teoria da guerra, Clausewitz afirma uma particularização situacional, desvalorizando as tentativas de criação de um conjunto de regras prontas a aplicar. Para Clausewitz, a guerra é um verdadeiro camaleão, mudando um pouco de natureza em cada caso particular.

Não deixa de ser curioso notar que Clausewitz, um produto da Prússia conservadora, é um pensador revolucionário enquanto Jomini, um seguidor da Revolução Francesa, é mais conservador no seu pensamento militar.

O vasto rosário de guerras que se desenvolveu na transição do século XIX para o século XX manteve o tema da guerra omnipresente na sociedade, alimentando-o em permanência com exemplos e lições, e estimulando uma nova geração de pensadores militares.

Destaco neste período o marechal francês, Ferdinand Foch (1851-1929) e o general e historiador prussiano Friedrich von Bernhardi (1849-1930).

Ferdinand Foch começou a sua carreira militar como soldado na Guerra Franco-Prussiana e terminou-a no posto de marechal.

O brilhantismo de Foch como aluno da École de Guerre não passou despercebido e acabou por aí ingressar como professor, missão que cumpriu durante seis anos. As suas conferências tornaram-se tão famosas que deram origem a dois livros de referência. Refiro-me à obra de 1903 *Dos Princípios da Guerra* e à obra de 1904 *Da Conduta da Guerra*.

Ferdinand Foch era, portanto, já um caso de sucesso ainda antes de exercer funções militares de comando.

Foch entendia que a batalha defensiva nunca traria a destruição das forças do inimigo, nem permitiria conquistar o terreno na posse do adversário e era, por isso, uma manobra incapaz de obter a vitória. Só a ofensiva, utilizada de imediato ou após a batalha defensiva, poderia conduzir a resultados e deveria, assim, ser sempre adotada.

Relativamente às obras de Von Bernhardi, registo duas: *A Alemanha e a Próxima Guerra*, de 1911, em que a guerra aparece com roupagens de uma necessidade biológica, e a obra de 1912 *A Guerra de Hoje*, mais contida e também mais interessante do ponto de vista da arte da guerra. Para Bernhardi, os princípios mais gerais da guerra permanecem os mesmos em todos os casos, mas as circunstâncias particulares obrigam a empregar diferentemente os meios de ação. Analisando positivamente os ensinamentos de Moltke, entende que não se deve aplicar numa guerra os ensinamentos do passado senão na medida em que eles sejam compatíveis com as condições presentes.<sup>2</sup>

Entende que não é indispensável que se rivalize com os inimigos prováveis em todos os fatores do potencial estratégico, como o Exército de massas, peças de artilharia, constituição de artilharia pesada e de equipamentos de cerco, transporte ferroviário ou o emprego de todos os recursos da técnica moderna. Bernhardi sugere que não nos devemos lançar numa corrida armamentista em todas estas capacidades, mas sobre aquela que for considerada decisiva.

É preciso que nos libertemos da influência das opiniões formadas. É preciso que se aprofunde e se desenvolva em todo o sentido a ideia que fazemos de uma guerra futura.<sup>3</sup>

Sem uma clara ideia sobre como será a guerra do futuro, arriscamo-nos a investir os nossos recursos nos equipamentos do passado.

Este pensamento abre-nos espaço para uma curta reflexão sobre a ideia da guerra antes da Grande Guerra.

## A ideia da guerra

Quem se debruça sobre as questões da plemologia, apercebe-se que o planeamento e a conduta da guerra nem sempre se regem pela razão cartesiana. A guerra é também um território de paixões, de exaltações, de leituras e percepções simplificadas do mundo e das realidades, nem sempre convenientemente filtradas pela experiência acumulada e pelas lições aprendidas.

Estas percepções, a que gosto de chamar *a Ideia da Guerra*, vão-se integrando no espírito do analista e do decisor e condicionarão as orientações a dar e as decisões a tomar. Não raramente transformadas em premissas absolutas e inquestionáveis, acabarão por silenciar discussões e por afastar colaboradores.

Cito algumas destas ideias:

*Manual de Treino de Cavalaria do Exército Britânico 1907*: A espingarda não pode substituir o efeito provocado pela velocidade do cavalo e pelo terror do frio do aço.<sup>4</sup>

Foch 1911: A aviação é uma coisa fina enquanto desporto. Mas como instrumento de guerra é inútil.<sup>5</sup>

No entanto, a ideia que mais contaminou o planeamento militar da Grande Guerra foi talvez a de que a superior força moral do soldado francês só era compatível com o conceito de **ofensiva custe o que custar** (*l'offensive à outrance*).

Há aqui uma transposição simplista do pensamento militar de Foch, feita por um estado-maior ardendo em fervor patriótico, embora pouco atento ao poder de fogo que se estava construindo. Chefiava, nessa altura, o Departamento de Operações Militares no Estado-Maior o tenente-coronel Louis de Grandmaison, que fora um dos mais de 400 alunos de Foch.

O que saiu escrito no *Regulamento Francês de 1913* sobre a conduta das grandes unidades deve aqui ser recordado: "Os ensinamentos do passado frutificaram. O Exército francês, regressando às suas tradições, não admite mais outra lei na conduta das operações que não seja a ofensiva."

Relembremos que, só nas duas primeiras semanas da guerra, os franceses sofreram 210 mil baixas, tendo perdido dez por cento de todos os seus oficiais.

## A grande manobra estratégica

Abordado o pensamento militar e a ideia de guerra, importa, agora, verificar como estas realidades se traduziram no planeamento militar de um conflito que parecia apenas aguardar um rastilho adequado. Recordo que este planeamento militar deveria, em termos gerais, permitir à Alemanha imperial impor e ver reconhecido o seu estatuto de grande potência, e à França recuperar os territórios da Alsácia e da Lorena.

Do lado da Alemanha, o **general von Schlieffen**, que ascendera em 1891 às funções de chefe do Grande Estado-Maior alemão, entendia que a Rússia demoraria algumas semanas a concluir a mobilização, pelo que lhe parecia mais adequado iniciar a guerra conduzindo um ataque rápido sobre a França, que levasse à rendição desta, antes de um ataque à Rússia. Uma manobra que lhe permitiria enfrentar apenas um inimigo de cada vez. Sete oitavos da força alemã seriam empregues na manobra inicial contra a França e apenas um oitavo na contenção das forças russas, pedindo ajuda à Áustria-Hungria para essa frente oriental.

O plano Schlieffen, na sua versão de 1906, pretendia obter a rendição da França em seis semanas e assentava numa manobra de envolvimento muito larga, evitando o dispositivo militar francês na fronteira comum. O ataque principal atravessaria a Holanda e a Bélgica, e ameaçaria Paris por Norte e por Oeste. A postura final das forças alemãs permitiria atacar o Exército francês pela retaguarda. Esta manobra de envolvimento seria potenciada por uma manobra secundária de engodo, permitindo aos franceses avançar temporariamente nas províncias da Alsácia e da Lorena para desequilibrar ainda mais o dispositivo francês.

O plano Schlieffen de 1906 previa uma enorme concentração de meios no ataque por envolvimento, de forma a garantir que se atingiam, o mais rapidamente possível, os objetivos na retaguarda do inimigo. Corria, por isso, deliberadamente, riscos no resto da frente.

Contudo, em 1906, Schlieffen reformou-se e foi substituído por von Moltke – o jovem oficial bastante menos audacioso. Moltke reduziu forças no ataque principal por envolvimento e reforçou com elas o dispositivo alemão na fronteira com a França.

Este é o plano que será aprovado. O plano continua ousado, mas o balanceamento de forças é, então, mais conservador e a manobra de envolvimento através da Bélgica arrisca-se a não ter forças suficientes para atingir o coração da França.

Os franceses numeravam os seus planos desde 1875 e, em 1912, começaram a trabalhar o Plano XVII. Era um plano ofensivo que procurava aproveitar o sistema ferroviário entretanto levantado e que permitiria concentrar forças rapidamente junto da fronteira alemã.

Muito se tem escrito sobre o Plano XVII, sobretudo sobre se ele continha efetivamente uma ideia de manobra, ou se era apenas um plano de concentração de forças orientadas para uma ofensiva a Norte e a Sul de Metz. Numa das últimas reuniões de Joffre com os seus generais, a 3 de agosto de 1914, dia da declaração de guerra da Alemanha à França, alguns dos seus comandantes de Exército saíram com a ideia de que faltava uma ideia na manobra francesa. Se havia essa ideia, ela ficara na cabeça de Joffre, que a não comunicou nem diretamente nem por escrito.<sup>6</sup>

Os franceses contavam também que o seu flanco norte, na fronteira com a Bélgica, pudesse ser protegido pela Força Expedicionária Britânica e que, na frente oriental, os russos entrassem rapidamente em combate.

Para os britânicos, potência naval indiscutível, o segredo do desfecho da guerra residia, em grande parte, na capacidade de acesso a matérias-primas, o que tinha uma tradução do ponto de vista militar: necessidade de conter a poderosa esquadra alemã no Mar do Norte, impedindo-a de passar ao Atlântico.

## Os elementos de combate

O armamento e a tecnologia condicionam, tanto como a vontade humana, a capacidade de transformar o planeamento militar em campanhas militares. Importa, portanto, aqui referi-lo sucintamente de forma a avaliarmos a coerência de todo o sistema.

Ao longo do século XIX, nunca a preponderância da **infantaria** na composição das forças foi posta em causa e o seu armamento foi, talvez, aquele que sofreu uma evolução qualitativa mais pronunciada.

No início do século XIX, o armamento individual do soldado de infantaria assentava no mosquete, arma de tubo muito comprido, de alma lisa, projétil esférico e de carregamento pela boca do tubo, o que obrigava o soldado a permanecer de pé para poder proceder ao municionamento da arma. A cadência de tiro era, portanto, muitíssimo baixa, o soldado estava exposto durante todo este processo e as nuvens de fumo provocadas pelo disparo das sucessivas linhas de atiradores ocultavam o alvo que pretendiam atingir.

Num relativamente curto espaço de tempo, esta situação mudou radicalmente. Cargas propulsoras que não produziam fumo, canos estriados e projéteis alongados, municionamento pela culatra e o aparecimento da munição produziram uma revolução na forma de combater: com o novo sistema de municionamento, o soldado de infantaria podia executar todas as operações de carregamento, pontaria e disparo sem nunca se levantar, permanecendo, desse modo, muito menos exposto ao fogo inimigo.

A generalidade destas armas podiam ser eficazes a 500 metros e permitiam um disparo em cada quatro segundos<sup>7</sup>. No início da Grande Guerra, todos os grandes exércitos tinham adotado armas de infantaria incorporando estas tecnologias.

Além da arma individual, no último terço do século XIX, a infantaria começou a dispor de uma arma coletiva temível: a metralhadora.

A primeira metralhadora consistente e fiável foi criada por um médico americano, Richard Gatling, em 1862, empregue na Guerra da Secessão e pelos britânicos contra os zulus, em 1879, e consistia num conjunto de seis tubos que rodavam em torno de um eixo e que eram sucessivamente municionados, permitindo uma cadência de tiro da ordem dos 200 disparos por minuto.

Em 1884, a tecnologia da metralhadora conheceria um novo impulso com a invenção de *sir* Hiram Maxim. Passou a ter um único cano arrefecido a água e alimentado por munições dispostas ao longo de uma fita. A cadência de tiro da metralhadora britânica Vickers Mk 1, por exemplo, chegava aos 500 disparos por minuto e podia alcançar 3475 metros. Era um poder de fogo nunca visto.

Os exércitos europeus não tardaram e adotar a metralhadora para equipar organicamente as suas tropas de infantaria. Havia, no entanto, um problema complexo na utilização tática da metralhadora: era uma arma muito grande, pesava cerca de 22 Kg e precisava de mais do que um homem para a operar. Era eficaz numa posição defensiva, mas pouco prática para o apoio de operações que exigissem grande mobilidade tática.

Para o combate próximo, e além do sabre baioneta adaptável à espingarda individual, importa referir duas armas novas: a granada de mão e o lança-chamas, com um efeito psicológico não despreciando.

Quanto à guerra química, ela não fazia parte da arte da guerra antes do conflito. Aliás, as grandes potências tinham assinado a convenção de Haia, proibindo a utilização de projéteis que permitissem a difusão de gases asfixiantes ou de gases que produzissem efeitos nefastos. Mas a convenção não tinha sido clara quanto à utilização de gás lacrimogénio, utilizado no controle de multidões. Foi por aí que começou a utilização do gás em combate.

Toda esta evolução tecnológica deu à infantaria um poder letal nunca visto no campo de batalha. Mas, e este é um ponto fundamental da minha intervenção, que inovações ocorreram no campo da proteção do combatente, que lhe permitissem assegurar a sua sobrevivência no novo campo de batalha? Praticamente nenhuma.

O soldado de infantaria francês usava, no início da guerra, uma túnica em azul-escuro com calças vermelhas. As tropas não estavam nem sequer equipadas com capacetes metálicos. Os franceses usavam um gorro de lã vermelho e os alemães um capacete de couro endurecido, terminado num pico, o Pickelhaube.

Não havia, então, nenhum elemento de proteção antibalística no uniforme dos soldados no início da guerra. Quando muito havia uma pequena pá, destinada a escavar, se necessário, um pequeno abrigo individual de proteção.

Testadas com comprovado sucesso nas guerras anteriores, as trincheiras pareciam, no entanto, uma não solução para a arte da guerra no início do conflito.

Elas foram uma inevitabilidade não prevista e não desejada. A ideia de uma guerra de movimento, rápida e decisiva que estivesse resolvida por altura do Natal, era incompatível com as soluções estáticas das trincheiras.

Outro empecilho à guerra de movimento foi o arame farpado, inventado nos Estados Unidos na década de 60 do século XIX para controlar o gado. Foi utilizado com sucesso, em 1899, na Guerra Anglo-Boer, na batalha de Magersfontein, e, extensivamente, na batalha de Mukden, em 1905, na Manchúria, na Guerra Russo-Japonesa.

Depois de termos passado em revista o armamento da infantaria e das técnicas que lhe permitiram ganhar proteção, vamos agora olhar para dois outros elementos de combate a que Clausewitz também deu primordial importância.

A **cavalaria** sempre se caracterizou por duas valências fundamentais: a sua mobilidade e o seu poder de choque. As cargas de cavalaria, lançadas nos momentos decisivos das batalhas, tinham ao longo da história mostrado capacidade de causar desequilíbrios de potencial significativos, determinando frequentemente onde estavam os vencedores e os vencidos.

Parecia, porém, evidente que o aumento exponencial do poder de fogo poderia ser um tremendo obstáculo ao seu emprego convencional, pelo menos na frente ocidental. Mas esta possibilidade não foi levada a sério por nenhum dos lados: os alemães mobilizaram para o início da guerra 715 000 cavalos e, das cinco divisões da FEB, uma era de cavalaria.

Em termos de **artilharia**, cada Corpo de Exército Francês possuía tipicamente 120 peças de calibre 75, enquanto o Corpo de Exército Alemão possuía 160 peças de artilharia, de diferentes calibres. O canhão de 75 era muito eficaz contra tropas a descoberto, mas não estava vocacionado para o tiro curvo, uma desvantagem contra tropas abrigadas na defensiva. Para esse tipo de guerra, o grande calibre da artilharia alemã possuía inegável vantagem.

Uma nota também para as **transmissões**. No imenso nevoeiro da guerra, as comunicações adquiriram uma importância nunca antes vista. Os equipamentos rádio mostraram-se muito volumosos para a campanha e fixaram-se, sobretudo, nos meios navais. O telefone de campanha tornou-se o principal meio de comunicação. Como alternativa, podiam utilizar-se cães e pombos para transportar as mensagens. Temos de prestar aqui uma justa homenagem aos pombos militares: 95 % das mensagens entregues a pombos chegaram ao seu destino.

Abordo agora, para terminar, a **dimensão naval e a dimensão aérea**.

No início do século XX, a Grã-Bretanha era a potência marítima mundial incontestável e a Alemanha percebera que não era possível alimentar a ideia de um império colonial significativo sem dispor de uma marinha qualificada. Em 1898, Guilherme II promoveu a primeira Lei da Marinha, a que se seguiria, em 1900, o programa de construção de cruzadores, em 1906, o programa de construção de couraçados e, em 1912, o programa de construção de submarinos.

A Grã-Bretanha alarmou-se com esta corrida alemã ao mar e, com enormes custos financeiros, relançou o seu programa de construção naval. Em 1906, entrou ao serviço o *HMS Dreadnought*, um gigante couraçado de 18 000 toneladas, com dez peças principais de 304,8 mm com alcances de 22 km, mais blindado e alcançando velocidades de 21,6 nós.

Além do gigantismo da componente de superfície, as grandes marinhas passaram a contar também com **submarinos**, dando uma nova dimensão à guerra naval. Esta dimensão, inicialmente considerada pouco ética, acabou por ter um desenvolvimento muito rápido. À entrada da Grande Guerra e já equipados com periscópio, motores elétrico e *diesel* e armados de torpedo autopropulsor, estes temíveis equipamentos de subsuperfície existiam em elevado número.

A **dimensão aérea**: o percurso humano para vencer a gravidade orientou-se segundo duas linhas – a linha da passarola do nosso padre jesuíta Bartolomeu de Gusmão, que teve como expoente máximo os dirigíveis do conde Ferdinand von Zeppelin, e a linha mecânica do motor de explosão que levaria aos voos experimentais dos irmãos Wright, em 1903.

Na véspera da Grande Guerra, não era evidente qual destas linhas iria triunfar. O avião mostrava-se promissor em termos de velocidade e manobrabilidade, mas o dirigível tinha enorme capacidade de carga e uma autonomia de voo muito superior. Até que os dois se enfrentaram nos céus em 1916, as opiniões dividiram-se quanto à superioridade de cada um.

## Conclusão

Em jeito de conclusão, gostaria de alinhar cinco curtas reflexões.

O pensamento militar conheceu uma época de grande fulgor entre as guerras napoleónicas e a Grande Guerra. Ao deixar de encarar a guerra como um ato volitivo e ao transformá-la num fenómeno social ou mesmo numa necessidade biológica, o pensamento militar justificou-a e acrescentou-lhe violência e crueldade.

O planeamento militar tornou-se um processo muito profissional e passou a ser escrito. Para lidar com a complexidade gerada pela dimensão dos exércitos, pelos desafios da logística e pela incorporação das novas tecnologias disponíveis, escolas e academias de guerra foram criadas nos diferentes países, densificando a classe de oficiais de estado-maior.

O espectro de uma guerra anunciada apenas à procura de um detonador alimentou-se e foi alimentado por um fervor patriótico que percorreu as sociedades e, naturalmente, os estados-maiores militares. Esta pressão patriótica simplificou o pensamento militar publicado e contaminou o planeamento militar com soluções heroicas, mas pouco razoáveis.

Enquanto o armamento ofensivo cavalgou todas as novas tecnologias emergentes, ninguém pareceu preocupado com a tremenda desproteção do soldado.

As múltiplas inconsistências entre pensamento militar, ideia da guerra, planeamento militar e equipamento militar são, certamente, uma das explicações para o que se passou há cem anos, e que Winston Churchill captou numa frase exemplar: "Todos os horrores de todos os tempos convergiram num terrível conflito que engoliu não apenas exércitos, mas populações inteiras."

## Bibliografia

- AA. VV., "A Guerra que não trouxe a Paz", *Courrier Internacional*, n.º 233, setembro 2014.
- AA. VV., "I Guerra Mundial em Imagens", *Visão História*, n.º 24, junho 2014.
- AA. VV., "Las Armas del Apocalipsis", *Historia y Vida*, n.º 557, agosto 2014.
- AA. VV., Canal de História, *A História da Grande Guerra*, Clube do Autor SA, Lisboa 2013.
- BERNHARDI, Friedrich von, *La Guerre d'Aujourd'hui*, s.r.
- CLAUSEWITZ, Carl von, *De la Guerre*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1955.
- FOCH, Ferdinand, *Des Principes de la Guerre*, Imprimerie Nationale Éditions, Paris, 1996.
- GILBERT, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007.
- GRANT, R. G., *World War I The Definitive Visual Guide*, Dorling Kindersley Lt, London, 2014.
- MARTELO, David, *Origens da Grande Guerra*, Edições Sílabo, Lisboa, 2013.

---

<sup>1</sup> CLAUSEWITZ, Carl von, *De la Guerre*, p. 53.

<sup>2</sup> BERNHARDI, Friedrich von, *La Guerre d'Aujourd'hui*, p. 4.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>4</sup> Citado de GRANT, R. G., *World War I The Definitive Visual Guide*, p. 70.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>6</sup> Ver sobre este tema o Capítulo V de MARTELO, David, *Origens da Grande Guerra*.

<sup>7</sup> AA.VV., "Las Armas del Apocalipsis", *Historia y Vida*, p. 30.



Da esquerda para a direita: Bessa Pacheco, Nuno Severiano Teixeira, José de Matos Correia e Lemos Pires

## II PAINEL

### TEMA 3 | PORTUGAL E A GRANDE GUERRA: ENTRE A MEMÓRIA DO PASSADO E OS DESAFIOS DO FUTURO

#### NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

Vivemos, hoje, tempos difíceis, como tempos difíceis se viviam, há um século, nas vésperas da eclosão da Grande Guerra.

Nos princípios do século XX, Portugal atravessava um período de crise, como um período de crise atravessa neste princípio do século XXI.

Bom seria, no momento em que se assinala o início das comemorações da participação de Portugal na Grande Guerra, que a memória do passado nos ajudasse e enfrentar os desafios do futuro.

A entrada de Portugal no século XX ficou marcada por dois acontecimentos matriciais: primeiro, a fundação da República, em 1910, segundo, a entrada de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918.

São dois momentos distintos, mas que têm em comum o mesmo significado histórico: a entrada de Portugal no novo século e a sua adaptação às dinâmicas internacionais em desenvolvimento e, particularmente, à dinâmica europeia.

No início do século XX, o pensamento estratégico português encarava Portugal como um país de vocação exclusivamente marítima – atlântica e colonial – e sem interesses estratégicos no continente europeu. Um pensamento que se manteve ao longo do século e permaneceu, inalterado, até à dupla transição, pós-autoritária e pós-imperial, na segunda metade da década de 80.

Como resultado de condicionantes geopolíticas e de movimentos de longa duração histórica, Portugal conheceu, de um ponto de vista do seu lugar no mundo e da sua inserção internacional, uma forte corrente de matriz antieuropeia. Esta matriz, que foi historicamente dominante, teve reflexos numa longa tradição política e diplomática, assim como na formulação do pensamento estratégico e militar.

Esta matriz antieuropeia tinha por base duas ou três ideias fundamentais: em primeiro lugar, uma percepção contraditória, e em certos momentos históricos, mesmo, dilemática entre a Europa e o Atlântico; em segundo lugar, e como consequência, considerava que Portugal não tinha interesses estratégicos na Europa, porque a sua vocação era marítima e nunca continental; finalmente, em terceiro lugar, essa vocação marítima traduzia-se em dois vetores, quase exclusivos, na orientação estratégica da inserção internacional do país: o Atlântico e o império.

Mas se não existia interesse político e diplomático, nem tradição militar na participação portuguesa em teatros europeus, é legítima a pergunta: por que razão entrou Portugal na I Guerra e, em particular, na guerra europeia?

Nunca o compreenderemos se não tivermos em consideração o contexto político e internacional em que se inseria a jovem República portuguesa.

A situação internacional da República era extremamente frágil. Frágil na Europa e frágil nas colónias.

No plano europeu, entre outubro de 1910, quando foi instaurada a República, e setembro de 1911, Portugal teve um regime republicano que não era reconhecido, internacionalmente, pelas grandes potências europeias. Nem *de facto* nem *de jure*. Ou seja, durante quase um ano, entre outubro de 1910 e setembro de 1911, Portugal não foi reconhecido, formalmente, do ponto de vista internacional. A partir de setembro de 1911, o regime republicano português passa a ser reconhecido formalmente, mas não é aceite, política e diplomaticamente, pelas outras potências europeias. Não era aceite, como se dizia na época, "no Concerto das Nações". Portugal atravessou, então, um longo período de marginalidade internacional que afetou, penosamente, a credibilidade da República portuguesa que, ao mesmo tempo, se viu ameaçada, por duas vezes, na Península Ibérica, por incursões monárquicas, vindas de Espanha e com a tolerância da monarquia espanhola, em 1911 e 1912.

Não era mais fácil a situação no plano colonial. Também em África, por duas vezes, em 1898 e 1912, a Inglaterra e a Alemanha tinham concluído acordos secretos sobre a partilha das colónias portuguesas. Por razões de ordem política e diplomática e, finalmente, pelo desencadear da própria guerra, em 1914, nunca se concretizaram. Mas o seu espectro nunca se dissipou e havia, por isso mesmo, em Portugal, a consciência plena do risco que corria a soberania e a integridade do território colonial português.

Contudo, também no plano interno, a situação não era fácil, no que toca à estabilidade governativa e no que toca à própria legitimidade política do regime. Desde a implantação da República em 1910, o país vivia um regime político marcado pela instabilidade democrática. Basta dizer que, entre 1910 e 1914, a estabilidade média dos governos era da ordem do ano e meio. E que nos anos da guerra, e precisamente por causa da guerra, entre 1914-1916, a média da estabilidade governativa se centrava na ordem dos seis meses. Sucede que à questão da instabilidade acrescia a questão da legitimidade. A República tinha sido instaurada pela Revolução. Tinha legitimidade revolucionária, mas não tinha conquistado plena legitimidade nacional. Nem todos se reviam no regime e a radicalização progressiva da República deixou nas suas margens, à esquerda e à direita, largas franjas da sociedade portuguesa. Nada disto, como é óbvio, fortalecia o regime ou consolidava a República.

É neste contexto de extrema fragilidade que o governo republicano decide a intervenção de Portugal na Grande Guerra.

Fragilidade política do regime, no plano interno, e fragilidade internacional do país, no plano externo: ameaçado pela Alemanha, nas colónias; ameaçado pela Espanha, na Península; e consciente da transigência de Inglaterra, a sua fiel aliada e garante da sua soberania, em relação à Alemanha e em relação à Espanha.

Situação mais grave e crise mais profunda é difícil de imaginar: não estava só em causa a sobrevivência do regime; mais do que isso, estava em causa a soberania do Estado.

A decisão da intervenção de Portugal na guerra europeia faz-se, pois, segundo uma estratégia intervencionista, isto é, uma estratégia diplomática que forçou, deliberadamente, a entrada em guerra. Uma estratégia que, aproveitando uma conjuntura internacional favorável, obrigou a Inglaterra, contra a sua própria vontade e quicá contra o seu próprio interesse, a aceitar a entrada de Portugal na Grande Guerra.

Como é que tal foi possível? Em 1915, tinha começado a guerra submarina que afetara, pesadamente, a frota britânica.

Consequentemente, a Inglaterra começou a sofrer uma enorme carência de tonelagem para efeitos, quer logísticos, quer operacionais. Quando solicita ao governo português que requisite os navios alemães surtos em portos portugueses, a diplomacia portuguesa aproveita a oportunidade para dizer que "sim, mas..."; isto é, Portugal requisitaria os navios, mas sob a condição de que tal se fizesse ao abrigo da Aliança inglesa.

De acordo com a estratégia intervencionista do governo português, ao entrar em guerra, ao lado dos aliados e ao abrigo da Aliança inglesa, Portugal conseguiria, num só gesto, reforçar a aliança luso-britânica, neutralizar as pretensões alemãs e espanholas e alcançar os seus objetivos, tanto no plano colonial, como no plano europeu.

No plano colonial, não só garantia a integridade do império, sob a proteção inglesa, como lograva, ao mesmo tempo, comprometer a possibilidade de a Inglaterra vir jogar a sorte das colónias portuguesas na mesa futura das negociações de paz.

No plano europeu, diversificava, diplomaticamente, a posição estratégica de um Portugal beligerante, por oposição a uma Espanha neutra. E julgava, com isso, conquistar o tão almejado o reconhecimento no Concerto das Nações.

Conseguiria, finalmente, um desígnio inconfessado, de natureza política interna: a consolidação e a legitimação nacional do regime.

Na Conferência da Paz, em Versalhes, Portugal conseguiu por inteiro, o seu objetivo colonial: o império ficou intacto. Mas falhou, pelo contrário, também por inteiro, o seu objetivo europeu: o reconhecimento no Concerto das Nações significava na política internacional do pós-guerra um lugar no Conselho Executivo da Liga das Nações que Portugal beligerante jamais conseguiu, quando o conseguiu a Espanha neutra. Foi a grande derrota de Portugal. Mas houve pior: no plano interno, não só o regime não se consolidou, como não sobreviveu às consequências devastadoras da guerra – à crise económica e financeira e às suas consequências sociais, à desagregação político-partidária e à deslegitimação das instituições democráticas, à desmoralização da sociedade e ao seu divórcio do regime. Acabaria por cair, pela força das armas, às mãos de um golpe militar que abriu caminho a 48 anos de autoritarismo. Mas essa é uma outra história.

Na entrada de Portugal em guerra, na sociedade, nas forças políticas e na opinião pública portuguesa foi consensual a intervenção militar em África. Porque estavam em causa o território português e a soberania nacional.

Não foi consensual – pelo contrário e abriu clivagens profundas na sociedade portuguesa – a participação militar no teatro europeu. Estas clivagens podem sintetizar-se em três grandes fraturas:

– A primeira, no seio do regime republicano, entre os partidos republicanos moderados, não intervencionistas, e o partido mais radical do republicanismo, intervencionista.

– A segunda linha de fratura, fora do sistema político, à direita do regime republicano, com os monárquicos divididos entre aliadófilos e germanófilos.

– E, finalmente, a terceira linha de fratura, também ela fora do sistema político mas à esquerda do regime republicano, com o movimento operário, o movimento socialista e o movimento anarquista, dividido entre guerristas e pacifistas.

A estas clivagens na sociedade, acrescem as clivagens no interior do sistema político. E durante os anos da guerra, a República conheceu vários governos. Todos eles com posições diferentes perante a guerra. Mais, os governos caíam por causa da guerra e chegavam ao poder para mudar a política de guerra. Todos com diferentes objetivos. Todos com diferentes estratégias. Sem que, por isso mesmo, Portugal pudesse ter uma estratégia nacional.

É este o contexto em que Portugal entra em guerra, em maio de 1916, em que as tropas portuguesas chegam às trincheiras da Flandres, em janeiro de 1917, e em que participa na guerra até ao armistício em novembro de 1918.

No imaginário político de então, era difícil perceber que, nas trincheiras da Flandres, se jogava a defesa da pátria. Esta não era uma missão tradicional de defesa do território; era, em boa verdade, *avant la lettre*, uma missão de apoio à política externa do Estado, em tudo precursora do tipo de missões militares internacionais que são nos nossos dias, as chamadas missões de paz.

A presença de Portugal na Grande Guerra é a marca da intervenção militar portuguesa no teatro europeu no princípio do século XX, teatro a que só regressaria, no fim do século, numa missão com a mesma natureza de apoio à política externa, agora sob a égide das Nações Unidas e no quadro da operação de paz nos Balcãs.

Não direi que a História é mestra da vida. Mas direi que o conhecimento que se produz na academia não deve ficar encerrado numa torre de marfim das universidades. É um "bem público" e deve ser posto ao serviço da sociedade. E que melhor momento que as comemorações.

As comemorações são liturgias laicas de ritualização da História em que as comunidades nacionais, através de rituais públicos, celebram a memória, reatualizam o passado e projetam o futuro coletivo. São momentos simbólicos de reprodução e afirmação da identidade nacional.

Num momento em que Portugal tanto precisa de acreditar em si próprio e projetar o seu futuro coletivo, saibamos todos aproveitar este momento. Estou certo de que o governo o saberá ao articular a agenda científica e o ritual cívico, neste momento, que pode e deve ser de afirmação da identidade nacional.

Olhando para o passado a pensar no futuro, talvez o que os historiadores escreveram sobre a experiência portuguesa em 1914-1918 nos possa ajudar, pelo menos, a refletir sobre os erros que cometemos na I Guerra que talvez não devêssemos cometer nas operações de paz.

Em primeiro lugar, não se deve partir para uma intervenção internacional desta natureza sem um largo consenso político e sem o apoio da opinião pública.

Em segundo lugar, não se deve partir para uma intervenção internacional desta natureza sem o treino completo e o equipamento militar de acordo com os *standards* internacionais das Forças Armadas, ao lado das quais as forças portuguesas vão operar.

Em terceiro lugar, deve manter-se constante a posição política do país e estreita a relação entre os responsáveis políticos e as chefias militares, no apoio às forças no terreno. Isto é, deve haver uma estratégia nacional.

E, finalmente, depois do regresso, não se deve esquecer o reconhecimento, material e simbólico, aos combatentes e, em particular, à memória dos que caíram pela pátria.

A realização de uma missão militar internacional como instrumento de apoio à política externa do Estado foi o determinante da participação portuguesa, no início do século XX, na guerra europeia. E este é hoje, de novo, o determinante da participação militar portuguesa nas missões internacionais lá onde se joga a segurança internacional e a paz no mundo.

Os contextos são diferentes: ontem, tratava-se de campanhas de guerra, de uma guerra entre nações. Hoje, trata-se de operações de paz, muitas vezes para pôr fim à guerra entre nações.

Mas, ontem como hoje, são os mesmos os valores por que Portugal se bateu: a Paz, a Liberdade e a Democracia.

## TEMA 4 | O EXÉRCITO DE PORTUGAL NO INÍCIO DA GUERRA: AÇÃO, REAÇÃO E OMISSÃO

### LEMOS PIRES

No dia 1 de agosto de 1916, no posto de defesa Nangadi do Rio Rovuma, “uma das sentinelas do Corpo Expedicionário Português”, os alemães decidiram atacar. Desde abril desse ano que os raids alemães se tinham sucedido contra vários destes postos sendo os alemães “vencidos umas vezes, outras vencedores” porque, como afirma o tenente Costa: “Menos prevenidos ou menos felizes, mal se defendem, mal resistem, por ser impossível a defesa do que não tem defesa, ou a resistência do que não tem apoio.”<sup>1</sup> Para ilustrar, de uma forma muito breve e sintética, as condições em que se encontrava o Exército português durante a Grande Guerra, neste caso em África, escolhemos aprofundar o exemplo de um ataque a este posto.

Em Nangade existiam as seguintes forças (de tipologia e organização muito distintas): uma secção da 21.ª Companhia Indígena Expedicionária, comandada pelo tenente José Reis Pereira; um pelotão da 1.ª Indígena dos Territórios, comandada pelo alferes António Maria e 16 praças do Corpo de Polícia do Niassa, comandadas pelo 1.º cabo Vieira. Na véspera tinha assumido o comando do posto o capitão Francisco Pedro Curado<sup>2</sup>, em que o próprio afirma, no relatório que publicou após a operação, que nada fazia prever um ataque naquela madrugada do dia 1 de agosto.

Durante a noite, os alemães passam “cautelosamente” o rio Rovuma e às cinco e meia da manhã são avistados a cortar as linhas telegráficas que ligavam Nangade aos restantes postos defensivos. O pânico instala-se imediatamente entre as populações que avistam o avanço alemão e “praças indígenas (...) mulheres, crianças e alguns carregadores” correm para o posto. Era a primeira vez que Nangade sofria um ataque. Uma vez recolhidas no interior do reduto defensivo, o capitão Curado decidiu fazer sair um pequeno destacamento para barrar a estrada de aproximação (a estrada que vinha de Mocimboa do Rovuma) a fim de evitar o corte de mais linhas de comunicação e deter o avanço alemão. O destacamento, que era composto por 15 soldados comandados pelo tenente José Reis Pereira e dois cabos europeus, ainda avançou 300 metros na direção do inimigo, mas, rapidamente, foi forçado a retirar, entrincheirando-se na retaguarda. Os alemães avançavam a coberto da densa vegetação, pelo que era muito difícil conseguir avistar o seu movimento.

O destacamento alemão, por sua vez composto por quatro oficiais no comando de tropas indígenas e carregadores, começou o ataque sobre o reduto com o tiro simultâneo de três metralhadoras. Muitos dos soldados, que nunca tinham ouvido o som “de uma metralhadora, deitaram-se no chão a fazer tiros para o ar “sem se importar com as pontarias ou até simplesmente com a direção”. O capitão Curado, experiente nas campanhas em África, tentou orientar o esforço defensivo tomando algumas iniciativas, nomeadamente: colocar sobre os parapeitos sacos com as rações de alimentação aumentando assim a altura e permitindo que se respondesse ao fogo inimigo com maior segurança; cessar o fogo em todos os lados do reduto e concentrar o uso das munições na “face” da retaguarda por onde se fazia sentir mais diretamente o fogo das metralhadoras inimigas. Era o próprio capitão Curado que coordenava diretamente a execução do fogo de uma forma “disciplinada, por descargas regulares” e, ao fim de duas horas (cerca das 9:00 horas da manhã), o inimigo decidiu, então, retirar.

Do lado alemão morreram um oficial e cinco soldados, dois desaparecidos e dez gravemente feridos; do lado português ficaram feridos dois oficiais e 12 soldados. Nesta tentativa de assalto alemão a um reduto português, como em muitos dos ataques junto à fronteira do Rovuma, ficaram muitas interrogações: O que se passou? Porque não se tinha detetado a aproximação das forças? Porque não se enviaram imediatos reforços? Porque não se reagiu de forma disciplinada? Embora não existissem respostas claras, nem reações determinadas ou significativas, para mudar o estado muitíssimo precário em que se encontravam milhares de combatentes junto à fronteira norte de Moçambique, foram dadas algumas explicações (exclusivamente ao nível tático) que, para este caso do dia 1 de agosto de 1916, foram as seguintes:

- Os alemães tinham passado o Rovuma e não foram detetados porque, dos cinco postos de observação montados na área, estes distavam entre si mais de três quilómetros e o rio, em agosto, era facilmente transponível a vau em várias passagens. Os militares colocados nesses postos, mal avistaram os alemães, recuaram imediatamente para Nangade sem terem dado o alarme. O alferes

António Maria já tinha avisado, na véspera, o capitão Curado que “nenhuma confiança merecem os meus soldados, visto, quando em vigilância no Rovuma, sistematicamente fugirem à vista de uma patrulha inimiga, sem oferecerem a mínima resistência”<sup>3</sup>.

- O tenente Pereira, que comandou o destacamento enviado ao exterior, quando decidiu ir ao reduto pedir reforços, acabou por ser ferido impedindo-o de voltar e, assim, não foi possível fazer uma perseguição ao inimigo que retirava.

- Uma parte das armas portuguesas Kropatschek de 8 mm, devido ao muito uso, à areia e à dilatação provocada pelo calor “não abriam a culatra”, pelo que se tornou necessário distribuir “petróleo” para fazer a lubrificação – dois soldados foram enviados às várias faces da defesa, com martelos, para abrir as culatras mais difíceis.

- Registaram-se falhas em muitos dos cartuchos devido à má qualidade das munições e ao facto de muitas das molas do percutores se terem partido<sup>4</sup>.

O esforço militar português em África era, então, como ainda o é hoje, pouco conhecido e pouco falado em Portugal, quando comparado com o esforço e a visibilidade do envio de forças para a Flandres europeia: “A organização e partida das forças expedicionárias a Angola e Moçambique quase que despercebida tem passado.” O então tenente-coronel de infantaria Barbosa tentou justificar esta apatia pública pela necessidade de se garantir o deslocamento por mar em segurança num “fundado receio de ataques inesperados em alto mar” e, por isso, na hora do embarque, os combatentes portugueses vão “quase que abandonados, como que esquecidos, atravessam as ruas da cidade (...) cabisbaixos, silenciosos”. Termina este autor: “Parece que um misterioso silêncio envolve tudo quanto diga respeito ao nosso trabalho em África” (Barbosa, 1917: 837). Palavras premonitórias, infelizmente, ainda plenas de atualidade, passados quase cem anos.

Desde muito cedo que se tinha assumido a péssima preparação para estas operações e se identificaram as falhas mais graves, em especial, nos sistemas de sustentação da força (Barbosa, 1917: 841). Portugal nunca tinha tido um sistema que permitisse, rapidamente, reforçar as colónias com uma expedição: “Lacuna imperdoável na organização militar colonial é não existir uma preparação conveniente, para que uma força expedicionária da metrópole possa económica e prontamente marchar para apoiar as forças coloniais; nada está feito nesse sentido.” Era ainda reconhecido como devia ser privilegiado o recrutamento local em desfavor das expedições europeias, porque “as tropas europeias custam muito mais caras e esgotam-se mais depressa do que as indígenas”. Reconhecia-se o enorme desconhecimento do terreno e da região em geral: “O grande e sintético ensinamento colhido nesta campanha da África Oriental foi que os nossos adversários sendo conhecedores do terreno e incansáveis na instrução de tropas (...) enquanto nós ignorantes do terreno e negligentes na instrução das tropas ficámos quase sempre reduzidos a uma atitude passiva.” (Martins, 1920: 110-111 e 411). Finalmente, e acima de tudo, sabia-se que o Exército de 1914-1918 nada tinha a ver com o Exército português das campanhas de África efetuadas nas décadas anteriores<sup>5</sup>. A partir do momento (1908, Regicídio) em que as “choças dos civis armados da Carbonária” se tinham infiltrado dentro das unidades do Exército, que a disciplina, a hierarquia, a organização e todo um sistema de comando e planeamento coerente tinha efetivamente desaparecido (Telo, 2014b: 2 e 5)<sup>6</sup>.

Face a um teatro de operações muito difícil “no interior de África onde as comunicações não existem ou são rudimentares”, em que as colunas de marcha tinham de transportar consigo tudo o que necessitavam para várias semanas de campanha e sem quaisquer estruturas de apoio na região (tiveram todas de ser construídas, de origem, numa base inicialmente em Palma, no norte de Moçambique)<sup>7</sup>, fica, inevitavelmente, a pergunta: como foi possível pensar que se poderia responder a uma ofensiva alemã em África, com estes recursos, com base num Exército profundamente fragilizado e minado pela política, num país que vivia uma situação interna extremamente volátil, financeira e economicamente endividado?

Em 1914, em Portugal, não existiam os equipamentos necessários, os fardamentos e os armamentos para equipar os milhares das forças expedicionárias porque “não houve qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento desde 1908” (...) e porque a instituição tinha estagnado e regredido na sua evolução. O Exército estava, ainda, no domínio operacional, “completamente desatualizado no que diz respeito às novas correntes do pensamento militar” (Telo, 2014b: 13). Mesmo que se quisesse, em cima do início das operações em 1914, tentar reverter esta situação, era ainda mais difícil porque tudo se tinha agravado nos processos morosos de aquisição ao estrangeiro (numa época em que toda a Europa se encontrava em guerra). Era quase impossível adquirir as tão necessárias “estações de telegrafia sem fios, lençóis impermeáveis, automóveis e os seus pertences, por vezes os soros e as especialidades farmacêuticas, metralhadoras e munições, aviões e pertences”. Na metrópole tinham de se criar, por isso, condições para “manufaturar nos estabelecimentos fabris do Exército ou na indústria particular muitos artigos considerados indispensáveis, como hastes e arreios para o transporte a dorso de metralhadores e munições, víveres (...), material sanitário (...), forragem para os solípedes”. Depois era necessário assegurar o transporte até Moçambique “somente em navios portugueses porque outros não havia”. Tudo praticamente faltava e pouco, ou quase nada, estava preparado para efetuar as ambiciosas expedições a milhares de

quilómetros da Europa. Para cúmulo da impreparação, nem as inspeções médicas eram realizadas e, entre os enviados, havia muitos infetados com a sífilis (Marques, 2012: 76).

Em 1917, três anos após o início das operações em Moçambique, o diagnóstico do estado das forças portuguesas era inequívoco: "A nula preparação do nosso Exército para a guerra, a falta de recursos financeiros e ainda mais o tempo perdido na definição da nossa situação perante a guerra europeia." Não se soube, ou deliberadamente não se quis, definir um claro objetivo político em 1914 sobre o que fazer em Moçambique e, como vimos, desde pelo menos 1910, o Exército português estava profundamente minado politicamente e incapaz de poder responder de forma coerente a uma guerra mundial que se desenvolvia em múltiplas frentes. De 1914 a 1918, o Exército era "uma coisa híbrida, com um pé cá e outro lá, politizada e dividida, minada de clubes e associações secretas (...) era uma instituição sem alma e sem coesão" (Telo, 2014b: 13). A indefinição e a ausência de uma resposta coerente prolongou-se até 1917, fundamentalmente, porque "não nos contentámos em cooperar em África com a nossa velha aliada" e, como ambicionámos fazer muito mais do que as condições permitiam, foram criadas "dificuldades insuperáveis para uma cabal e perfeita organização" (Barbosa, 1917: 842-843).

A 11 de setembro de 1914, o primeiro destacamento expedicionário para Moçambique, sob o comando do coronel Massano de Amorim (que voltará no final da Grande Guerra como governador)<sup>8</sup>, partiu de Lisboa "em péssimas condições", no meio de muita indisciplina<sup>9</sup> no paquete inglês *Durhan Castle* escoltado pelo navio de guerra português *Almirante Reis*. Chegaram a 16 de outubro a Lourenço Marques e, embarcados a 28 desse mesmo mês no navio *Moçambique*, chegaram a Porto Amélia no dia 1 de novembro "exaustos e desmoralizados ainda antes de serem levados para a fronteira" (Costa, 1930: 367-368 e Cann, 2002: 369). Iriam as coisas mudar nos anos seguintes? Infelizmente não!

Nas duas expedições seguintes (1915 e 1916), a primeira do tenente-coronel Moura Mendes e a segunda (terceira em Moçambique) do general Gil encontraram as bases com os hospitais cheios "com a circunstância agravante de faltarem por completo os mais indispensáveis elementos para serem convenientemente tratados os impaludados e disentéricos". A expedição de 1916, que devia incorporar a de 1915, não pôde contar com esta, ou seja, partiu para a ofensiva com menos "uma bateria de artilharia, uma de metralhadores e todo o batalhão de infantaria 21", além de diversas companhias de indígenas<sup>10</sup>. Diz Gil que "eram as primeiras e sérias contrariedades" (Gil, 1919: 335). À falta de transportes marítimos somava-se um corte substancial nas forças disponíveis, e "desprovido de montadas" partiu para o ataque. O remanescente das forças de Moura Mendes, "os mínguos restos da expedição de 1915", embarcou a 6 de novembro no paquete *Moçambique* e atracou a 13 de dezembro de 1916 no cais da Areia (Lisboa) "trazendo a bordo umas 300 praças das 1500 com que partira da ponte do Arsenal no dia 7 de outubro de 1915" (Marques, 1920: 304). Entre 1916 e 1918, tudo o que não foi feito e, face ao que ocorria e deveria ter sido feito, levou a um desabar contínuo das expectativas colocadas nos combates.

A descrição sobre as condições locais existentes no final de 1917 era clara: "O clima era mau, depauperante, insalubre, porque um lençol de água que corre a pequena profundidade se achava inquinado devido à grande aglomeração de europeus e indígenas." Descreve-nos Ponte os perigos locais, dos leões à matacanha, das cobras e dos ratos, dos maus serviços de saúde e de subsistências "que maus foram até final da campanha"<sup>11</sup>. Para agravar o mau ambiente, também as notícias da campanha geral em Moçambique eram pouco animadoras: "Lamentável incidente do brioso alferes Gorgulho que, ao primeiro voo realizado em Mocímboa da Praia, caiu desastrosamente, incendiando-se o aparelho debaixo do qual morreu carbonizado (...) foi a causa da aviação não mais ter atuado até ao final da campanha." O apoio aéreo (aviões Farman F-40, comprados a França), uma novidade ainda em experimentação, mas que já era considerado na época como uma mais-valia para apoiar os militares naquela região, acabava, assim, de ser cancelado (Ponte, 1940: 340-342 e Marques, 2012: 215).

Ponte continuou a sua descrição das operações com alguns episódios que nos dão uma imagem muito real do ambiente verdadeiramente hostil que se vivia nesta região, como, por exemplo, o ataque de um leopardo a um alferes inglês, deixando-o "horripantemente ferido" que, não conseguindo devorar o inglês, acabou por "devorar um desgraçado carregador". O indício da má preparação da defesa portuguesa era evidente, por exemplo, na rendição do capitão Benigno Tavares que, ao fim de três dias de resistência, ficou sem munições. Ou no aumento gradual de casos de escorbuto devido à "insuficiência e invariabilidade da alimentação, da falta de vegetais sobretudo". Outro fator era a reduzida mobilidade das forças portuguesas porque, enquanto para cada alemão havia "um carregador", os portugueses tinham de carregar, além do seu armamento, "um malote" de vestuário "que lhes dificultava os movimentos". Os carregadores, em número insuficiente, não eram pagos, e "fugiam constantemente". A situação era de facto má, mas o que mais inquietava é que parecia que nada fora feito de significativo durante os quatro anos de campanha para alterar as péssimas condições em que o Exército tinha de combater. Não se agiu, pouco se reagiu, predominou a omissão e a ausência de resposta.

No dia 9 de fevereiro de 1917, por decisão do alto comando britânico, o general Van Deventer foi nomeado comandante das forças aliadas e o coronel Sousa Rosa o comandante das forças portuguesas de Moçambique e do Niassa (Ponte, 1940: 708-710). Estávamos, mais uma vez na nossa história, a combater ao lado da Grã-Bretanha. Mas havia uma grande diferença, uma enorme diferença, entre Portugal e os nossos aliados. Barbosa afirma que o que a Inglaterra tinha para preparar as suas forças era o que mais faltava em Portugal: "Dinheiro, dinheiro e dinheiro!" (Barbosa, 1917: 841-842). Porém, esta é a ponta de um iceberg de um problema muito mais profundo. O que verdadeiramente faltava era um Exército capaz, disciplinado e coeso. Pelo contrário, o que existia contava ostensivamente com a desconfiança dos governos de Lisboa, minado internamente, apoucado externamente, privado de grande parte dos seus melhores oficiais e com gravíssimos casos de indisciplina no seu seio (ver descrição em Telo, 2014a e b). Sem recursos, sem uma política clara, sem uma direção estratégica esclarecida, com uma organização fortemente desmoralizada e indisciplinada e, conseqüentemente, sem a determinação para aprender e alterar o estado das forças de acordo com a evolução dos combates, o prognóstico sobre o Exército, em 1914, teria de ser, naturalmente, "muito reservado". Teriam os nossos aliados sentido os mesmos problemas, terão agido ou reagido da mesma forma? Vamos aprofundar.

## A guerra em África

O continente africano, no final do século XIX e princípio do século XX, era considerado extremamente importante para a Europa e, conseqüentemente, as disputas territoriais foram frequentes. O fundador da Alemanha, Bismark, tinha avisado que a procura de territórios em África levaria inevitavelmente a "conflitos indesejados". Além das guerras denominadas de "pacificação", em toda a África apareciam agora as "guerras de brancos", combatidas entre poderes europeus, sendo a mais notória a guerra Anglo-Bóer que levou, por exemplo, à mobilização de mais de 400 000 militares britânicos e deixou, no final deste conflito, a África do Sul completamente arruinada. Alguns dos conflitos quase levaram a guerras abertas, opondo interesses entre a França e a Grã-Bretanha, ou entre a Alemanha e a França com a Grã-Bretanha e a Espanha, ou Portugal contra a Grã-Bretanha e, ainda, muita desconfiança de Portugal e da Bélgica sobre as reais possibilidades das negociações entre a Alemanha e a Grã-Bretanha sobre os territórios africanos.

Os primeiros tiros disparados na I Guerra Mundial foram em África, por um sargento-mor alemão da Colónia do Togo, para impedir que os britânicos destruíssem uma estação de transmissões no seu território<sup>12</sup>. Em África, como na Europa e nas restantes frentes da guerra, todos viveram a ilusão de que a guerra estaria terminada antes do Natal de 1914, mas não só foi em África que a guerra começou primeiro como lá terminaria mais tarde, quase duas semanas depois de o armistício ser declarado em novembro de 1918.

A I Guerra Mundial, em África, envolveu inúmeras nações e povos: alemães, britânicos, portugueses, franceses, belgas, sul-africanos, indianos, além dos inúmeros povos locais, que direta e indiretamente, sofreram as agruras deste longuíssimo e vasto conflito. Apenas para dar uma ideia da magnitude dos efeitos desta guerra, lembramos que entre as vítimas deste conflito estão os 45 000 carregadores do Exército britânico e, se contarmos com todas as forças africanas combatentes ao lado dos britânicos, os mortos atingiram os 100 000, ou seja, tantos como os americanos que morreram na Grande Guerra. Em África, a guerra foi tão ou mais terrível do que a que se viu nas lamacentas trincheiras da Flandres, pois, como afirmou um dos soldados britânicos, que esteve nas duas frentes de guerra: "Preferia estar em França a estar aqui" (Paice, 2008: 1-7).

A guerra em África era completamente distinta da que se combatia na Europa. A África Oriental Alemã, com a qual Moçambique fazia fronteira a norte, era duas a três vezes o tamanho da Alemanha, sem estradas e apenas com duas linhas de caminho de ferro, com épocas de chuvas torrenciais e secas prolongadas, onde a água tem por vezes mais valor do que o ouro. As vastas áreas em que se desenrolaram as operações estavam infestadas de doenças terríveis e marcadas pelos ataques permanentes por todo o tipo de animais: girafas que destroem as linhas telegráficas, hipopótamos que atacam as embarcações nos rios e as pessoas junto à água, leões que comem os soldados durante a noite, rinocerontes que atacam durante as marchas, elefantes que destroem as linhas de caminho de ferro, crocodilos que impedem que se atravessem os rios e até enxames de abelhas que atacam sem piedade quem se aproxime das suas colmeias.

Este era o ambiente comum a todas as nações que se defrontaram em África e, ao contrário do que ocorreu na Europa, a forma como cada um dos beligerantes lidou com as condições extremas em que teve de operar foi, porventura, mais relevante do que a simples comparação entre o potencial de força que opunha os adversários. A primeira das nações a adaptar-se foi, curiosamente, a última das potências coloniais a chegar a África, a Alemanha. Enquanto as restantes nações esperavam que a guerra não atingisse o continente africano, a Alemanha tomou a iniciativa e agiu.

## A iniciativa alemã em 1914

Ninguém esperava uma guerra em África, quando a mesma foi declarada no verão de 1914. De uma forma geral, todos os países europeus nesse continente tinham forças preparadas para apenas conduzir operações de segurança interna, ou seja, para debelar focos de insurreição ou graves alterações da ordem pública. As forças militares presentes em África não foram nem estavam pensadas para combater contra outras forças europeias (britânicos, alemães, belgas e portugueses), tinham poucas forças, estavam mal equipadas, com pouquíssimo armamento pesado e sem preparação para combates de grande dimensão. Mas a guerra começou e rapidamente se espalhou por toda a África, tanto em terra como no mar.

No dia 6 de agosto de 1914, o navio alemão *Königsberg* atacou o britânico *City of Winchester* junto ao golfo de Áden, tornando este a primeira baixa na Marinha adversária. Como retaliação, a Marinha britânica, através dos seus navios *Pegasus* e *Astrae*, bombardearam a capital da África Oriental Alemã, Dar-es-Salam, nos dias 8 e 9 de agosto, danificando a estação rádio e a central de comboios. Em 20 de setembro, o *Königsberg* afundou o *Pegasus* (Jordan, 2008: 74-75).

O primeiro tiro em terra tinha sido dado, do lado dos aliados, pelo sargento-mor Alhaji Grunshi, do Exército britânico, contra a estação rádio de Kamina no Togo alemão. Na sequência desta ação, os britânicos cercaram o Lomé e grande parte da faixa costeira do Togo. Praticamente não encontraram resistência alemã<sup>13</sup> e a ofensiva terminou com a denominada Batalha de Chara a 22 de agosto. Muito diferentes foram as ações na África Oriental Britânica, Portuguesa e Alemã. Devido à iniciativa de Paul Emile von Lettow-Vorbeck, o comandante alemão na África Oriental, que, ao decidir lançar um ataque em território britânico no dia 15 de agosto, contra Taveta na África Oriental Britânica, acelerou o expandir das operações em terra. Este ataque indiciava uma estratégia bem delineada para constituir uma base de operações, bem dentro do território britânico, com a finalidade de defender a linha de caminho de ferro de Ussambara, entre Tanga e Mochi, garantindo, assim, a liberdade de circulação dos alemães.

Por causa destas ações alemãs, o alto comando britânico determinou um ataque a Dar-es-Salam e mais cinco ataques às várias colónias alemãs espalhadas pelo mundo. A Alemanha não se deixou intimidar e continuou a sua ação ofensiva, incluindo um ataque, em 22 de agosto, pelo navio *Hedwig* ao porto Belga de Lukuga e, no dia 24 do mesmo mês, um ataque terrestre contra o posto português de Maziua, em Moçambique. Agosto era, assim, o mês da iniciativa alemã em África e, no final do mesmo, ainda um navio alemão tentou destruir o caminho de ferro na África Oriental Britânica (entre Mombaça e o Lago Vitória).

Estas primeiras ações alemãs, dirigidas pessoalmente por Vorbeck na parte norte da África Oriental, mostravam a forma arrojada de conduzir operações num sistema a que os aliados não estavam habituados, ou seja, através da condução de operações com unidades pequenas e dotadas de alta mobilidade (ao nível – escalão – pelotão com dois ou três graduados europeus a enquadrarem cerca de 20 askaris e outros tantos carregadores para transportarem os explosivos) e que ficavam em operações por vários dias, dormindo em acampamentos improvisados. A resposta britânica, para fazer a segurança das centenas de quilómetros da linha de caminho de ferro, passou por montar postos avançados ao longo da linha, mas que se provaram impreparados para o efeito: ficavam longe das bases principais em condições muito deficitárias e, expostos aos perigos permanentes desta região, foram vítimas das doenças e dos animais selvagens, levando ao pânico e às frequentes deserções (Abbot, 2002: 14).

No mar, durante os primeiros meses da guerra, o navio *Königsberg* tinha afundado mais de uma dúzia de navios mercantes junto à costa arábica e atacado a linha de caminho de ferro francesa que ligava a Somália Francesa à Abissínia. Se do lado alemão havia iniciativa, uma estratégia bem pensada e uma ação permanente, do lado britânico as coisas estavam confusas, a reação muito lenta e pobremente conduzida pelo, então, comandante das forças na África Oriental Britânica, sir Henry Belfield.

Na prática, como constatámos anteriormente, nenhuma das potências coloniais presentes em África dispunha de forças para fazer a “guerra entre brancos”, ou seja, entre si. As forças existentes estavam dimensionadas para conduzir, exclusivamente, as campanhas internas “de pacificação” e para a manutenção da ordem pública<sup>14</sup>, como podemos observar com alguns exemplos:

- No Uganda, duas das quatro companhias existentes estavam, em 1914, em campanha interna contra uma rebelião dos Turkanas e, para fazer a defesa dos 180 km de fronteira com a África Oriental Alemã, apenas dispunham de 200 europeus e indianos com o apoio de 3000 guerreiros Baganda (Paice, 2008: 30).
- A Rodésia do Norte, administrada pela British South Africa Company, apenas dispunha de cinco companhias de polícia “paramilitares” e duas de polícia “distrital”, com um total de 800 homens. Quando os alemães atacaram nesta direção, tiveram de ser os belgas, com a sua *Force Publique* estacionada no Katanga, a reforçar a defesa da colónia.
- Noutro caso, que teve fortes repercussões na estratégia portuguesa em Angola, no Sudoeste Africano, as ações sul-africanas contra os alemães estiveram comprometidas por quase meio ano, devido ao esforço que teve de ser feito para debelar uma rebelião bóer que tentava, mais uma vez, a sua independência (com o apoio natural das forças alemãs entre 15 de setembro de 1914

e fevereiro de 1915). Apenas seria possível neste território, em 12 de maio de 1915, a conquista de Windhoek (a capital alemã do Sudoeste Africano), possibilitando aos portugueses o alívio junto à fronteira sul de Angola e a concentração das suas operações na pacificação dos povos entretanto revoltados na região.

Tornava-se evidente a necessidade de grandes reforços em África e, a 1 de setembro de 1914, a *Indian Expeditionary Force "C"*, comandada pelo brigadeiro-general James Stewart, a primeira de sucessivas forças expedicionárias britânicas, começou a desembarcar em África. A Grã-Bretanha, surpreendida pela iniciativa estratégica alemã, queria *reagir* e passar rapidamente à ação.

A efetiva ação dos britânicos, reforçados pelos belgas na Rodésia do Norte, evitou que um dos maiores receios dos aliados se concretizasse, que era a junção das forças de África Sudeste e da Oriental Alemã, através da faixa de Caprivi (Paice, 2008: 33). Este receio, que também preocuparia as autoridades portuguesas, iria aparecer pontualmente nos anos seguintes da campanha. Afinal, os alemães também queriam o seu mapa cor-de-rosa, mas, no final do mês de outubro, a ação ofensiva alemã em África, simultaneamente em múltiplas frentes, tinha efetivamente terminado e, assim, obrigando a que se concentrassem numa frente única. Os custos destas ofensivas tinham sido muito elevados (com muitas baixas) e, além das baixas causadas em resultado do confronto direto, a situação interna dos territórios afetados mantinham-se como uma preocupação permanente.

A Alemanha, como as restantes potências coloniais presentes em África, tinha tido muitos problemas (e as consequentes campanhas – guerras) com as populações dos seus territórios. No caso da África Oriental Alemã, é o próprio governador da Colónia, Heinrich Schnee, a reconhecer que “os 8 milhões de habitantes têm tendência para a rebelião” e as duas grandes campanhas “de pacificação”, levadas a cabo na primeira década do século XX, eram a prova deste sentimento (Paice, 2008: 17). Além de tentarem a submissão dos povos que residiam nos seus territórios, os alemães tentavam, ainda, provocar a insubmissão entre as colónias vizinhas, como, por exemplo, através de ações de propaganda com “professores corânicos e de panfletos em suaíli distribuídos nas mesquitas do Niassa” (Marques, 2012: 203). Era uma estratégia de longo prazo dominar os povos nos seus territórios e fomentar a insubmissão (ou a adesão dos povos à Alemanha) nas possessões coloniais das restantes potências europeias. Esta linha de ação será permanente durante a guerra, com fortes consequências nas colónias portuguesas.

Para terminarmos este capítulo, vimos como uma ação decisiva da parte de Vorbeck tinha desequilibrado o tabuleiro estratégico da região, em 1914. Mas muitas das ações por si decididas não tinham tido sucesso, ou porque o custo tinha sido muito elevado, ou porque, nas restantes colónias alemãs em África, a guerra estava já perdida (Togo e Camarões) ou, ainda, fortemente comprometida (África Sudeste Alemã). Era o momento de parar, reorganizar e redefinir estratégias. Para os britânicos (essencialmente, porque tanto belgas como portugueses ainda não tinham declarado uma intenção clara de combater os alemães), era o momento de alterar radicalmente a sua estratégia e procurar, em vez de uma reação *aqui e ali* bem-sucedida e globalmente pouco eficaz, passar à ação e tentar tomar a iniciativa.

Em 1914, nas múltiplas ilusões desta Grande Guerra global, muitos julgaram que esta estaria terminada pelo Natal. Também aqui, em África, se pensou que assim seria e, como veremos, assim se continuaria a pensar nos anos seguintes: que estaria terminada no Natal de 1915, depois seria no de 1916 ... mas apenas terminou no Natal de 1918.

## **A reação britânica no final de 1914 – o desastre de Tanga**

A Grã-Bretanha nomeou o major-general Arthur Aitken (que não tinha experiência de campanhas em África) para comandar uma força expedicionária de 8000 homens (desde a guerra Anglo-Bóer, esta seria a maior força expedicionária a desembarcar em África). Vale a pena analisar a forma como esta expedição foi formada, as condições em que foi enviada e como chegou ao território africano porque, como veremos, todos estes erros “monstruosos” seriam repetidos pelas sucessivas expedições portuguesas.

A viagem entre a Índia e África tinha levado cerca de duas semanas em navios sobrelotados (1000 soldados transportados em navios com o máximo de capacidade de 800), com um cheiro nauseabundo, em condições péssimas para a saúde, sem espaço para se deitarem sequer no chão. As tropas tinham sido enviadas, deliberadamente, sem terem sido sujeitas a uma inspeção médica, tendo partido, desde Carachi, inúmeros soldados com disenteria que, neste ambiente fechado e sobrelotado, se espalhou epidemicamente (Paice, 2008: 41).

O plano de Aitken, em concordância com as ordens recebidas superiormente, era atacar os portos de Tanga e de Dar-es-Salam, mas, por razões ainda hoje pouco conhecidas, iria optar por concentrar o ataque apenas sobre a cidade de Tanga. Como observámos pela descrição das terríveis condições em que as forças foram transportadas, parecia lógico que estas desembarcassem primeiro em território britânico, para recuperarem, antes de se lançarem num ataque contra os alemães, mas Aitken tinha pressa e mandou as forças diretamente para o ataque. No dia 2 de novembro, os 14 navios que compunham a esquadra de assalto, aproximaram-se da cidade de Tanga.

Vorbeck também tinha receio que Aitken fizesse o ataque simultâneo sobre Tanga e Dar-es-Salam, mas quando percebeu que o ataque seria apenas sobre a primeira, decidiu uma forte concentração das forças alemãs para a defesa do porto. A forma "desastrosa" como decorreu esta operação conjunta britânica (naval e terrestre) está bem documentada em inúmeras obras (por exemplo: Paice, 2008; Abbot, 2002), mas, para melhor comparar com a situação das forças portuguesas enviadas para a guerra, gostaríamos de salientar os seguintes pontos:

- O major-general Aitken, muito confiante na superioridade numérica, enquanto esperava que o ataque começasse, encontrava-se a ler um livro, de forma descontraída no convés do navio, enquanto o seu adversário, Vorbeck, estava em contínuo movimento, alterando e movimentando as suas forças, de acordo com a manobra britânica.
- As forças estavam mal preparadas, sujeitas a um transporte em péssimas condições, mal equipadas e nada preparadas para enfrentar o clima e as condições de vida nesta região de África.
- A superioridade que se obtém com algumas armas, como as metralhadoras colocadas em posições preparadas e a artilharia a acompanhar, desequilibrou, durante toda esta ação, o rácio das forças, claramente a favor dos alemães.
- Aitken apenas desembarcou em terra no dia seguinte ao ataque, pelas 15.00 horas e, apesar da evidência da forte resistência que os alemães tinham preparado, continuava convencido de que a oposição seria fraca e que Vorbeck pretendia mandar retirar as suas forças para o interior: o desembarque das forças britânicas foi tão lento (por várias razões que estão descritas nas obras referenciadas), que os últimos três batalhões apenas o fariam na madrugada do terceiro dia.
- A meio do dia 4 de novembro, Vorbeck colocara as suas nove companhias e as 15 metralhadoras em posições dominantes sobre as várias posições de avanço britânico e, naturalmente, mesmo com muito maior número de tropas (sete batalhões), os britânicos foram vítimas de um autêntico massacre<sup>15</sup>.
- Conforme Vorbeck previra, o impreparado avanço britânico permitiu que os alemães lançassem um contra-ataque sobre o flanco esquerdo de Aitken, desequilibrando o ataque decisivamente a seu favor; as forças britânicas desanimaram e tudo se agravou com manifestações de indisciplina, como foi o caso do motim da tripulação grega a bordo do navio *Fox*.
- O resultado só não foi pior para os britânicos porque um "toque inexplicável de clarim" levou a que os alemães recuassem para posições interiores em Tanga, em vez de perseguir os britânicos em fuga que, por sua vez, deixaram muito do pessoal e material para trás (designadamente oito metralhadoras, 455 espingardas, meio milhão de munições, equipamentos telefónicos, abafos, cobertores e uniformes), incluindo 49 feridos graves.
- No final, registaram-se 817 baixas entre os britânicos (das quais 31 oficiais mortos e outros 30 feridos), ou seja, 15% da força expedicionária, enquanto os alemães tinham sofrido apenas 125 baixas.

Tinha, assim, terminado o assalto a Tanga: "*One of the most ignominious defeats ever inflicted on a British Army*" (Paice, 2008: 58), "*a disaster (...) much had to be done*" (Jordan, 2008: 76). Os britânicos efetuaram, então, um inquérito detalhado e rigoroso ao que aconteceu, mudaram as chefias (superiores e intermédias) e alteraram profundamente a organização, a estratégia e a tática, mas, ainda assim, não impediram que os alemães obtivessem vantagens nos anos seguintes (Jordan, 2008: 79). Numa reação deliberada e pronta, iriam aprender e alterar dramaticamente a forma de combater em África nos meses e nos anos seguintes; os belgas fariam o mesmo mas, inexplicavelmente, os portugueses, que a tudo puderam assistir, não souberam, ou não quiseram, porque a política não lhes permitiu retirar as lições fundamentais deste falhanço britânico e teriam a sua "Tanga" dois anos depois, entre outubro e dezembro de 1916, em Nevala.

### **Preparando as campanhas dos anos seguintes em África – aliados ou concorrentes?**

Em 1915, era claro que todas as potências coloniais em África tinham a Alemanha como adversário, mas a forma de o demonstrar era muito distinta. A Grã-Bretanha e a França estavam já declaradamente em guerra contra a Alemanha, a Bélgica mostrava claros sinais de aderir a uma campanha mais ofensiva, enquanto Portugal hesitava entre uma defesa assumida ou a iniciativa de participar em ações ofensivas contra os alemães. Também era claro que todos tinham interesses bem distintos e, por vezes, pouco compatíveis, para uma colaboração integrada contra a Alemanha.

Um dos exemplos é o desejo manifestado pela França de enviar, desde Madagáscar, um Corpo Expedicionário (*Corp Mobile*), com quatro batalhões para combater na África Oriental (com dois dos batalhões já prontos para partirem no início de 1915: um batalhão de malgaches e outro composto por forças europeias, crioulas, senegalesas e camaronesas). Mas a desconfiança britânica de que esta participação francesa era uma forma de, posteriormente, virem a reclamar mais territórios na região, levou à decisão de declinar a oferta (Abbot, 2002: 5). Com a Bélgica e com Portugal a relação será, também, permanentemente tensa, marcada por trocas de acusações e objetivos difusos e pouco claros<sup>16</sup>.

Em síntese, em 1915, sentia-se a necessidade de uma colaboração eficaz para derrotar os alemães, mas não se estava disposto a comprometer os interesses nacionais para esse efeito. Seria, como se verá, uma colaboração em negociação e nunca uma coordenação eficaz e, muito menos, uma direção política ou estratégica única ou integrada. O dilema britânico, como o francês, belga ou, posteriormente (em parte), o português, era claro – sendo as forças necessárias para combater nas outras frentes, como manter e reforçar as de África? Este era o dilema, esta era também a aposta alemã (em especial de Vorbeck) – forçar a um grande empenho de forças aliadas em África e, assim, desviar parte significativa do potencial de combate aliado da frente europeia (Abbot, 2002: 16 e Jordan, 2008: 82).

### **Mozambique 1916, em Nangade, como se chegou aqui?**

Em 1814, no final da Guerra Peninsular, o duque de Wellington, comandante do Exército anglo-português dizia que os soldados portugueses eram os “galos de combate” do seu Exército e que estavam entre os melhores do mundo. No Exército Aliado da Guerra Peninsular, nesse ano de 1814, havia oficiais portugueses a ocupar as mais importantes funções, designadamente o comando de divisões e de muitas das brigadas aliadas. Havia confiança, respeito mútuo, britânicos e portugueses combatiam como iguais e a força portuguesa foi considerada essencial para se conseguir a vitória na libertação de Portugal, Espanha e para derrotar a França<sup>17</sup>.

Um século depois, a desconfiança entre os antigos aliados é grande, a força portuguesa está desarticulada e incapaz de se provar como um parceiro relevante. As forças britânicas, humilhadas pelos fracassos das suas operações, em especial as de 1914 e 1915 (além de Tanga, temos a fracassada expedição de Gallipoli junto aos Dardanelos), lançam acusações em todas as direções e, nos dois últimos anos da guerra em África, o alvo mais fácil são os portugueses. Como exemplo da crispação bem evidente está o desabafo de um oficial inglês perante o governador alemão da Alemanha Oriental Africana, que nem “uma libra daria por 1000 soldados portugueses”<sup>18</sup>. Como se tinha chegado até aqui? Antes de nos debruçarmos sobre o relacionamento entre aliados, comecemos por analisar o adversário comum, a Alemanha.

Um dos fatores mais visíveis para o sucesso alemão, mas não o único, foi a ação do seu comandante, Paul Emile von Lettow-Vorbeck. Os alemães aprenderam novas formas de combater e souberam, efetivamente, aplicar os ensinamentos colhidos. Na primeira década do século XX, utilizaram novas táticas contra as populações revoltadas na África Ocidental e Oriental Alemã (os povos Hetero e os Nama), usando, por exemplo, “terra queimada e movimentos ocultos pela selva”. Entre os oficiais que fizeram esta campanha está o major von Lettow-Vorbeck, o futuro comandante das *Schutztruppe* na África Oriental Alemã, durante a Guerra de 1914-1918.

Vorbeck, filho de um general prussiano, era um militar do quadro permanente do Estado-Maior do Exército. Tinha combatido nas campanhas da China, na denominada “Rebelião Boxer” e tinha tido um papel de destaque nas campanhas de “pacificação” da África Sudeste Alemã (Damaralândia), entre 1904 e 1906, (nesta última custou-lhe a perda da visão do olho esquerdo). Em 1913, foi nomeado comandante das forças armadas alemãs da África Oriental Alemã e, dentro da tradição prussiana da escola clauzevitziana, que defendia que em caso de uma guerra todas as componentes do Estado se subordinavam à manobra militar, implementou uma estratégia inclusiva e abrangente durante as campanhas que temos vindo a descrever.

Quando chegou à África Oriental, a primeira ação que Vorbeck tomou foi a de fazer um reconhecimento exaustivo, a fim de estabelecer um plano de defesa e de colocação de forças, de forma equilibrada numa área que era, no mínimo, o dobro da Alemanha e com fronteira para cinco colónias britânicas, uma belga e uma portuguesa (Abbot, 2002; Paice, 2008). Os alemães tinham a sua organização militar em África assente nas seguintes tipologias de forças (Abbot, 2002: 6-11; 14):

- As *Schutztruppe* (denominadas de forças de proteção), que estavam organizadas em unidades de escalão companhia (*FeldKompagnie*). Estas unidades eram enquadradas por oficiais e sargentos europeus (entre 16 e 20 do Exército alemão e que cumpriam um mínimo de uma comissão de dois anos e meio) e com os soldados africanos, na sua maioria, askaris (entre 160 e 200): cada companhia era acompanhada por 250 carregadores. Esta seria a unidade base alemã: companhias. Seria uma das principais diferenças face aos aliados que, em muitos casos, continuaram a usar unidades de muito maior efetivo e escalão (batalhões, ou mesmo no caso britânico, brigadas), com quadros europeus, muitas vezes em menor número, para enquadrar as forças africanas e com muitas unidades formadas, exclusivamente, por combatentes (soldados) da Europa e da Ásia.

- Curiosamente, não havia um corpo de artilharia separado, ou mesmo de cavalaria (devido à mosca tsé-tsé, que levava à morte dos cavalos, em menos de seis meses), mas estes meios existiam e eram integrados, sempre que possível, junto das companhias.

- As forças policiais alemãs (*Polizeitruppe*) foram, logo no início da campanha, integradas nas forças das *Schutztruppe*, ou seja, não atuavam como forças separadas e muitos dos habitantes europeus também foram integrados (alemães e austríacos): destaca-se o voluntarismo demonstrado por um oficial general já na situação de reforma, major-general Wahle, que não só aceitaria combater

e comandar uma parte significativa do esforço alemão em variadas frentes (em especial a frente oeste), como o de se sujeitar à autoridade de um oficial de patente mais baixa (na altura, coronel Vorbeck).

Ao longo da campanha em África, assistimos à enorme eficácia deste sistema alemão, face às unidades expedicionárias enviadas pela Grã-Bretanha (maioritariamente desde a Índia e da África do Sul) e de Portugal (da Europa). A Bélgica, usando um sistema mais parecido com o alemão, obteve bons resultados a partir do ano de 1915 (passando do uso exclusivo – e não muito eficaz – da *Force Publique* para um uso mais intenso das forças catanguesas).

Outra grande diferença era a natureza muito distinta das forças coloniais em uso, como as portuguesas, que misturavam forças expedicionárias do Exército Europeu com o Exército Colonial (as companhias indígenas expedicionárias, as dos territórios e as baterias indígenas de metralhadores) com forças nativas e forças europeias (espécie de milícias africanas) e, ainda, com forças policiais de natureza diversa (como a Polícia do Niassa e a Guarda Republicana de Moçambique). O exemplo que demos no princípio do texto em Nangade é ilustrativo da composição mista (melhor dizendo, misturada) destas forças e apenas pode ser explicada, se aprofundarmos o que se tinha passado em Portugal, nos anos que antecederam a entrada na guerra.

Um contínuo desgaste do Exército português, desde 1910, tinha levado a uma situação irreversível, em 1914. Era tarde demais e, da parte dos sucessivos governos portugueses, era evidente a falta de vontade em criar um Exército coeso, disciplinado e bem enquadrado porque, muitos dos oficiais que o poderiam fazer, ou já o tinham abandonado, ou tinham sido proscritos, exilados, afastados, ou, ainda, simplesmente, conspiravam ao lado de um dos movimentos políticos que buscava a próxima ronda no poder. Num Exército que se queria comandado e disciplinado tinha-se chegado à completa inversão da hierarquia, com sargentos e praças com mais autoridade política do que os próprios oficiais<sup>19</sup>, estes, por sua vez, divididos entre si, tanto em África como na Flandres, a conspirarem a favor ou contra o governo que estivesse, naquele momento, no poder em Lisboa.

Lisboa, por seu lado, tinha forçado a beligerância no teatro de operações europeu, numa época de grandes dificuldades, internas e externas, para o fazer: "É neste contexto, de extrema fragilidade, que o governo republicano decide a intervenção de Portugal na Grande Guerra. Fragilidade política do regime, no plano interno e fragilidade internacional do país, no plano externo: ameaçado pela Alemanha, nas colónias; ameaçado pela Espanha, na Península; e consciente da transigência de Inglaterra, a sua fiel aliada e garante da sua soberania, em relação à Alemanha e em relação à Espanha" (Teixeira, 2014: 5). Independentemente das variadas leituras políticas que se possa fazer sobre a decisão de Portugal entrar na guerra, é fundamental lembrar que, além de uma guerra internacional, Portugal vivia uma guerra civil intermitente, que tinha começado em 1908, que se agravou em 1912 e nunca terminou até 1919. Em 1914, esta espécie de guerra civil mudou de carácter e passou a ter efeitos ainda mais profundos: deixou de ser sobre o regime (qual deveria ser: Monarquia ou República, ou ainda, que tipologia de Monarquia ou de República) e passou a ser sobre que política em relação à beligerância. Surgiram, então, os *guerristas* e os *antiguerristas*, que se enfrentavam politicamente e de armas na mão. O efeito desta indefinição política no esforço de guerra é avassalador, até porque "a maioria dos oficiais era antiguerrista, de várias tonalidades e variantes" (Telo, 2014a).

Em 1914, "o corpo de oficiais está amplamente fraturado, com abundantes lojas e clubes políticos (...) que são centro de conspirações". Quando o poder político decidiu dividir o Exército internamente e colocar o corpo de oficiais "sob vigilância permanente de cabos e sargentos organizados clandestinamente dentro dos quartéis", estava declaradamente a sabotar qualquer hipótese de esta prestigiada instituição poder operar de forma eficaz, e que, tradicionalmente, o fazia dentro de uma postura proativa. Em 1911, para agravar todo este quadro, tinha sido decidida uma reforma (como muitas outras, nunca passou verdadeiramente do papel e, em 1914, ainda muito longe de estar implementada), que tinha uma motivação clara: reduzir a uma expressão mínima o corpo de oficiais profissionais e substituí-los por escolas de oficiais milicianos. A síntese não podia ser mais clara por António Telo: "O regime tinha debilitado fortemente em quatro anos a capacidade operacional das Forças Armadas, destruindo a sua disciplina, minando-as com grupos clandestinos dentro dos quartéis, tornando-as um instrumento da luta partidária, paralisando a sua modernização, reduzindo fortemente o seu moral" (Telo, 2014b: 7, 9, 11 e 25).

Pretendemos, neste breve texto, sintetizar alguns pontos-chave, de modo a entender a forma como o Exército português se preparava, em 1914, para a possibilidade de entrar numa guerra mundial, em múltiplas frentes. Escolhemos o exemplo de Nangade e a decisão do início da ofensiva em Nevala, em 1916, porque, através da comparação com o que os outros, em situação parecida, fizeram, facilmente permitem destacar algumas observações:

- A Alemanha agiu, nomeadamente na África Oriental. O comandante das forças, von Lettow-Vorbeck, com autoridade sobre as componentes civis, policiais e militares para a condução da campanha, tomou a iniciativa e, até ao final, em 1918, nunca a perdeu – Portugal, por seu lado, nunca definiu uma política clara sobre o que pretendia na guerra, foi hesitante nos objetivos que anunciou para Moçambique<sup>20</sup> e, deliberadamente, confundiu as responsabilidades e a autoridade do governador e do comandante das forças

no terreno. Foi, ainda, ambíguo e inconsequente na alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para a execução das campanhas, e, finalmente, culpado de ter destruído a coesão de umas Forças Armadas que, apenas uma década antes, tinham provado o seu valor em campanhas africanas.

- Os britânicos reagiram e, face ao “desastre” de Tanga, alteraram por completo a sua política, estratégia, organização, logística e a tática, em suma, em todos os patamares da decisão e componentes da ação. Na política, embora não o quisessem, foram forçados a alocar enormes recursos terrestres e navais para fazer a guerra em África, na estratégia, apostaram em operações ofensivas no interior dos territórios alemães e, ao nível tático e da organização militar, deram a primazia a operações conduzidas por unidades mais pequenas, mais móveis e assentes em recrutamento local – Portugal não aprendeu com as lições dos britânicos em Tanga, não adaptou as unidades militares e manteve, como vimos em Nangade, uma profusão de tipologias de forças para combater, assente em forças expedicionárias oriundas da metrópole. Enquanto alemães e britânicos tentavam criar condições logísticas para sustentar as operações no enorme e inóspito território africano, Portugal pouco construiu ou modificou as suas condições de sustentação, observando-se que as sucessivas expedições chegadas a Moçambique encontravam as mesmas péssimas condições.

- Os alemães aprenderam com as campanhas do início do século XX e adaptaram-se para um combate inovador entre 1914 e 1918 através de, entre outros elementos já referidos: nas operações, privilegiando a manobra de pequenas unidades em vez da defesa estática sustentada por elevados efetivos; na logística, recuperando a máxima napoleónica de “dividir para sobreviver, concentrar para combater” e, no plano das informações, recorrendo a uma rede extensa de informadores e com agentes em todos os territórios vizinhos. Os belgas e os britânicos sentiram enormes dificuldades e, em algumas das primeiras expedições, tiveram resultados desastrosos – se compararmos com os problemas identificados pelos portugueses, as semelhanças são muitas e os erros cometidos são, em vários dos casos assinalados, praticamente idênticos. A diferença, a enorme diferença, é que enquanto uns e outros agiam e reagem, Portugal pouco ou nada fez e, deliberadamente ou por puro desconhecimento e negligência, nomeadamente devido à luta política interna, com o empenho explícito também de alguns militares, que se sobrepunham à resolução de problemas tão longínquos<sup>21</sup>, não alterou o que devia a nível político e, por consequência, pouco foi feito nos patamares inferiores de decisão.

## E os soldados do Exército português?

Em Nangade, em 1916, como em Nevala ou na Serra Mecula, ou em La Lys na distante frente europeia, houve de tudo. A par de momentos de pânico e de fuga, assistiu-se a atos de coragem e de disciplina. Entre a surpresa de um ataque inesperado e uma defesa mal preparada, testemunharam-se ordens precisas e formas de combater adequadas. Em Tanga, os milhares da expedição britânica passaram pelo mesmo que os portugueses passariam nos anos seguintes; houve de tudo (incluindo deserções e até motins) e houve a coragem de assumir os erros graves e as péssimas condições em que se enviaram as tropas para aquele território. Em Nangade, os erros encontrados eram os mesmos que tinham sido observados em Angola, em Naulila, e que continuariam a ser sentidos até Nhamacurra, bem no interior de Moçambique e é essa falta de reação que, por consequência de uma deliberada ação política de desorganizar e diminuir as Forças Armadas, se torna tão difícil, ainda hoje, de explicar.

Vorbeck comandou alemães e africanos e nunca foi decisivamente derrotado por ninguém. Todos os que se lhe opuseram sofreram grandes perdas e, pela análise que fizemos, parece evidente que os erros cometidos por todos foram parecidos, de dimensão idêntica e igualmente graves. Se houve atos de coragem, também os houve de cobardia, se existiram omissões e decisões políticas, estratégicas ou táticas consideradas ruinosas, estas existiram entre as várias nações. Alemães, belgas, franceses e britânicos cometeram erros e quase todos estavam mal preparados para enfrentar a guerra que ninguém esperava em África. Portugal não foi diferente, nem encontrou dificuldades muito distintas dos restantes, mas, ao não alterar, nem assumir, uma política clara e consequente, foi incapaz de introduzir as correções necessárias para uma melhor reação em África.

O soldado português, africano ou europeu cumpriu, sofreu muitíssimo e, perante as condições que lhe foram criadas e oferecidas, merece todo o nosso respeito, admiração e profunda gratidão. A par de britânicos, belgas, alemães e franceses, foi abnegado, lutou com a mesma galhardia e sentiu as mesmas dificuldades. Porém, enquanto os governos dos outros países decidiram agir e reagir em tempo, Portugal não conseguiu agir nem reagir e foi o soldado português, sozinho na frente de combate, a prestar serviço no meio de um corpo multifacetado e minado por inúmeros movimentos políticos, que tentou fazer o melhor que sabia e podia em nome de todos os seus cidadãos. Como disse Fernando Pessoa, o soldado português cumpriu a sua missão porque: “Cumprir contra o destino o meu dever. Inutilmente? Não, porque o cumpri.”

Merece ser recordado, merece ser reconhecido e merece, acima de tudo, que nunca mais se repitam erros que, como vimos, embora cometidos por todos, apenas foram mantidos por alguns.

## Bibliografia

- ABBOT, Peter (2002), *Armies in East Africa 1914-18*, Oxford (Reino Unido), Osprey.
- BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo (1917), "O nosso esforço militar em África", *Revista Militar*, 69.º, de 12 de dezembro, p. 836-843.
- Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial – Projeto: "Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra", liderado pelo professor doutor António José Telo (EvocIGG– P. Tip&Bel).
- CANN, John P. (2002), "Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra", *Revista Militar*, 151.º, de maio, p. 361-392.
- COELHO, Adelino de Matos (2014) "O expansionismo alemão em África", *Revista Militar*, 66.º, n.º 5 (Número temático extraordinário sobre: Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914-1918)), p. 365-392.
- COSTA, Mário Augusto da: (1929), "Nangadi: 1-8-1916", *Revista Militar*, 81.º, de maio/junho, p. 358-363. (1930), "Grande Guerra em Moçambique". *Revista Militar*, 82.º, de maio/junho, p. 298-307. *Revista Militar*, 82.º, de março/abril, p. 161-175.
- GIL, José César Ferreira (1919), "A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916", *Revista Militar*, 71.º, de junho/julho, p. 331-352.
- JORDAN, David (2008), *The Balkans, Italy & Africa 1914-1918*, Londres (Reino Unido), Amber Books.
- MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja (1920), "Estudo de um regulamento de expedições coloniais", *Revista Militar*, 72.º, de julho, p. 411-420.
- MARTINS, Ferreira (coord.) (1938), *Documentos em Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Ática.
- MARQUES, Fernando Pimentel da Motta (1920), "A passagem do rio Rovuma", *Revista Militar*, 72.º, de maio, p. 299-304.
- MARQUES, Ricardo (2012), *Os fantasmas do Rovuma*, Lisboa, Oficina do Livro.
- MONTEIRO, António Pires (1923), "A Grande Guerra na África Portuguesa", *Revista Militar*, 9.º e 10.º, de setembro/outubro, p. 456-473.
- PAICE, Edward (2008), *World War I – The African front: an imperial war on the African continent*, Nova Torque (EUA), Pegasus Books.
- PIRES, Nuno Lemos (2014) "Recordar o esforço português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar", *Revista Militar*, 66.º, n.º 5 (Número temático extraordinário sobre: Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914-1918)), p. 429-458.
- PONTE, Luís Monteiro Nunes da: (1940), "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918": *Revista Militar*, 92.º, de julho, p. 437-445. *Revista Militar*, 92.º, de agosto, p. 515-525. *Revista Militar*, 92.º, de novembro, p. 706-719.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2014), "Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro", disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grande%20Guerra%20-%20entre%20a%20memória%20do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf>
- TELO, António: (2014a), "Cronologia de 1914: Portugal na Grande Guerra", disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/CRONOLOGIA%201914.pdf>. (2014b), "A beligerância portuguesa na Grande Guerra", disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20BELIGER%20C3%82NCIA%20PORTUGUESA%20NA%20GRANDE%20GUERRA%201.pdf>.

<sup>1</sup> Costa, 1929: 358. Havia vários postos separados por dezenas de quilómetros, entre eles: Maziúia, Namoto, Nhica, Mitomo, Chivinde, Mocímboa do Rovuma, Macaloja, Nachinamoca, Undi e Nagonamo.

<sup>2</sup> Francisco Pedro Curado comandava a companhia desde o final de abril. Tinha vindo da metrópole onde recuperava de uma doença contraída na sua última campanha em Angola como comandante da polícia de Luanda e como membro da expedição de Norton de Matos no sul de Angola (Marques, 2012: 70).

<sup>3</sup> "Os postos de vigilância no rio terem fugido (...) o alarme foi dado por um carregador" (Marques, 2012: 72).

<sup>4</sup> É importante referir que, em África, o armamento nacional empregue inicialmente era, em muitos casos, superior ao do inimigo alemão e, inclusivamente, uma das armas utilizadas pelos contingentes enviados da metrópole, a Mauser-Vergueiro (desenvolvida por José Alberto Vergueiro, oficial de infantaria do Exército português, a partir da espingarda Mauser de 1898, adaptando-lhe um novo sistema de culatra desenvolvido por si – a arma substituiu as Kropatschek m/1886 como espingarda padrão de infantaria do Exército português em 1904) foi mesmo fornecida à África do Sul a pedido desta.

<sup>5</sup> "Antes de 1910, o Exército português tinha dado inúmeras provas da sua eficácia nas campanhas onde se empenhava, quase todas no império, onde 98% das operações são um sucesso (...) em agosto de 1914, o Exército português é uma sombra do que tinha sido anos antes" (Telo, 2014b: 12).

<sup>6</sup> As denominadas choças da Carbonária não atuavam junto dos oficiais, mas antes junto dos "sargentos, cabos e soldados" (Telo, 2014b: 5) minando, assim, completamente, qualquer forma de autoridade normal num exército.

<sup>7</sup> Em Palma não existiam, e pouco foi feito nos anos seguintes, para a construção de "depósitos, barracões, não existe o mais mísero telheiro" (Marques, 2012: 94).

<sup>8</sup> Composto pela "4.ª bateria de artilharia de montanha, 4.º esquadrão de cavalaria 10, 3.ª batalhão de infantaria 15, serviços auxiliares e de engenharia, administração militar e de saúde, num total de 1527 homens e 322 solípedes" (Barbosa, 1918: 21).

<sup>9</sup> "Quando a noite caía, grupos de militares organizavam-se para cortar a luz elétrica e, na escuridão, roubavam dinheiro, roupas, botas, mochilas e tudo aquilo que conseguissem, armados com navalhas (...) alguns graduados não era sem receio que desciam aos porões, onde a rufiagem retilava a qualquer ordem" (Marques, 2012: 28-29).

<sup>10</sup> "A disciplina falhava, a comida faltava e as doenças encontravam terreno fértil na imensidão de soldados parados ao sol, mal alimentados e desprotegidos" (Marques, 2012: 33).

<sup>11</sup> E ainda as formigas "capazes de comer um homem em segundos", os mosquitos "quinino enviado seria farinha?", jacarés, escorpiões "capazes de matar com uma picada" (Marques, 2012: 187).

<sup>12</sup> As colónias alemãs em África eram a África Oriental Alemã (Deutsch-Ostafrika) que incluía os territórios do Tanganica (hoje, parte continental da Tanzânia), o Ruanda-Urundi (hoje, Ruanda e Burundi), o Wituland (integrado no Quênia) e o Triângulo de Quionga (em Moçambique); o Sudoeste Africano Alemão (Deutsch-Südwestafrika), na atual Namíbia e incluindo o sul do Faixa de Caprivi no Botswana; a África Ocidental Alemã (Deutsch-Westafrika) que integrava os Camarões e a Togolândia (hoje o Gana e o Togo) (Coelho, 2014: 371).

<sup>13</sup> Na retirada para Kamina, os alemães destruíram pontes de caminho de ferro e outras vias de comunicação; nos Camarões a resistência seria mais prolongada até quase ao início de 1916, terminando com a retirada das últimas forças alemãs para a Guiné espanhola (que era neutral na I Grande Guerra) (Coelho, 2014: 382-383).

<sup>14</sup> Estavam bem presentes na memória as grandes rebeliões das décadas passadas, como, por exemplo, no caso das colónias alemãs: a revolta de Samuel Maharero e dos Hetero, em 1904, no Sudoeste Alemão, que apenas foram derrotados na grande batalha de Waterberg, dando origem, com os sobreviventes, ao protetorado britânico de Bechuanalândia (atual Botswana) e onde combateu Lettow-Vorbeck; as revoltas na África Oriental Alemã, combatidas pelos mercenários sudaneses no final do século XIX e zulus sul-africanos – daqui seriam originadas as *Shutztruppe* constituídas pelos askaris, que, ao contrário das forças pagas pelos britânicos, recebiam “o salário duas vezes maior do que os que serviam no British King’s African Rifles” (Coelho, 2014: 378).

<sup>15</sup> Demonstrativo do ambiente específico desta campanha está o facto de um destes batalhões britânicos ter sido impedido de prosseguir o seu avanço, devido a um ataque de abelhas que causou para cima de cem picadas em muitos dos soldados.

<sup>16</sup> Relação tensa, bem evidente, na documentação recolhida no projeto “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra”, liderado pelo professor doutor António José Telo (EvocIGG-P. Tip&Bel) – Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial.

<sup>17</sup> Ver descrição em: PIRES, Nuno Lemos (2013), “El Ejército Portugués en las Campañas de 1813-1814”, *Guerra de la Independencia Española: las últimas campañas en el Norte, 1813-1814*, Madrid (Espanha), Ministerio de Defensa de España, *Revista de Historia Militar*, número extraordinario, p. 102-134, e também nos *Cuadernos del Bicentenario*, nº 19 / Diciembre 2013, p. 159-191. Disponível em: [http://www.portalcultura.mde.es/documentos/Publicaciones/Revistas/\\_PasaPaginas\\_/REVISTA\\_HISTORIA\\_MILITAR/REVISTA\\_DE\\_HISTORIA\\_MILITAR\\_EXTRA\\_GINES/index.html#/104/](http://www.portalcultura.mde.es/documentos/Publicaciones/Revistas/_PasaPaginas_/REVISTA_HISTORIA_MILITAR/REVISTA_DE_HISTORIA_MILITAR_EXTRA_GINES/index.html#/104/)

<sup>18</sup> In *Diário do Governador Heinrich Shnee* no projeto: “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra”, liderado pelo professor doutor António José Telo (EvocIGG-P. Tip&Bel) – Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial.

<sup>19</sup> Desde 1910 que “o que os radicais republicanos fizeram (...) foi criar divisões internas nas Forças Armadas (...) Os sargentos passam a ter um poder imenso nos quartéis (...) fomentaram a organização em clubes políticos do pequeno núcleo de oficiais republicanos” (Telo, 2014b: 7).

<sup>20</sup> E que, em síntese, se resumiram aos seguintes dois objetivos (no plano militar): 1. reocupação de Quionga, território português ocupado pelos alemães no final do século XIX (objetivo atingido); 2. passagem do rio Rovuma e ocupação de uma parcela sul do território da colónia alemã (objetivo que falhou).

<sup>21</sup> “Durante os anos da guerra, a República conheceu vários governos. Todos eles com posições diferentes perante a guerra. Mais, os governos caem por causa da guerra e chegam ao poder para mudar a política de guerra. Todos com diferentes objetivos. Todos com diferentes estratégias. Sem que, por isso mesmo, Portugal pudesse ter uma estratégia nacional.” (Teixeira, 2014: 8).

# TEMA 5 | A MARINHA PORTUGUESA EM 1914

BESSA PACHECO

## Resumo

O desenvolvimento industrial do século XIX levou as potências europeias a olhar para os recursos naturais africanos como matéria-prima fundamental para o seu desenvolvimento económico. Portugal mantinha sob a sua soberania diversos territórios em África, desde os séculos XV e XVI, e viu os seus interesses seriamente ameaçados por terceiros. A Conferência de Berlim de 1884-1885 alterou o paradigma da soberania territorial ultramarina, obrigando à ocupação efetiva dos territórios ultramarinos.

A ocupação efetiva dos territórios de interesse nacional decorreu num período de grandes dificuldades económico-financeiras. Ainda assim, diversas atividades e missões foram realizadas pela Marinha, no sentido de garantir a defesa dos interesses nacionais, tanto no mar como em terra.

Em 1910, deu-se a implementação da República, mantendo-se, todavia, uma grande instabilidade política. Logo depois, em 1914, deflagrou a I Guerra Mundial, tendo Portugal entrado no conflito em 1916. Este artigo caracteriza a Marinha em 1914, descrevendo a sua organização geral, os meios, os efetivos ao serviço e a tipologia de atividades realizadas no período imediatamente anterior ao início da I Guerra Mundial, e compara a sua capacidade combatente com as restantes Marinhas do mundo.

## A Marinha portuguesa em 1914

No âmbito das atividades de evocação do início da I Guerra Mundial, foi realizado na Assembleia da República um colóquio no qual, entre outras perspetivas, se pretendia caracterizar as Forças Armadas Portuguesas em 1914. Assim, o objetivo deste artigo é o de enquadrar os antecedentes históricos com relevância militar específica e caracterizar a Marinha de Guerra Portuguesa no início da I Grande Guerra.

Em termos conceptuais, desde 1736 que a Marinha era uma Secretaria de Estado (ou Ministério) que tinha igualmente a tutela dos territórios ultramarinos. Esta Secretaria de Estado geria de forma integrada os assuntos da Marinha de Guerra, ou Armada, da Marinha Mercante, da Marinha de Pesca, do assinalamento marítimo (faróis), do salvamento marítimo e da autoridade marítima. No final do século XIX, os territórios ultramarinos do império incluíam Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia (com os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli), Macau, Timor e a fortaleza de S. João Batista de Ajudá localizada no Benin, no Golfo da Guiné (**Figura 1**).

No segundo quartel do século XIX, decorrente dos desenvolvimentos industriais e visando o acesso privilegiado a matérias-primas, as potências europeias iniciaram um processo de expansão territorial sobre África e consequente definição e delimitação de fronteiras. Os interesses de cada país foram inconclusivamente negociados na Conferência de Berlim em 1884-1885. Além da Guiné, Portugal defendeu o direito que considerava ter ao espaço territorial entre a costa de Angola e de Moçambique, tendo apresentado um mapa, com a sua reclamação, em que este território se demarcava a cor-de-rosa<sup>1</sup>. A Inglaterra contestou a reclamação nacional, não a reconhecendo, face ao seu interesse em controlar um espaço geográfico que lhe permitisse ligar a África do Sul ao Norte de África. Neste processo, foi invocada a necessidade de ocupação efetiva para que uma dada reclamação de soberania dos diversos países fosse procedente.

A não conclusão de acordos na Conferência de Berlim e o estabelecimento do paradigma da ocupação efetiva para garantir a soberania levaram Portugal a iniciar um processo de ocupação militar e subjugação dos nativos nos territórios africanos. Este processo implicou uma série de ações militares e combates na Guiné, em Angola e em Moçambique, materializando a que se designou como a primeira Guerra de África<sup>2</sup> (**Figura 2**).

Além das campanhas essencialmente realizadas no âmbito da ação militar, a afirmação da soberania nacional sobre os territórios ultramarinos fez-se através da delimitação de fronteiras e da produção de cartografia terrestre. Ainda a regionalização de canhoneiras e lanchas-canhoneiras em África lançou as bases para a realização massiva de levantamentos hidrográficos costeiros e portuários, cujos dados serviram para produzir as cartas náuticas dos territórios. A **Figura 3** mostra, pontualmente, os locais em Moçambique, em Angola e na Guiné, onde foram realizados os principais levantamentos hidrográficos, desde meados do século XIX até 1910. Estes levantamentos, e correspondente produção cartográfica, foram relevantes na defesa dos interesses nacionais por serem internacionalmente reconhecidos como um dos principais instrumentos de demonstração de soberania.

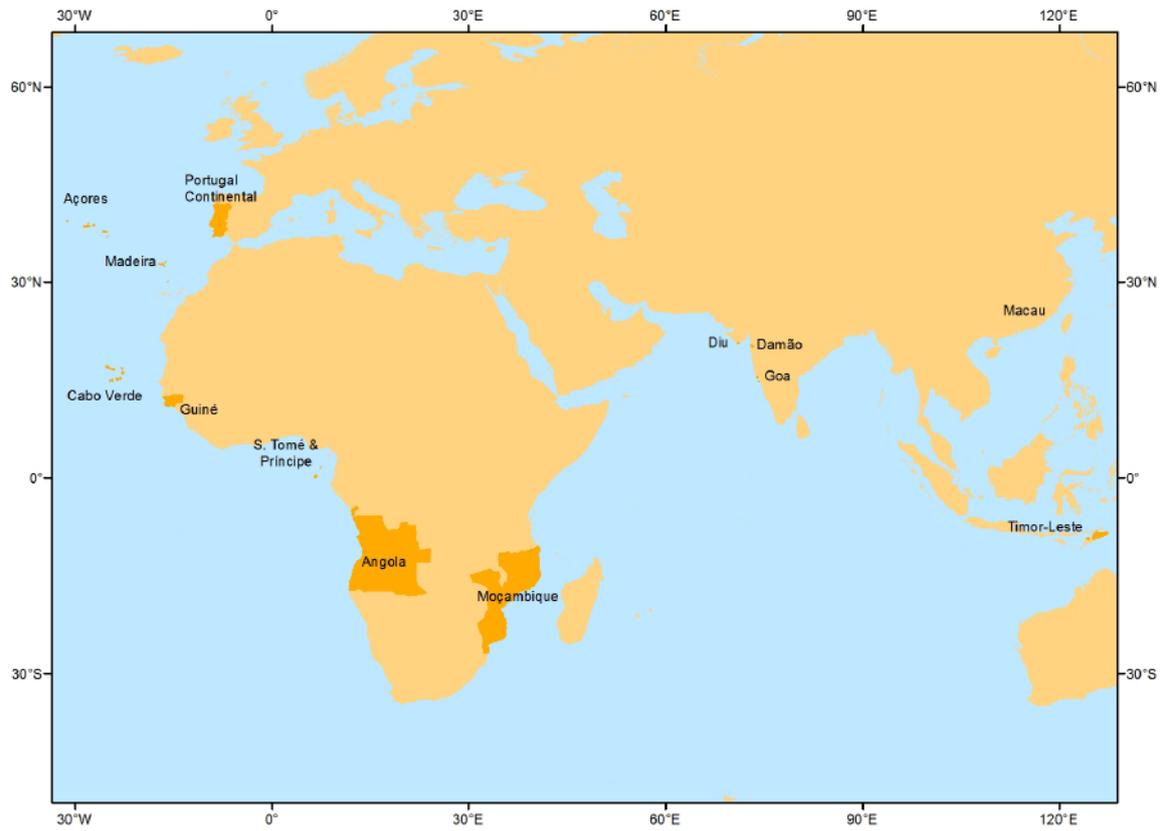


FIGURA 1 Territórios nacionais ultramarinos no final do século XIX



FIGURA 2 Ações militares-navais de pacificação realizadas pela Marinha na Guiné

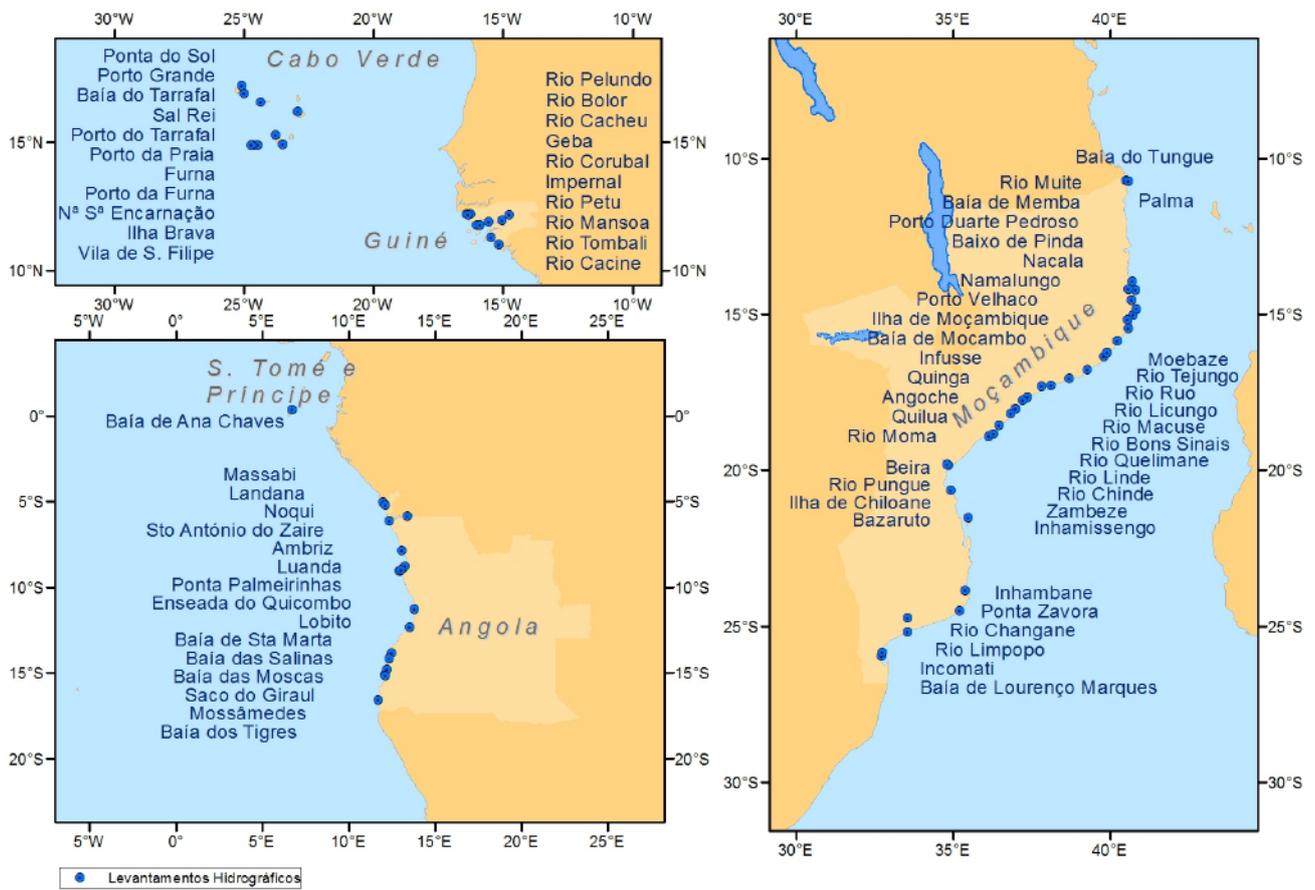


FIGURA 3 Levantamentos hidrográficos em África (1850-1910)



FIGURA 4 Campanha de costa à costa de Capelo e Ivens (1884-1885)

Em 1884, os oficiais da Armada Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens realizaram uma expedição no continente africano, cujo objetivo era ligar a costa de Angola à de Moçambique, de modo a afirmar a soberania nacional em todo o espaço geográfico africano entre estes dois territórios. Chegaram ao destino um ano depois (Figura 4).

Após a implantação da República, a tutela da Marinha separou-se da das Colónias. Esta separação levou, em 1913, à criação da Marinha Colonial, sob a tutela do Ministério das Colónias, mas com base na requisição de recursos à Marinha de Guerra. Esta separação da Marinha em duas revelou-se errática, tendo sido corrigida em 1926.

A Revolução de 1910 veio criar algumas feridas na organização e uma alteração de referências que, de alguma forma, perturbou o normal funcionamento da Marinha. Por não realizarem juramento de fidelidade ao novo regime, autoexcluíram-se da Armada diversos oficiais leais à causa monárquica. No que se refere à simbologia, foram eliminadas as coroas reais das fardas e dos bonés. O óculo dos galões dos oficiais da Armada foi eliminado em 1913, embora cinco anos mais tarde tenha sido novamente adotado.

Para se caracterizar a Marinha de 1914, é preciso ter em mente que a sua principal missão era a defesa militar da fronteira marítima, em colaboração com as fortificações da costa. Relewa-se que, em 1914, Portugal tinha duas fronteiras terrestres e marítimas com territórios alemães: o Sudoeste Africano e a Tanganica (Figura 5).



FIGURA 5 Fronteiras entre territórios africanos portugueses e alemães, em 1914

Em termos estruturais, em 1914, a Marinha mantinha a organização decretada em 1907 para a sua Secretaria de Estado, excluindo as repartições particularmente afetas aos assuntos ultramarinos. Nesse ano, tinha sido estabelecida uma equivalência hierárquica entre o comando militar da Armada (Majoria General da Armada) e a Administração Superior dos Serviços da Marinha (Direção-Geral da Marinha), a par da Administração dos Serviços Fabris<sup>3</sup> (Figura 6). O principal objetivo do nivelamento organizacional, realizado em 1907, foi proporcionar maior autonomia às divisões da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, para que o ministro se pudesse concentrar na administração e governação, com independência e ação efetiva<sup>4</sup>. À Majoria General da Armada cabia o exercício do comando superior em matéria disciplinar e de serviço com respeito às forças navais constituídas, aos oficiais e praças da Armada. À Direção-Geral da Marinha incumbia a parte administrativa dos serviços da Armada, aquisição e reparação do material naval, departamentos marítimos e capitania dos portos, marinha mercante e pescas, serviços de faróis e construções civis da Marinha. À Administração dos Serviços Fabris competia-lhe os assuntos de construção naval, equipamento e abastecimento da Marinha.

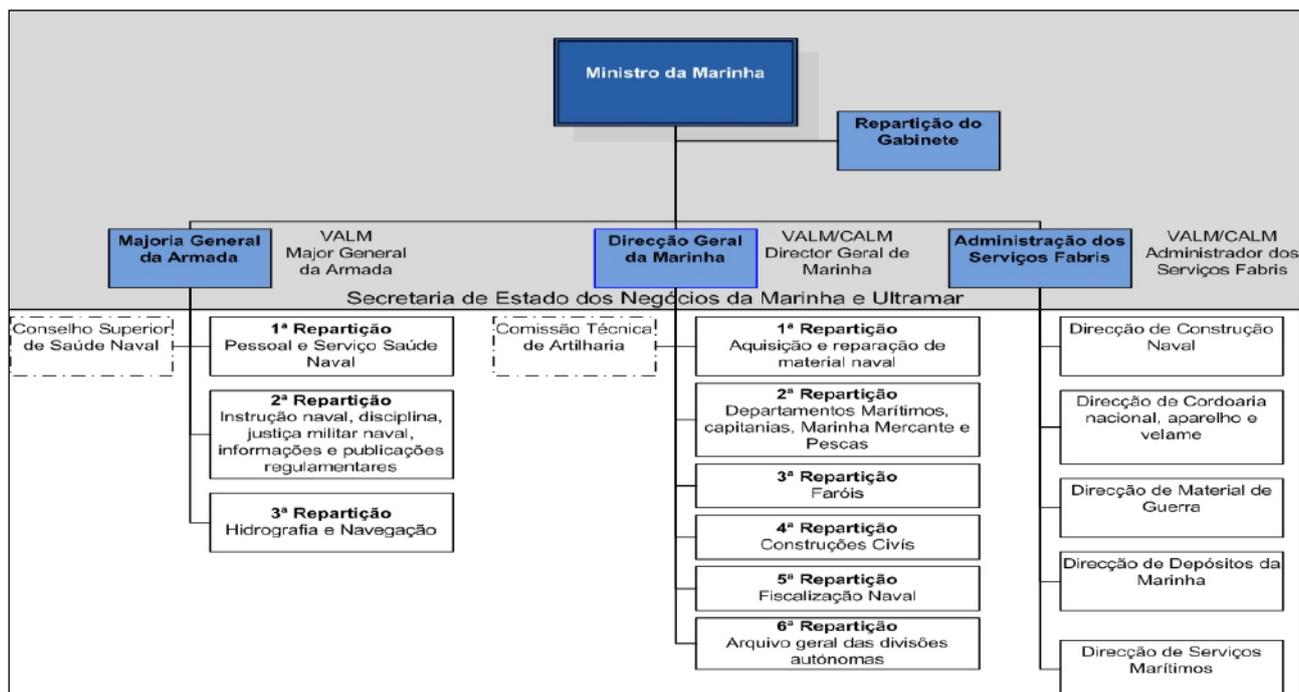


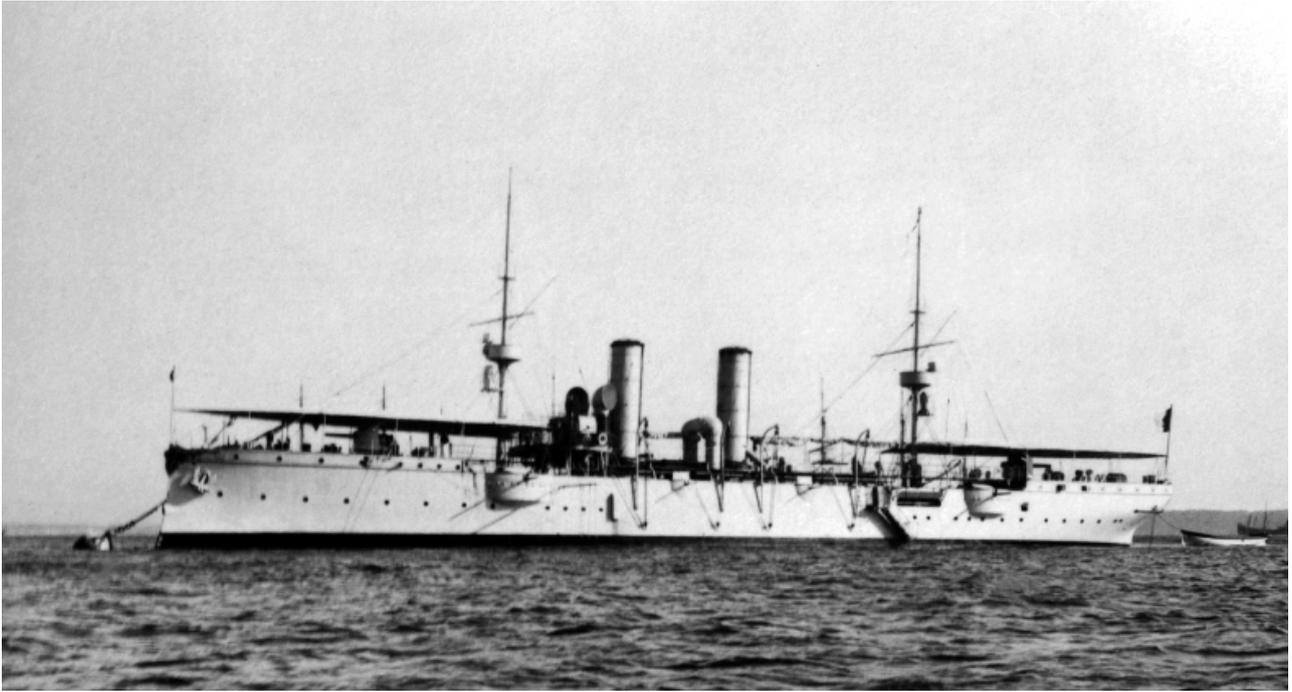
FIGURA 6 Organização da Secretaria de Estado da Marinha em 1907, mantida em 1914

Para se ter uma ideia do valor militar da Marinha em 1914, é necessário ter presente as principais tipologias e funções dos navios da época, bem como a forma como se idealizava a guerra no mar. Os principais tipos de navios militares em 1914 eram o navio de batalha (que incluía o couraçado, o pré-couraçado e o cruzador de batalha), o cruzador, o torpedeiro, o contratorpedeiro e, ainda em face de avaliação do seu verdadeiro potencial, o submersível. O couraçado era um navio com um deslocamento entre as 20 000 e as 30 000 toneladas, cerca de 160 metros de comprimento, dotado de peças de artilharia de grande porte e blindado com uma couraça metálica de 22 cm para suportar os impactos da artilharia inimiga (Figura 7). Os navios de batalha eram os principais navios combatentes dos países, com elevada capacidade de destruição dos navios inimigos e com uma velocidade máxima na ordem dos 21 nós (39 km/h). Em 1914, Portugal não tinha nenhum navio de batalha, enquanto o Reino Unido, a maior potência naval da época, tinha 73.



FIGURA 7 Navio de batalha, couraçado, inglês do início do século XX.

FONTE: U.S. Naval Historical Center (Fotografia com mais de 70 anos. Domínio público. [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:HMS\\_Dreadnought\\_1906\\_H61017.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:HMS_Dreadnought_1906_H61017.jpg))



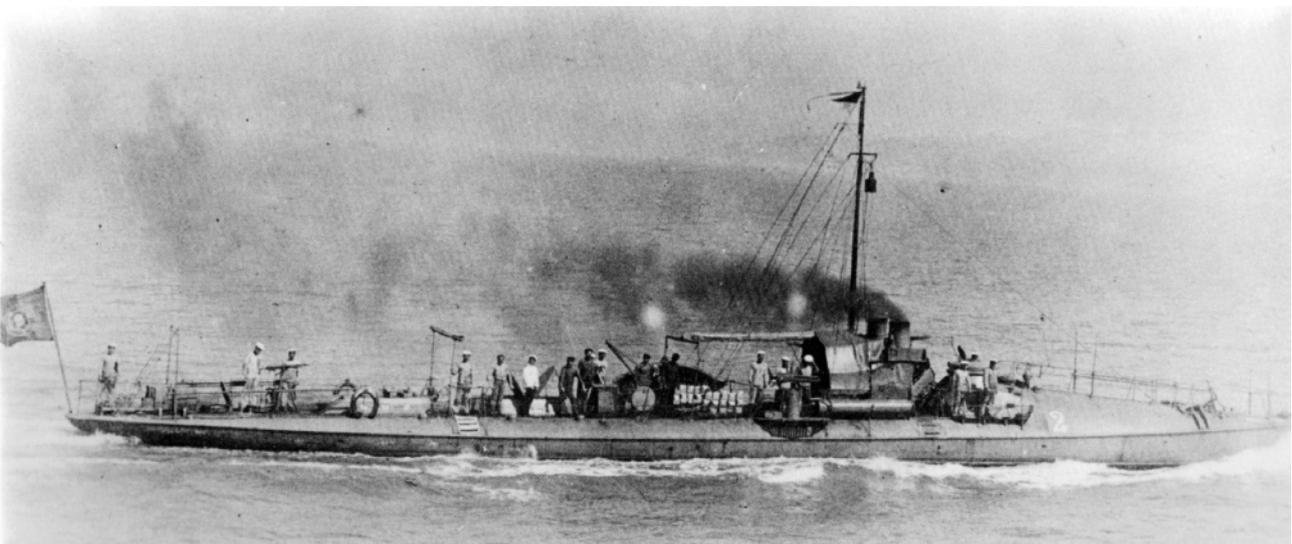
**FIGURA 8** O cruzador *Adamastor* da Marinha portuguesa.

FONTE: José Ferreira dos Santos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Academia de Marinha, 2008, p. 25. Autor desconhecido. (Fotografia com mais de 70 anos. Domínio público)

Os cruzadores, também designados por exploradores, eram navios de reconhecimento ou de recolha de informações sobre a localização dos navios inimigos. Estes navios tinham um deslocamento entre as 2000 e as 4000 toneladas, um comprimento entre os 75 e os 80 metros e uma velocidade máxima de cerca de 15 nós (28 km/h). Estavam dotados de artilharia de médio porte para defesa própria, embora pudessem ser utilizados no apoio combatente aos navios de batalha. Em 1914, Portugal tinha cinco cruzadores, enquanto o Reino Unido tinha 121 (**Figura 8**).

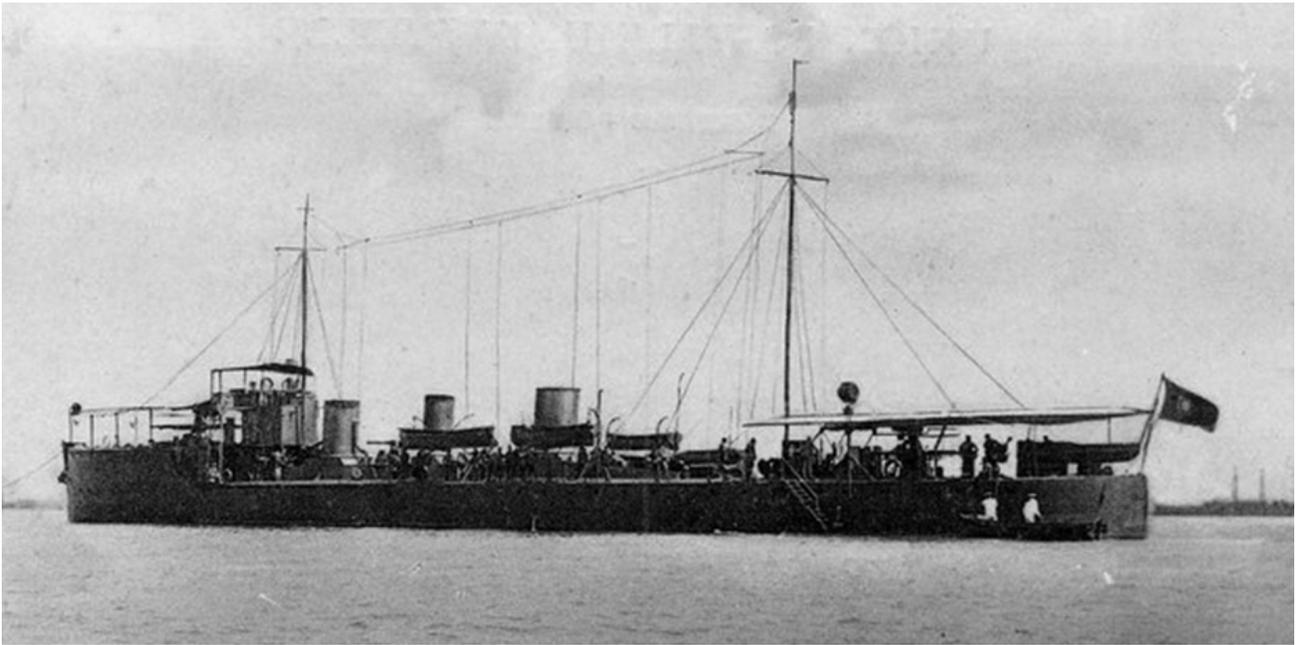
Os torpedeiros eram navios de muito reduzido deslocamento, da ordem das 70 toneladas, reduzida autonomia e reduzida velocidade. Estes navios, armados com torpedos, visavam provocar danos nos navios inimigos abaixo da linha de água, provocando o seu afundamento por alagamento. Seriam utilizados numa fase em que a capacidade artilheira do inimigo estivesse bastante degradada, permitindo a sua aproximação e ataque. Em 1914, Portugal tinha quatro torpedeiros, enquanto o Reino Unido tinha 109 (**Figura 9**).

O contratorpedeiro, também designado por *destroyer*, era um navio com um deslocamento entre as 600 e as 800 toneladas e cerca de 75 metros de comprimento. Estes navios destinavam-se a anular a ação dos torpedeiros, estando equipados com artilharia



**FIGURA 9** O torpedeiro n.º 2 da Marinha portuguesa.

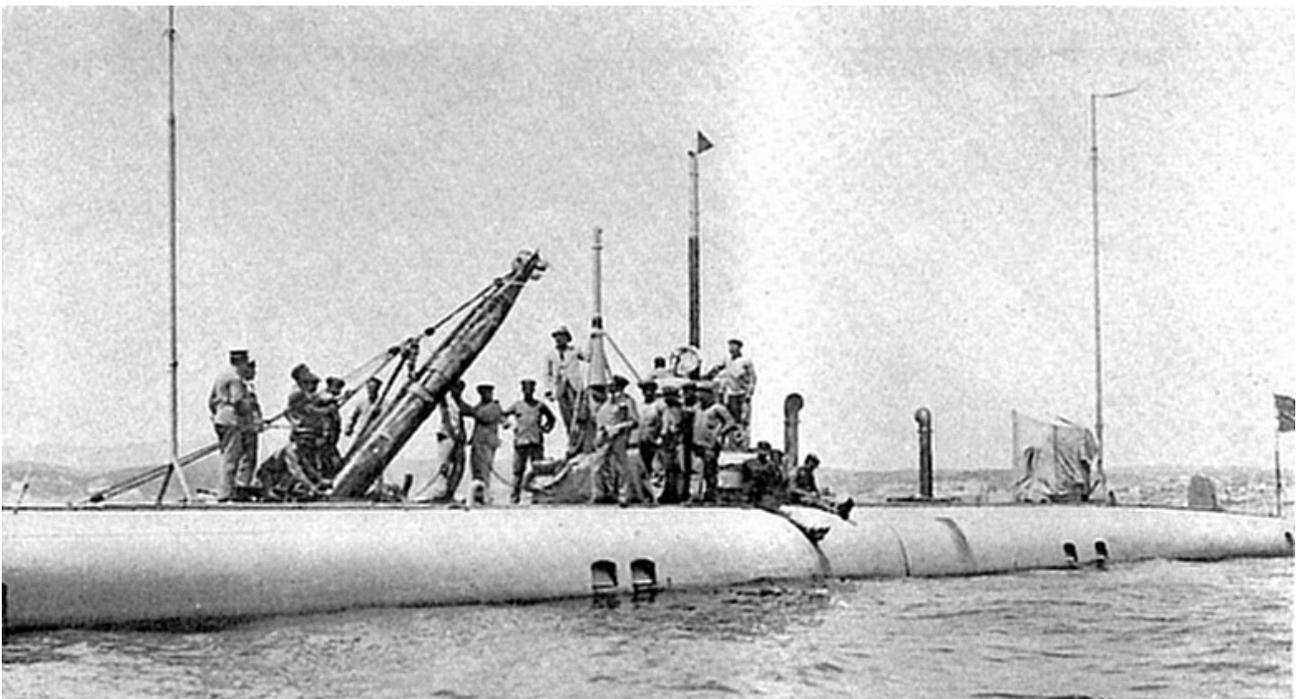
FONTE: José Ferreira dos Santos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Academia de Marinha, 2008, p. 181. Autor desconhecido. (Fotografia com mais de 70 anos. Domínio público)



**FIGURA 10** O contratorpedeiro *Douro* da Marinha portuguesa.  
(Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

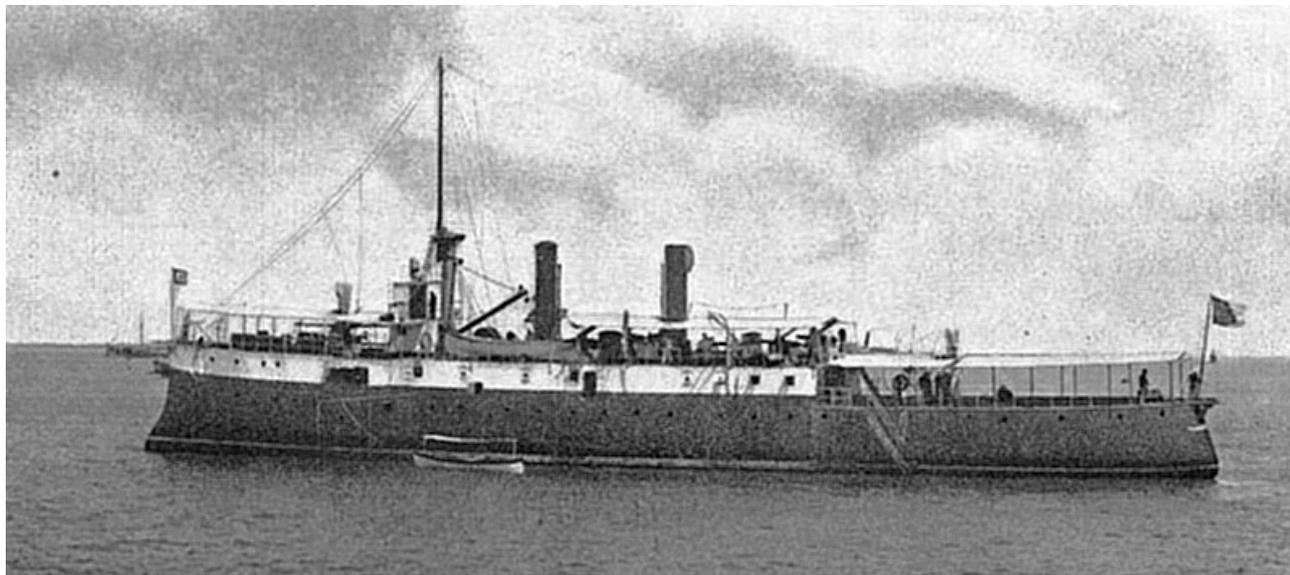
de pequeno/médio porte, reduzida autonomia, mas grande velocidade (27 nós ou 50 km/h). Em 1914, Portugal tinha um contratorpedeiro, enquanto o Reino Unido tinha 221 (**Figura 10**).

O submersível era um tipo de navio que, em 1914, ainda estaria a evoluir no seu conceito. Estes navios tinham um deslocamento na ordem das 400 toneladas, 45 metros de comprimento e uma velocidade de 14 nós (26 km/h). Ao contrário dos submarinos da II Guerra Mundial, os submersíveis navegavam essencialmente à superfície, apenas mergulhando nos momentos de aproximação ao navio que pretendiam afundar. Apesar de dotados com torpedos e pequenas peças de artilharia, os submersíveis não eram navios para empregar nos combates navais. Eram essencialmente vocacionados para afundar navios mercantes, perturbando, dessa forma, o abastecimento logístico das forças e dos países inimigos. Em 1914, Portugal tinha um submersível, enquanto o Reino Unido tinha 73 (**Figura 11**).



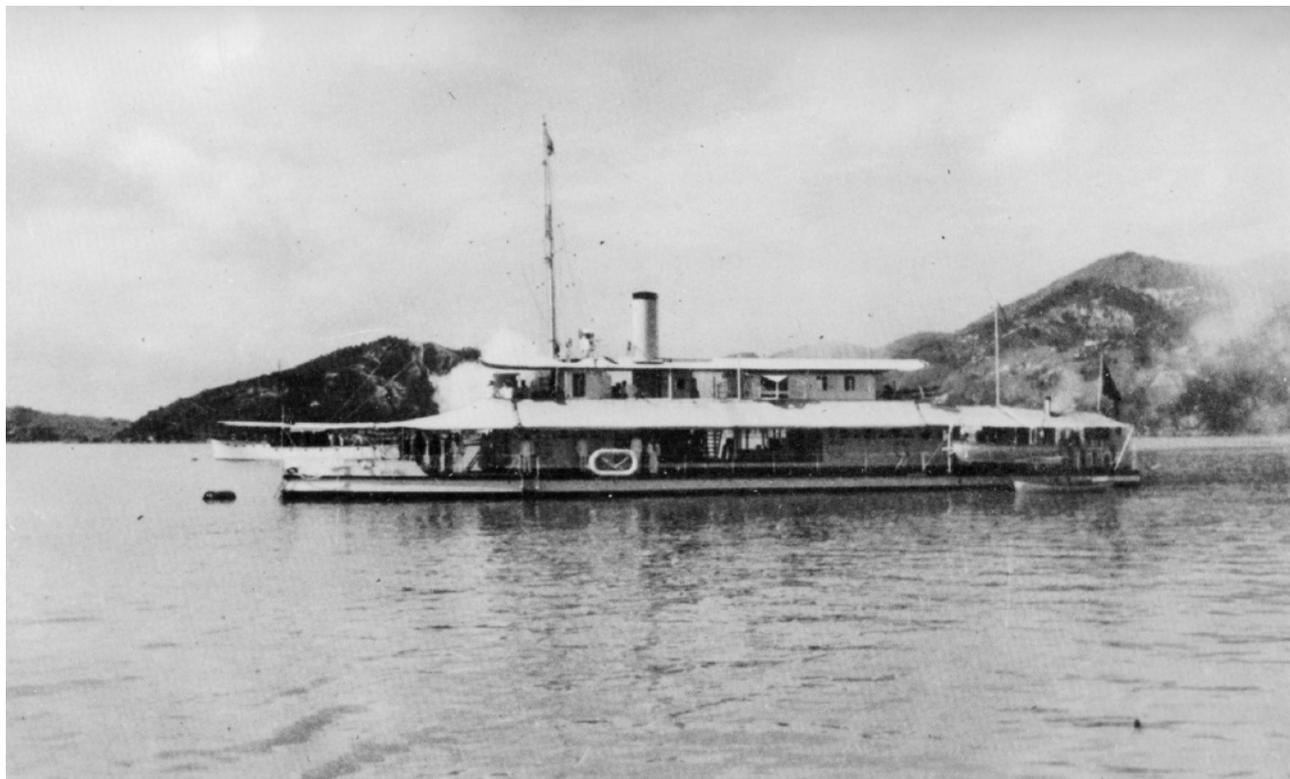
**FIGURA 11** O submersível *Espadarte* da Marinha portuguesa.  
(Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

Além destes principais tipos de navios, a Marinha tinha no seu efetivo canhoneiras e lanchas-canhoneiras. As canhoneiras eram navios com um deslocamento na ordem das 600 a 700 toneladas, 60 metros de comprimento e uma velocidade de cerca de 17 nós (31 km/h). Estavam armados com uma ou duas peças de artilharia (canhões, daí a sua designação), sendo utilizadas em funções de patrulha e fiscalização da zona costeira. Em 1914, Portugal tinha dez canhoneiras (**Figura 12**).



**FIGURA 12** A canhoneira *Pátria* da Marinha portuguesa.  
(Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

A lancha-canhoneira era um navio com um deslocamento de até 135 toneladas, 35 metros de comprimento, reduzida velocidade e reduzido calado. Este tipo de navios era utilizado na patrulha e fiscalização fluvial, estando dotados de uma ou duas peças de artilharia de pequeno calibre e metralhadoras. Em 1914, Portugal tinha sete lanchas-canhoneiras (**Figura 13**).



**FIGURA 13** A lancha-canhoneira *Macau* da Marinha portuguesa.

FONTE: António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar*, XI Parte/navios diversos/2.º Volume, 1980, p. 40. (Postal com mais de 70 anos. Domínio público)

Do acima exposto, é possível verificar que havia uma grande diferença entre a capacidade militar-naval do Reino Unido e de Portugal. Todavia, quando analisamos o quadro das diferentes Marinhas do mundo, em 1914, verificamos que existem três grandes grupos: as Marinhas oceânicas, as Marinhas costeiras e as restantes Marinhas. As Marinhas oceânicas, que eram oito, tinham no seu efetivo um elevado número de navios de batalha e pertenciam às grandes potências mundiais da altura: Reino Unido, França, Alemanha, Estados Unidos da América, Rússia, Japão, Itália e Áustria-Hungria. Depois seguia-se um grupo de treze Marinhas costeiras, na qual se incluía a portuguesa, cuja principal missão seria a de garantirem a defesa da sua fronteira marítima. Finalmente, havia mais algumas Marinhas de outros países, mas sem qualquer expressão de relevo a nível internacional. Para se perceber a diferença de potencial militar-naval das diversas Marinhas, foi desenvolvido um índice que tem em conta a tipologia e quantidade de navios militares de cada país, em 1914. Neste índice apenas foram considerados os navios de batalha, os cruzadores, os torpedeiros, os contratorpedeiros e os submersíveis. Como se pode verificar no **Gráfico 1**, o Reino Unido era o país com maior capacidade militar-naval seguida, com uma relativa diferença, da França e da Alemanha. Em 1914, a Marinha portuguesa situava-se entre a 15.<sup>a</sup> e a 20.<sup>a</sup> com maior valor militar-naval do mundo.

## Valor Militar Naval

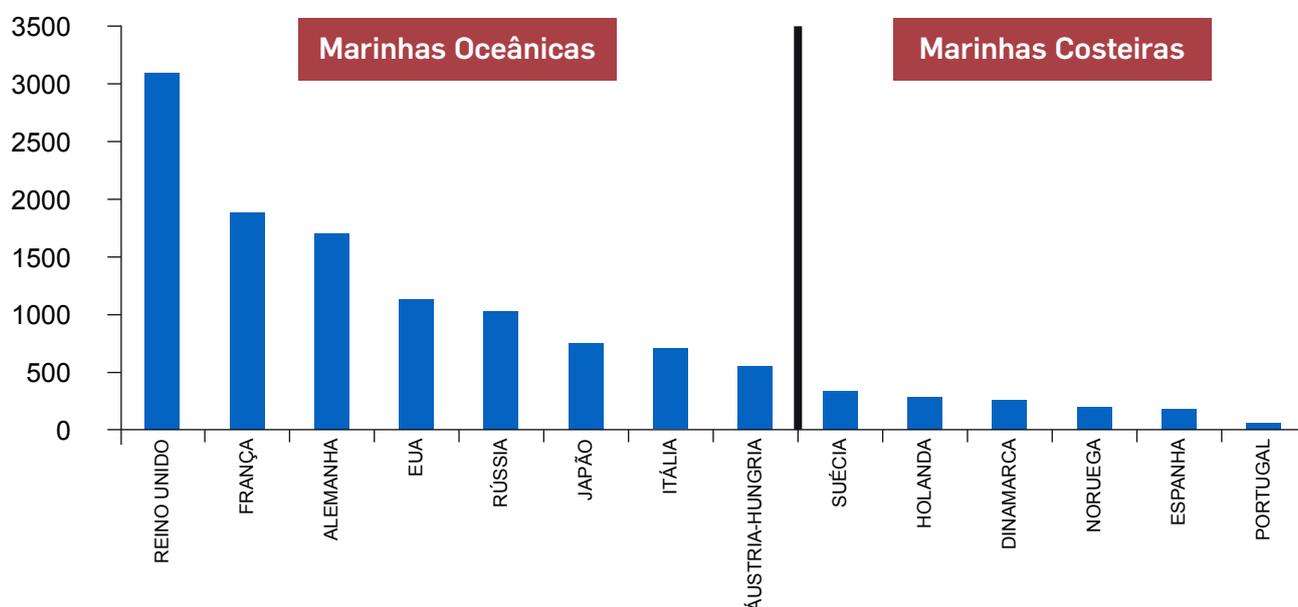


GRÁFICO 1 Índice de capacidade militar-naval das diversas Marinhas do mundo em 1914

Em termos de efetivos, em 1914, a Marinha tinha 487 oficiais e a força de mar era de 4500 praças.

No que se refere à perspetiva operacional, a Marinha tinha como principal missão a defesa da fronteira marítima nacional em apoio às obras de fortificação da costa. Para além disso, estava encarregue da fiscalização e patrulha fluvial, principalmente nos territórios africanos, na Índia e em Macau. Em África, estas ações faziam parte do processo de pacificação dos nativos revoltosos, que, por iniciativa própria ou incentivo de terceiros, procuravam destabilizar a paz na defesa dos seus interesses.

Assim, era mantido, desde o século XIV até aos dias de hoje, um dispositivo naval em elevado estado de prontidão, distribuído pelo império, de forma a poder intervir em tempo na defesa dos interesses nacionais no mar. Em 1914, estavam no porto de Lisboa, a principal base da Marinha, três cruzadores, um aviso e um contratorpedeiro. No continente, estava uma lancha-canhoneira no rio Minho, uma canhoneira na zona norte, uma canhoneira na zona centro e uma canhoneira na zona sul. Nos Açores, estavam duas canhoneiras no serviço de patrulha e fiscalização. Em Cabo Verde, estava uma canhoneira. Na Guiné, estavam duas lanchas-canhoneiras no serviço de patrulha e fiscalização fluvial. Em S. Tomé e Príncipe, estava uma canhoneira. Em Angola, estavam dois cruzadores e uma canhoneira no serviço de fiscalização. Em Moçambique, estava uma canhoneira e mais duas lanchas-canhoneiras no serviço de patrulha e fiscalização do rio Zambeze. Nos territórios indianos, estava uma canhoneira e em Macau estavam uma canhoneira e uma lancha-canhoneira.

## Síntese conclusiva

A estrutura, a genética e as operações da Marinha, em 1914, estavam moldadas pelas necessidades relativas à defesa dos interesses do país, no último quartel do século XIX, e pela grave crise política, económica e financeira que assolava o país há várias décadas. Destaca-se a necessidade de Portugal de corresponder ao novo paradigma de soberania ultramarina, saído da Conferência de Berlim de 1884-1885. Nesse sentido, a Marinha participou na defesa dos interesses nacionais com a travessia de costa a costa por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, com a realização de levantamentos hidrográficos para produção de cartografia costeira, com a demarcação de fronteiras e com a realização de ações de patrulha, fiscalização e pacificação de nativos nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique.

Em termos organizacionais, em 1914, a Marinha estava dividida por duas tutelas: o Ministério da Marinha tutelava a Marinha de Guerra, de Comércio e das Pescas, e o Ministério das Colónias tutelava a Marinha Colonial. A Marinha de Guerra, designada por Armada, era um departamento do Ministério da Marinha a par com a Direção-Geral da Marinha e a Administração dos Serviços Fabris.

Em termos genéticos, a Marinha tinha no seu efetivo cinco cruzadores, um aviso, quatro torpedeiros, um contratorpedeiro, um submersível, dez canhoneiras e sete lanchas-canhoneiras. No que se refere aos recursos humanos, tinha 487 oficiais e a força de mar era constituída por 4500 praças, incluindo as necessárias ao serviço colonial.

Em termos operacionais, a Marinha tinha como missão a defesa da fronteira marítima nacional, em apoio às obras de defesa costeira, e a realização de ações de patrulha e fiscalização no âmbito da autoridade marítima e do processo de pacificação dos territórios africanos. Além destas atividades, realizava levantamentos hidrográficos para a produção cartográfica e mantinha as missões de delimitação de fronteiras nos territórios ultramarinos.

No que se refere ao valor militar-naval, em 1914 havia oito países com Marinhas oceânicas com grande capacidade combatente, seguido de treze países dotados com Marinhas costeiras, nos quais se incluía Portugal. Assim, neste ano, Portugal tinha entre a décima quinta e a vigésima Marinha com maior valor militar-naval do mundo. Embora a posição relativa seja interessante, há que ter em consideração a grande diferença combatente entre as Marinhas oceânicas e as costeiras.

## Bibliografia

- AGUILAR, Teixeira [et al.], *A Marinha na investigação do mar 1800-1999*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001.
- CAPELO, Hermenegildo; IVENS, R., *De Angola à contra costa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.
- Conway's all the world's fighting ships 1906-1921*, Conway Maritime Press, 1985.
- COSTA, Adelino Rodrigues, *Dicionário de navios & relação de efemérides*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2006.
- FERNANDES, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque – um soldado ao serviço do império*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.
- INSO, Jaime do, "A Marinha portuguesa na Grande Guerra", separata de *Anais do Club Militar Naval*, [S.l.], Imprensa da Armada, 1937-1939.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, *Aires de Ornelas. Coletânea das suas principais obras militares e coloniais*, [Lisboa], Biblioteca Colonial Portuguesa, Vol. III, 1936.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique 1854-1918*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 2 vol., 1988.
- PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.
- SILVA, Pereira da, *O nosso plano naval*, Biblioteca da Liga Naval Portuguesa, Lisboa, VII, 1909.
- TELO, António José (coordenador), *História da Marinha portuguesa – homens, doutrinas e organização 1824-1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.
- Legislação
- Decreto de 10 de outubro de 1910. *Diário do Governo* n.º 4. A nomear os Ministérios da República.
- Decreto de 17 de outubro de 1910. *A remover as coroas dos uniformes militares da Marinha*.
- Decreto de 20 de outubro de 1910. *A determinar retirar as coroas dos bonés dos oficiais da Armada*.
- Decreto de 24 de agosto de 1911. *Diário do Governo* n.º 197. *Mandando desdobrar em dois o atual Ministério da Marinha e Colónias*.
- Lei de 10 de julho de 1912 do Ministério das Colónias, *Diário do Governo* n.º 196. *Criando a marinha colonial e regulando os respetivos serviços*.

<sup>1</sup> O mapa produzido com a representação desta reclamação nacional ficou conhecido como "o mapa cor-de-rosa".

<sup>2</sup> A segunda Guerra de África corresponde ao período de 1961 a 1974, ocorreu nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné, e focou-se nas ações levadas a cabo por movimentos independentistas locais.

<sup>3</sup> Decreto de 11 de abril de 1907, aprovando a reorganização da Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha.

<sup>4</sup> Ministério das Colónias, *Aires de Ornelas. Coletânea das suas principais obras militares e coloniais*, Vol. III, 1936.



Da esquerda para a direita: Bessa Pacheco, Nuno Severiano Teixeira, José de Matos Correia e Lemos Pires

## ENCERRAMENTO

### JOSÉ DE MATOS CORREIA

Cabe a mim fazer o encerramento deste colóquio.

Como o interesse gerado por esta discussão arrastou o colóquio bem para além daquela que seria a hora do seu encerramento, e uma vez que estão à nossa espera para podermos inaugurar e visitar a exposição que vai estar patente ao público, no Parlamento, durante algum tempo, sobre Portugal e a I Guerra Mundial, isso poupa-me a obrigação de dizer alguma coisa, o que é uma vantagem, tendo em conta que, depois de ter ouvido os oradores, pouco teria para dizer. Portanto, escondi-me atrás dos oradores para não expor a minha manifesta incapacidade face à qualidade das intervenções que aqui foram feitas.

No entanto, e porque estou numa posição institucional, desejava referir dois aspetos breves.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer agradecimentos, que não são apenas da praxe, são agradecimentos sinceros e merecidos, dada a importância e a qualidade deste colóquio.

Primeiro, como é óbvio, os cumprimentos são para a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Grande Guerra, aqui representada pelo senhor tenente-general Mário de Oliveira Cardoso, que tem, de facto, desempenhado um papel importantíssimo nas cerimónias evocativas deste aniversário e também na organização deste colóquio.

Depois, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento e apreço ao senhor embaixador Martins da Cruz, ao senhor general Arnaut Moreira, ao senhor professor Nuno Severiano Teixeira, ao senhor coronel Lemos Pires e ao senhor capitão-de-fragata Bessa Pacheco pela disponibilidade que manifestaram para estarem connosco e para nos transmitirem o seu saber e conhecimento sobre esta matéria.

Deixo-vos, ainda, uma palavra sobre o intuito da Assembleia da República ao organizar este evento.

É óbvio que a Assembleia da República não podia deixar de se associar a estas cerimónias. Fê-lo com gosto, mas fê-lo por obrigação também. Não poderíamos deixar passar uma data destas sem que a Assembleia da República estivesse, não direi no centro destas cerimónias, mas a elas associada fortemente.

A tarefa dos representantes do povo, que aqui desempenham diariamente o seu trabalho, é a de, por um lado, contribuir para manter e avivar a memória sobre momentos importantes da História de Portugal, como foi a participação na I Guerra Mundial,

mas também a de promoverem, como é o caso, eventos que não são apenas eventos de reflexão histórica, mas que permitem que retiremos reflexões importantes para o futuro.

O senhor professor Nuno Severiano Teixeira, talvez pelos cargos políticos que desempenhou, e que foram alguns, aproveitou – e bem, do meu ponto de vista – a fase final da sua intervenção para retirar algumas ilações da I Guerra Mundial e da nossa participação nela para a atualidade, o que têm o seu quê de político.

No que diz respeito a Portugal, destaco duas dimensões importantes.

Em primeiro lugar, em áreas fundamentais de soberania, como é o caso da defesa e, também, da política externa, destaco a importância da manutenção de consensos políticos alargados, sem o que a presença do país e a sua participação na cena internacional ficam significativamente fragilizadas.

O professor Jorge Borges de Macedo dizia que Portugal encontrou a chave para a sua independência na gestão inteligente das suas virtualidades estratégicas. Um país pequeno como Portugal não depende só das Forças Armadas, não depende só da diplomacia, mas também depende da diplomacia e das Forças Armadas.

Por isso, a capacidade que fomos capazes de colocar – passo a redundância – nesse consenso ou na geração e na manutenção de consensos políticos alargados sobre o papel das Forças Armadas e sobre os grandes objetivos da defesa nacional e da diplomacia é essencial para um país como Portugal, num contexto internacional cada vez mais complexo.

Por outro lado, o professor Nuno Severiano Teixeira chamava, ainda, a atenção para uma questão que também é, hoje em dia, extremamente relevante, que é o problema das Forças Armadas ao serviço da afirmação político-diplomática do Estado no plano externo.

Seja qual for a perspetiva de abordagem que tenhamos relativamente à I Grande Guerra, é indiscutível que há uma dimensão externa na participação de Portugal na I Grande Guerra. E essa dimensão externa significa que as Forças Armadas foram utilizadas para permitir a Portugal atingir determinados resultados ou, pelo menos, a tentativa de os atingir – infelizmente não os atingimos, porque queríamos um lugar no Conselho da Sociedade das Nações, mas não o tivemos, e a neutral Espanha ficou com ele. Mas, enfim, uma coisa é atingir os resultados, outra coisa é ter uma estratégia, que pode ou não ter sucesso – infelizmente, às vezes, não tem sucesso.

Demorámos, depois, 40 anos até que, de uma forma episódica, Portugal se inseriu de novo numa operação, desta feita das Nações Unidas no Líbano, em 1958.

Depois, demorámos mais de 30 anos até que, finalmente, o país fizesse uma aposta determinante nas operações de paz das Nações Unidas, como forma de afirmação externa do país. E, para isso, as Forças Armadas foram e continuam a ser um fator determinante.

Julgo que é importante retirarmos estas ilações do ponto de vista da política nacional.

Do ponto de vista internacional, e no momento em que somos confrontados com tantos fantasmas e tantas instabilidades, desde o que se passa na Ucrânia, até àquilo que se passa mais perto de nós, no Médio Oriente, é importante que olhemos para o que se passou na I Guerra Mundial e para coisas que foram ditas e feitas com um determinado objetivo e que, depois, se veio a demonstrar que não podiam nunca ter sido nada daquilo.

Todos nos lembramos da frase: "Esta é a guerra que vai terminar com todas as guerras." E não terminou com guerra nenhuma. Ela própria foi a mais violenta, a mais mortífera das guerras até então.

Todos conhecemos aquelas imagens, que me impressionam, dos soldados a irem para a frente de batalha de comboio, cantando alegremente como se fossem para uma festa, porque a guerra ia acabar daí a uns meses. E não acabou.

Há pouco, o senhor general Arnaut Moreira falou do plano Schlieffen, que era – e eu não sou, nem de longe nem de perto, especialista nesses assuntos – mais ou menos a matemática aplicada às guerras. Estava demonstrado no plano que, ao fim de não sei quantos meses, a guerra estaria ganha e que a Alemanha teria atingido os seus objetivos. Mas não aconteceu nada daquilo.

Portanto, repito, no momento em que a situação internacional é tão complexa, vale a pena recordar que sabemos sempre como é que as guerras começam, mas nunca sabemos como é que elas acabam. Sobretudo em situações como a da Ucrânia, do meu ponto de vista, essa questão deve ser especialmente ponderada.

# PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

## 15h00 ABERTURA

**Teresa Caeiro** (Vice-presidente da Assembleia da República)

**Rui Machete** (Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros)

**José Pedro Aguiar-Branco** (Ministro da Defesa Nacional)

Tenente-general **Mário de Oliveira Cardoso** (Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial)

Major-general **Fernando Aguda** (Vice-presidente da Liga dos Combatentes)

## 15h30 I PAINEL

### TEMA 1 | A POLÍTICA E A DIPLOMACIA NO INÍCIO DA GUERRA

António Martins da Cruz (Embaixador)

### TEMA 2 | O ESTADO DA ARTE DA GUERRA NO INÍCIO DA I GUERRA MUNDIAL

Major-general Arnaut Moreira

## 16h45 II PAINEL

### TEMA 3 | PORTUGAL E A GRANDE GUERRA: ENTRE A MEMÓRIA DO PASSADO E OS DESAFIOS DO FUTURO

Nuno Severiano Teixeira

### TEMA 4 | O EXÉRCITO DE PORTUGAL NO INÍCIO DA GUERRA: AÇÃO, REAÇÃO E OMISSÃO

Coronel Lemos Pires

### TEMA 5 | A MARINHA PORTUGUESA EM 1914

Capitão-de-fragata Bessa Pacheco

## 18h00 ENCERRAMENTO

**José de Matos Correia** (Presidente da Comissão de Defesa Nacional)

# NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORADORES

## ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 2002 e 2003 e assessor diplomático do primeiro-ministro Cavaco Silva durante 10 anos (entre 1985 e 1994). Foi, ainda, embaixador de Portugal na NATO e na União Europeia Ocidental, em Bruxelas e embaixador de Portugal em Madrid.

É embaixador de Portugal desde 1995.

Foi presidente do Conselho da União Europeia Ocidental, Decano do Conselho do Atlântico Norte da NATO e Presidente da OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Como diplomata, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1972. Foi diretor do Departamento de Integração Europeia e exerceu funções nas embaixadas em Moçambique, no Cairo e nas Nações Unidas. Representou Portugal na Comissão dos Direitos do Homem, na Conferência Internacional do Trabalho, no Conselho de Administração da OIT – Organização Internacional do Trabalho – e no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de que foi vice-presidente.

Atualmente, é professor na Universidade Lusíada (Relações Internacionais), presidente do Comité Português da Liga Europeia de Cooperação Económica (Bruxelas), presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Liderança Política Internacional (Paris), vice-presidente do Conselho Estratégico da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, administrador da Fundação Luso-Espanhola. É, também, consultor internacional e membro do Conselho de Administração de diversas empresas em Portugal e no estrangeiro.

Tem 29 condecorações de 24 países.

## ARNAUT MOREIRA

O major-general José Filipe da Silva Arnaut Moreira nasceu em Coimbra, em 1959, e ingressou na Academia Militar, em 1977.

Como oficial subalterno e capitão, esteve colocado na Escola Prática de Transmissões, na Direção da Arma de Transmissões e no Depósito Geral de Material de Transmissões, desempenhando funções de comando de pelotão e de comando de companhia, funções de instrução e operacionais e, ainda, funções técnicas na área dos projetos de investigação e desenvolvimento de equipamentos de comunicações. Neste âmbito, fez parte da equipa de desenvolvimento do equipamento rádio de HF P/VRC 301. Foi professor de Tática de Transmissões e de Elementos de Telecomunicações e Eletrónica na Academia Militar.

Após a sua promoção a oficial superior, exerceu as funções de oficial de Transmissões e de Guerra Eletrónica do Comando Operacional das Forças Terrestres, professor de Tática de Transmissões e professor de Geopolítica no Instituto de Altos Estudos Militares, chefe de Produção de Intelligence no NATO Joint Headquarters SOUTHWEST em Madrid e 2.º comandante da Escola Prática de Transmissões no Porto.

Como coronel, desempenhou, entre 2004 e 2006, a função de adjunto do general chefe do Estado-Maior do Exército. Entre 2006 e 2008, foi comandante da Escola Prática de Transmissões.

Como coronel tirocinado, desempenhou funções de subdiretor de Comunicações e Sistemas de Informação.

Após a sua promoção a major-general, ocorrida em 2010, desempenhou funções no Ministério da Defesa Nacional durante três anos, primeiro como subdiretor-geral de Política de Defesa Nacional e depois como chefe do gabinete do ministro da Defesa Nacional.

Desde 25 de junho de 2013, é diretor de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército.

Entre os numerosos cursos e qualificações que possui, salienta-se o Curso de Interpretação de Fotografia Aérea, o Signal Officer Basis Course do Exército dos EUA, o Curso de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares, o Curso do Collège Interarmées de Défense, em Paris, e o Curso de Promoção a Oficial General do Instituto de Estudos Superiores Militares. É licenciado em Ciências Sócio Militares (Transmissões) pela Academia Militar e em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pelo Instituto Superior Técnico.

Por despacho de 25 de junho de 2013, do CEME, o major-general Arnaut Moreira exerce também funções de presidente do Conselho da Arma de Transmissões.

É, atualmente, o diretor de Comunicações e Sistemas de Informações do Exército.

## BESSA PACHECO

O comandante Bessa Pacheco nasceu em Lisboa, em 1969, e ingressou na Escola Naval em 1987, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais, classe de Marinha, em 1992.

Especializou-se em Hidrografia, é *Master of Engineering in Surveying Engineering* pela Universidade de New Brunswick (Canadá), é mestre em Sistemas de Informação Geográfica pelo Instituto Superior Técnico, é engenheiro hidrógrafo pelo Instituto Hidrográfico, e efetuou o Curso Geral Naval de Guerra no Instituto Superior Naval de Guerra.

Esteve embarcado na fragata *Álvares Cabral*, que integrou a Força Naval Permanente da NATO em 1992, e comandou a lancha de fiscalização *Açor*. Realizou diversas missões técnico-científicas a bordo de navios e lanchas hidrográficas. De 2009 a 2011, comandou o navio de investigação científica *Almirante Gago Coutinho*.

Em terra, prestou serviço no Instituto Hidrográfico onde desempenhou funções de adjunto do chefe da Divisão de Oceanografia, adjunto do chefe do Centro de Dados Técnico-Científicos, tendo, posteriormente, chefiado este Centro por um período de cerca de cinco anos. Foi, durante cinco anos, vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo e professor na Escola Naval de diversas disciplinas na área dos Sistemas de Informação Geográfica. De 2003 a 2009, foi investigador na Universidade de Engenharia e Tecnologia Naval do Instituto Superior Técnico. Desde 2001, é professor auxiliar convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Desde 2004, faz parte de comissões científicas de conferências no âmbito da cartografia, geodesia, hidrografia, engenharia hidrográfica e oceanografia. Tem cerca de 50 artigos publicados em revistas de especialidade e atas de congressos nacionais e internacionais. É membro da Ordem dos Engenheiros, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia de Marinha.

Foi promovido ao posto de capitão-de-fragata, em 2009, e, atualmente, exerce funções na Divisão de Planeamento no Estado-Maior da Armada.

## LEMOS PIRES

Coronel de Infantaria/Operações Especiais, Nuno Correia Barrento de Lemos Pires é, atualmente, diretor de formação na Escola das Armas (EA) em Mafra-Portugal e professor na Academia Militar (AM) nas áreas de História, Defesa e Relações Internacionais e comandante do corpo de alunos da AM.

É doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE (com a AM); mestre em Ciências Militares pela AM, Curso de Estado-Maior pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM); pós-graduado em História Militar pela Universidade Lusíada e bacharel em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG).

Exerceu diversas funções de instrução e comando aos níveis Pelotão e Companhia na Escola Prática de Infantaria em Mafra; professor de História Militar no IAEM em Pedrouços; *Intelligence Officer* no NATO/*Rapid Deployable Corps* em Valência/Espanha; assistente militar do Comandante do NATO/*Joint Command Lisbon* em Oeiras, comandante do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado na Brigada Mecanizada em Santa Margarida e professor de História e Relações Internacionais na AM. Participou em diversas missões internacionais, destacando-se: Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão.

Com quatro obras publicadas, capítulos em mais de 40 livros e 50 artigos escritos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, especialmente no âmbito da História, Defesa e Relações Internacionais, é palestrante habitual em Portugal e Espanha. É vice-presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar de Lisboa; sócio efetivo da *Revista Militar*; colaborador e revisor para assuntos militares do Círculo de Leitores; autor de um espaço editorial semanal no programa 17-17 da Rádio do Concelho de Mafra; investigador e vogal da direção do CINAMIL (Centro de Investigação da Academia Militar) e investigador no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL); membro correspondente do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar; membro do Conselho Editorial da *Revista de Geopolítica*; sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa onde é vogal da Comissão de Relações Internacionais e membro da Secção de Ciências Militares; membro fundador do Centro de Estudos e Investigação de Segurança e Defesa de Trás-os-Montes e Alto-Douro (CEISDTAD); membro do *Foro para el Estudio de la Historia Militar de España* e representante militar português no *Peninsular War 200*.

## NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

Professor catedrático e vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa.

Diretor do Instituto Português de Relações Internacionais.

Doutorado em História das Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu, Florença e Agregado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa.

Foi *Visiting Professor* na Universidade Georgetown (2000) e *Visiting Scholar* na Universidade de Califórnia, Berkeley (2004) e *Senior Visiting Scholar* no Instituto Universitário Europeu, Florença (2010).

Foi diretor do Instituto de Defesa Nacional (1996/2000).

Foi ministro da Administração Interna (2000/2002) e ministro da Defesa (2006/2009) do governo português.

Tem obra publicada sobre História Militar, História das Relações Internacionais, História da Construção Europeia e questões de política externa, segurança e defesa.

## **FICHA TÉCNICA**

**Título:**

Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)

Colóquio: Assembleia da República, 7 de outubro de 2014 (PDF)

**Iniciativa:** Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial

**Fotografia:** Luís Saraiva

**Edição:** Assembleia da República. Divisão de Edições

**Coordenação editorial:** Conceição Garvão

**Colaboração:** Alda Luís

**Transcrições:** Ana Cruz e Maria Jorge

**Paginação:** Ana Rita Charola a partir do design gráfico original de Linha de Letras

**ISBN:** 978-972-556-642-8

Lisboa, junho de 2015

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo n.º 52 da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

